

Mulher e política social em Cuba

Maria Auxiliadora César

o contraponto socialista ao bem-estar capitalista



Mulher e política social em Cuba: o  
contraponto socialista ao bem-estar capitalista

**Maria Auxiliadora César**

Editora ALVA Ltda.  
[alva@yawl.com.br](mailto:alva@yawl.com.br)  
tel. 61 274-0076  
SCLN 406 bloco E sala 110  
CEP: 70919-970  
Brasília - DF

Copyright © 2005 by Maria Auxiliadora César

Edição: Frank Svensson

Tradução: Therezinha de Jesus Arruda

Diagramação e capa: Thiago de Andrade - [thiago@quadra.arq.br](mailto:thiago@quadra.arq.br)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

César, Maria Auxiliadora, 1945- .

Mulher e política social em Cuba : o contraponto socialista ao bem-estar capitalista / Maria Auxiliadora César ; tradução, Therezinha de Jesus Arruda - Brasília: Edições Alva, 2004.

192 p. ; 15 x 21 cm

Tradução de: Mujer y política social: el contrapunto socialista ao bienestar capitalista. Tese (doutorado) — Universidad de Habana, Cuba, 2001.

ISBN: 85-86774-05-7

1. Política social — Mulher — Cuba. 2. Condições sociais -Mulher - Cuba. II. Título.

CDU 304:396(729.1)

**Maria Auxiliadora César**

# **Mulher e política social em Cuba**

**o contraponto socialista ao bem-estar capitalista**

EDIÇÕES ALVA

Brasília, 2005

A meu pai Pedro da Silva César (in memoriam), a minha mãe Mirtes de Lara César e à madrinha Elisa que sempre atribuíram importante valor aos estudos.

Aos que foram meus pais em Cuba Hélio Dutra e Ela Alvarez Delgado (in memoriam) pela solidariedade em todos os momentos de elaboração deste trabalho

Aos meus filhos Álvaro, Luciana e Eliana, por seu amor incondicional.

A minha querida neta Diana e aos netos que virão.

A oportunidade que me deu a vida ao permitir, na minha caminhada, viver parte da experiência socialista cubana.

# Sumário

Prefácio	13
Introdução	17
Os paradigmas do estudo	25
A mulher e as políticas sociais capitalistas	30
A proposta metodológica da pesquisa	37
Capítulo 1	
O sistema cubano de bem-estar pós-revolução	43
1.1 Década de 1960: os primeiros anos pós-revolução	45
1.2 Década de 1970: o processo de institucionalização	55
1.3 Década del980: a retificação de erros e de tendências negativas	61
1.4 Década de 1990: a crise e as medidas de impacto	68
Capítulo 2	
Mulher e política de bem-estar em Cuba	87
2.1 Caracterização da mulher cubana	88
Presença ativa das cubanas	89
Canais de participação e de representatividade em postos de direção	92
No Estado	92
Nas organizações políticas	93
Nas organizações de massa	94
Setores fundamentais do desenvolvimento social	98
Principais leis promulgadas	104
Problemas conceituais para debate	106
Conduta social	116

2. 2 As políticas sociais dirigidas à mulher em Cuba	123
Formulação e implementação das políticas sociais	125
Canais para demandas e participações	129
Articulações	130
Legislação	132
Assistência social	134
Educação, saúde e emprego: um balanço	135
Conclusões	149
Bibliografia	159
Anexos	175

## Relação de siglas

ANAP — Asociación Nacional de Agricultores Pequeños  
CAME — Consejo de Ayuda Mutua Económica  
CCS — Cooperativas de Créditos y Servicios  
CDR — Comité de Defensa de la Revolución  
CIPS — Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas  
CPA — Cooperativa de Producción Agropecuaria  
CENEX — Centro Nacional de Educación Sexual  
CTC — Central de Trabajadores de Cuba  
FEEM — Federación de Estudiantes de Enseñanza Media  
FEU — Federación de Estudiantes Universitarios  
FLACSO — Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales  
FMC — Federación de Mujeres Cubanas  
ICRT — Instituto Cubano de Radio y Televisión  
IHD — Investigación del Desarrollo Humano  
INIE — Instituto de Investigación Económica  
MINED — Ministerio de Educación  
MINSAP - Ministerio de Salud Pública  
MINTRAB — Ministerio de Trabajo y Seguridad Social  
PNUD — Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo  
PCC — Partido Comunista de Cuba  
UBPC — Unidad Básica de Producción Cooperativa  
UJC — Unión de Jóvenes Comunistas  
UNEAC — Unión de los Escritores y Artistas de Cuba  
URSS — Unión de las Repúblicas Socialistas Soviéticas



## Prefácio

O livro que apresentamos é resultado de um estudo bem fundamentado e de alto rigor científico produzido por uma acadêmica brasileira, grande amiga de Cuba e militante revolucionária. A autora, utilizando a perspectiva sociológica como fio condutor, submete à análise as políticas sociais desenvolvidas em Cuba, relativas a um segmento de maior interesse na sociedade cubana, as mulheres.

A autora traz à academia cubana um tema pouco tratado e de escassa literatura realizada por cubanos e cubanas, que resulta de extraordinária sensibilidade humana, pois situa os sujeitos sociais, neste caso as mulheres, como contribuintes e beneficiárias de um sistema de bem-estar de essência socialista, que põem em prática um amplo espectro de políticas sociais. Estas se caracterizam por sua integralidade, seu apego à solução de necessidades humanas sob a base da igualdade, o critério social que governa sua implementação, a gratuidade e a universalidade manifesta, com o pleno respaldo do Estado.

Baseada em um critério marxista realiza um contraponto ao bem-estar capitalista destacando as diferenças essenciais em ambos esquemas de bem-estar (capitalista e socialista). Para isso, destaca o valor analítico da categoria contradição no enfoque marxista e sistematiza de maneira crítica uma atualizada literatura acerca do tema, na qual se encontram autores marxistas e não marxistas que têm realizado contribuições significativas neste campo.

Combina enfoques histórico e teórico para construir um aparato analítico que, a partir do estudo crítico do sistema de bem-estar capitalista permite realizar uma aproximação científica ao bem-estar socialista, problemática não trabalhada a partir desta perspectiva pelos teóricos dos países ex-socialistas e socialistas.

No texto a autora revela a verdadeira natureza de ambos sistemas de bem-estar, assinalando as funções das políticas sociais como elementos mediadores entre o estado e a população, estabelece e desmistifica a relação entre a política social e a política pública e descobre três aspectos essenciais a partir dos quais é possível estabelecer o contraponto: os princípios nos quais se sustentam ditos estados de bem-estar (as regras fundamentais ou fundamentos da conduta dos grupos que requerem um acordo ou consenso); o critério (norma que dirige o homem em suas escolhas), e as formas de realização (processo de concretização).

Seguindo a Pereira (1994:1), a autora enfoca teoricamente a categoria Política Social, e não a considera como mera abstração, mas como conceito representativo das respostas do Estado e da sociedade às situações sociais que exigem alguma forma de regulação.

Outro aspecto de importante valor científico do presente texto é a avaliação integral que produz das políticas sociais no projeto socialista cubano, a partir dos fundamentos, da constituição, das formas de realização e dos impactos dessas políticas de bem-estar para a população, ainda que circunscreva seu estudo a um segmento particular — a mulher. Insisto na integralidade da análise, pois através do estudo de cada uma das décadas pelas quais vem transitando a revolução cubana, a autora caracteriza a dinâmica dessas políticas.

Ao anteriormente exposto, o estudo incorpora a noção de gênero e coloca um grupo de interessantes idéias acerca do caráter relacional do enfoque de gênero e suas vantagens para poder compreender a problemática da mulher. Neste sentido, antes de olhar com profundidade o binômio política social — mulher nas condições de Cuba, adianta toda uma análise deste binômio nos países do chamado estado de bem-estar, o que complementa de maneira muito adequada o conhecimento do leitor sobre esta interessante problemática.

Sustentando-se na tese de que o gênero é uma construção social que historicamente tem afetado de maneira diferenciada a homens e mulheres, os quais, inseridos em uma estrutura de relações sociais, representam-se, apreendem e transmitem normas, valores e condutas diferenciadas, a autora descobre a transversalidade da categoria gênero para o estudo das políticas sociais relativas à mulher.

São analisados os setores considerados as pedras angulares da Política Social que no projeto socialista cubano constituem as áreas onde maiores resultados e mais altos benefícios têm alcançado a população, ou seja, a educação, a saúde e o emprego e suas interrelações com os programas e serviços sociais vinculados com a cultura, a moradia, a seguridade social, a legislação, etc. A seleção dos três setores mencionados obedece aos impactos da aplicação das políticas para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, e para a transformação dos sujeitos sociais, os quais, ao desenvolver suas potencialidades, podem ter acesso aos bens e serviços ofertados, pois assim exercem uma participação consciente.

Se tudo o que foi dito anteriormente não justificasse a factibilidade da leitura do texto que apresentamos, permitam-me acrescentar que uma de suas riquezas fundamentais, e que no critério da autora destas linhas pode tornar o livro muito interessante não só para especialistas como para o resto do público leitor, é a valiosa informação que a investigação levanta sobre o vínculo real entre política social e mulher em Cuba. Para isso a autora combina, no aparato metodológico, o método comparativo com outras técnicas sociológicas, o que permite caracterizar a situação da mulher cubana, sobretudo na década de 1990, resultado dessa radical e profunda revolução que, como o próprio Fidel Castro expressou, produz-se dentro da própria revolução cubana.

A análise realizada sem posições triunfalistas, mas com grande honestidade científica e compromisso revolucionário, como corresponde a uma intelectual destes tempos, garante o valioso dos resultados que põem em nossas mãos. Junto às indiscutíveis fortalezas, descobre as debilidades do processo e sobretudo, como resultado de interessantes entrevistas, coloca a fala das protagonistas, as mulheres cubanas.

Este livro para nós, as mulheres, seguramente resultará muito próximo e nele poderemos encontrar depoimentos, vivências, preocupações e sonhos que em nosso intenso brigar pela vida, não temos o tempo, nem os meios para nos determos a conscientizar e muito menos a escrever, mas que emanam do desenvolvimento da vida cotidiana de muitas de nós, e que pode ajudar a nossos companheiros na vida, no trabalho e na família a nos conhecer melhor.

Havana, agosto de 2004

Teresa Muñoz Gutiérrez

## Introdução

O objetivo deste estudo é apreender o significado e o alcance das políticas sociais dirigidas à mulher em Cuba, no contexto de uma sociedade em trânsito ao socialismo.

Para a apreensão mais ampla e diversificada das controvérsias teóricas sobre a temática deste estudo, dar-se-á particular relevo à análise comparativa entre duas tendências teóricas de pensamento, entre dois sistemas de bem-estar, de princípio<sup>1</sup>, critério<sup>2</sup> e formas de realização<sup>3</sup> de dois tipos de conformação de políticas sociais através do caso concreto dirigido à mulher cubana. Assim, ao negar um tipo de análise linear e endógena da realidade, a perspectiva comparada constitui uma categoria metodológica que atravessa todo o estudo.

1 Princípio é entendido como regra fundamental ou fundamento de uma conduta. Quando se fala na vida social de princípios referidos a valores ou diretrizes de ação, significa o elemento constitutivo do acordo ou consenso de um determinado grupo de pessoas ou de autoridades que dirigem alguma instância da sociedade (baseado em: "Diccionario de Filosofia" -Abbagnano Nicola, México/DF, 1996 e "Dicionário de Sociologia" - Fairchild, Henry Pratt, México/DF, 1994).

2 Critério é entendido como pauta, medida para valorar algo, norma que guia o homem em suas escolhas e que tem importância decisiva para a vida dos indivíduos e grupos de uma determinada sociedade e que são seguidas segundo princípio ou princípios definidos (baseado em: "Diccionario de Filosofia" - op. cit., 1996 e "Diccionario de Sociologia" op. cit, 1994).

3 Formas de realização se referem ao processo de levar a termo um projeto desenvolvido por determinada sociedade (baseado em: "Diccionario de Filosofia" - op. cit., 1996 e "Dicionário de Sociologia" - op. cit, 1994).

Trata-se, portanto, de focar a Política Social<sup>4</sup> fundamentando-se na história e na dinâmica da realidade à qual está referenciada. Assim, essa categoria não figurará neste estudo como uma construção abstrata, mas como um conceito representativo das respostas do Estado e da sociedade às situações sociais que exigem alguma forma de regulação.

Contudo, como as políticas sociais socialistas sempre foram um objetivo a alcançar a partir das contradições das sociedades divididas em classes, especialmente a capitalista, torna-se necessário explicitar o caráter das políticas de bem-estar no capitalismo para identificar melhor a superação desse padrão na proposta socialista.

Apesar de ser objeto de diversas vertentes teóricas e ideológicas, a categoria 'política social' aqui adotada será estudada à luz da crítica marxista. Com este objetivo, toma-se como diretriz a concepção de bem-estar de Marx — em oposição à de igualdade liberal-burguesa dos séculos XVIII e XIX apoiada no enfoque funcionalista — assim como as contribuições marxistas contemporâneas sobre o mesmo tema, desenvolvidas: a) do início do século XX até os anos 1970 em torno do chamado Estado de Bem-estar<sup>5</sup>, de caráter capitalista regulado e, b) nos últimos vinte anos do século XX, diante do retorno da hegemonia do ideário liberal que re-introduz a importância da desregulamentação da economia e da proteção social, sob a égide do mercado.

Os liberais do século XIX, contrários à intervenção do Estado tanto na esfera econômica como na social, afirmavam que a política econômica do 'Laissez-faire' A Política Social, apesar de ter relação com vários conteúdos políticos, tem uma identidade própria. "Refere-se a programas de ação que, através de esforço organizado, dirige-se ao atendimento de necessidades sociais cuja solução vai além da iniciativa privada, individual e espontânea e requer decisão coletiva regulamentada e amparada por leis impessoais e objetivas, que garantem direitos" (Pereira, 1994:1). A política social é um tipo de política pública e requer "...participação ativa do Estado no planejamento e execução público de procedimentos e metas dirigidas à satisfação de necessidades coletivas" (Pereira, 1994: 2). O termo que referencia a política social, não se refere exclusivamente ao Estado, mas também à coisa pública, isto é, de todos, que, ainda que regulada e freqüentemente proporcionada pelo Estado, expressa escolhas e decisões privadas e apoio de uma comunidade de interesses que se convertem em ações públicas que afetam a todos. Segundo Pereira (1994: 2) "... se trata de uma relação de antagonismo e reciprocidade entre Estado e sociedade". A política social vai além da precisão, do controle e da execução das já tomadas decisões, trazendo consigo escolhas e tomadas de decisões para distintas alternativas que abrangem conflito de interesses.

5 O Estado de Bem-estar (chamado também Estado Social, Welfare State ou Estado Providência) se caracteriza pela intervenção do Estado na economia e na sociedade no sentido de assegurar a melhoria do nível de vida da população mediante a provisão gratuita ou subsidiada da renda, moradia, saúde, alimentação, educação, itens assegurados como um direito de cidadania.

re no âmbito doméstico e no do livre comércio entre as nações e a mais adequada à estabilidade social, ao progresso, à solução dos problemas da pobreza e da paz universal. Não obstante, sabe-se que no período do 'laissez-faire', o Estado interferia na economia"

Propugnavam os liberais serem os problemas muito mais produtos de desajustes e incapacidades individuais do que de desvios do sistema de produção capitalista, cuja solução deveria ser responsabilidade de organizações ou de grupos particulares, laicos ou religiosos, e não do Estado.

No entanto, o comprometimento do Estado teve que se explicitar através de medidas objetivas, dadas as crescentes desigualdades sociais resultantes das transformações econômicas, sociais e políticas ocasionadas pela revolução industrial e a impossibilidade de deixar os problemas sociais sob o controle informal do mercado e de outras instituições tradicionais —impunha-se reintegrar as pessoas ao processo produtivo. Tal atuação não se deu sem dificuldades: por um lado o Estado reconhecia as desigualdades como resultado de contradições estruturais do sistema capitalista e, por outro, os liberais temiam o esvaziamento do processo de acumulação com o deslocamento de recursos de setores produtivos para setores improdutivos.

Tal como sucedeu com os teóricos não-marxistas, também houve pouco interesse dos marxistas sobre a ação do Estado no campo do bem-estar<sup>7</sup> do ponto de vista teórico, ainda que por razões diversas. No entanto, alguns autores contemporâneos marxistas, no século XX, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial,

6 Nesse sentido diz Pierson, C. (1991: 103, citado por Pereira, 1998): "nem o Estado mínimo do século XIX se livrou de intervir na economia e na provisão do bem-estar. A Inglaterra vitoriana, pintada muitas vezes como a essência do 'laissez-faire' capitalista liberal e do listado "guarda noturno", viu a implementação de uma ampla gama de medidas sobre o controle das fábricas, a qualidade da moradia, a segurança da saúde pública, a provisão da educação pública, a municipalização dos serviços básicos e a compensação obrigatória dos trabalhadores frente aos acidentes industriais".

7 O conceito de bem-estar é complexo, pois não é um 'constructo' ou um rótulo criado e baseado num desejo, mas a expressão de uma realidade vivenciada em contextos sócio-culturais particulares. O 'social welfare' é o eletivo bem-estar usufruído pela sociedade mediante as políticas sociais. Os resultados do bem-estar se concebem em termos de níveis de satisfação das necessidades humanas como um conjunto de pré-condições para a existência humana, de uma vida autônoma no interior de sociedades que têm objetivos gerais de criação de modos de vida livres e emancipadores.

realizaram férteis análises sobre o Estado de Bem-estar, com diferenças em seus enfoques, como Ian Gough, Ramesh Mishra, Esping-Anderscn e Claus Offe<sup>8</sup>.

Pode-se dizer, parafraseando Mishra (1981), que duas razões justificam a utilização da teoria marxista como fundamento para a análise da questão do bem-estar e como base teórico-analítica para caracterizar as políticas sociais ou políticas de proteção capitalistas relativas à mulher, unidade de análise deste estudo. Uma, por ser uma concepção totalizadora da sociedade, pois a analisa como um conjunto de múltiplas determinações, oferecendo elementos sobre a natureza e o desenvolvimento da questão da igualdade, em suas dimensões econômicas, políticas e filosóficas. E outra, por ser uma teoria normativa preocupada com a superação do capitalismo, oferecendo uma visão particular dos problemas relacionados à desigualdade social nesse modo de produção e comprometendo-se com a construção de uma sociedade efetivamente igualitária.

Ao realizar o balanço dos estudos relacionados com a questão do bem-estar, Mishra (1981) adverte sobre conseqüências que dificultam a compreensão e a solução desta problemática na sociedade. Entre elas se destacam:

1. a ampliação dos serviços sociais não muda a sociedade capitalista — o Estado ao ter um fundo comum pode prover recursos para segurança e melhoria de vida sem alterar a estrutura desigual entre as classes;

2. a necessidade de constante luta da classe trabalhadora para manter o Estado de Bem-estar, O salário social tanto quanto o do mercado e uma parte do conflito de interesses de classes e de valores;

3. as reformas sociais só assumem importância no esquema de valores marxistas quando estas provocam mudanças significativas na realidade das classes e na estrutura econômica. Para os marxistas o Welfare State muito mais retarda que ajuda a causa da revolução ao incorporar os trabalhadores, tornando o capitalismo mais estável.

<sup>8</sup> Mishra, Gough, Offe e Esping-Anderson são considerados neomarxistas, pois, apesar de introduzirem em seus estudos novas categorias de análise, têm suas idéias básicas enraizadas no pensamento de Marx. Não se trata, porém, de um grupo homogêneo, mas tem como denominador comum a crítica do sistema de bem-estar burguês. De Offe está aqui se referindo às primeiras análises, porquanto em posterior entrevista publicada na revista brasileira "Veja", abril de 1998, falando sobre a reforma do Estado, esse autor enfatiza a importância das entidades comunitárias como as ONGs e as igrejas, ao lado do Estado e do mercado, para formação de uma nova ordem social.

<sup>9</sup> Para maiores detalhes sobre o Welfare State - sua constituição, suas causas, suas conseqüências, seu apogeu e sua propagada crise e impactos e também sobre a principal proposta alternativa de saída, o pluralismo de bem-estar, apresenta-

Julga-se necessário considerar o Welfare State<sup>9</sup> para tomá-lo como referência analítica invertida ao esquema de bem-estar socialista<sup>10</sup>. Dessa maneira, pode-se delimitar o contraponto necessário para a reflexão sobre o bem-estar socialista e confrontá-la com os ideais igualitários de inspiração socialista e também para entendimento e caracterização de uma prática socialista de bem-estar mais específica, dirigida a um segmento social, a mulher cubana.

As dúvidas sobre o futuro do Estado de Bem-estar dão lugar, a partir dos finais dos anos 1970, ao aparecimento de possíveis caminhos no sentido de sua reestruturação.<sup>11</sup>

A crise global da sociedade contemporânea, particularmente nas últimas três décadas, expressa-se, não de maneira exclusiva, pela crise do Welfare State e pelo colapso do chamado socialismo real. Cada qual procura solução para seus antagonismos e suas conseqüências, próprias da ordem do capital, mas não podem ser igualadas, uma vez que apresentam lógicas diferentes e significações distintas.

Estas duas crises confluem numa expressão paradigmática: o neoliberalismo.<sup>12</sup>

Quando o Welfare State começa a se reestruturar e ocorre a queda do chamado socialismo real", a programática neoliberal se torna atraente e a defesa do mer

da pelo ideário neoliberal atual, ver Picson (1991); Offe (s/d); Navarro (1993); Mishra (1984); Johnson (1990); Gough (1982); Esping-Andersen (1991 e 1995) e Abrahams<sup>TM</sup> (1992).

10 O bem-estar socialista não é analisado em si mesmo, mas a partir de sua antítese, o bem-estar burguês, já que aquele sempre foi uma utopia pensada e elaborada a partir das contradições do sistema capitalista. E também o socialismo não propõe o bem-estar como um problema teórico, já que o mesmo era pensado como uma problemática prática que se resolveria, quase de maneira automática, com o desenvolvimento das forças produtivas.

11 Estudiosos da Política Social apontam não para o desaparecimento do Welfare State, mas sim para mudanças na sua estruturação e valores básicos.

12 O liberalismo clássico, um sistema de conceitos econômico-políticos, teve suas bases sócio-históricas desmoronadas quando no final do século XIX se inicia a era do capitalismo monopolista, com um Estado necessariamente intervencionista, redefinindo a relação público/privado, assim como a relação político/econômica. Seu texto de origem, "O caminho da servidão" de Friedrich Hayek, de 1944, constitui um ataque contra qualquer tipo de limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciado como terrível ameaça não só à liberdade econômica como também à política (Para detalhes, consultar Nelto, 1995; Sader, 1996 e Esping Andersen, 1995).

13 O desmonte do campo socialista, na Europa Oriental e na União Soviética, de 1989 a 1991<sup>13</sup> abastece com novos elementos o ideário neoliberal, uma vez que este sempre incluiu, como componente central, o anticomunismo. As lideranças desses países promovem a desigualdade, realizam privatizações, aceitam quedas de produção, mais que as aceitas no Ocidente<sup>13</sup>, enfim, atacam o keynesianismo e o Estado de Bem-estar. Contudo, esse extremismo tem revelado duas caras: ao lado da influência que exerce nos países pós-comunistas, ocorre uma reação popular (Polônia, Hungria, Lituânia), onde ex-comunistas governam seus países, com a ressalva de que, na prática, suas políticas no governo não vão diferir muito daquelas de seus adversários neoliberais (Para detalhes, ver: Netto, 1995).



cado livre ganha ressonância, pois são colocados em cheque não só o fato de que uma economia planificada não se sustenta, mas também o de que funções estatais possam promover o crescimento econômico e o bem-estar.

E no final da década de 1970 e início dos 1980 surge a oportunidade de que o programa liberal se realize, quando são eleitos governos empenhados em pô-los em prática em países como a Inglaterra (Thatcher), Estados Unidos (Reagan), Alemanha (Kohl) e Dinamarca (Schluter). Os governos destes países tomam medidas diferenciadas, com variantes distintas segundo suas particularidades históricas: legislação anti-sindical, gastos sociais, prioridade à competição militar, corrida armamentista, reformas fiscais, ou seja, reorientação no sentido de uma política neoliberal, no início por governos com orientação política de direita e depois, por aqueles que se autoproclamavam de esquerda.

E o Estado de Bem-estar, apesar de todas as medidas para conter os gastos sociais, não diminuiu muito seu peso. A proporção absoluta do Produto Nacional Bruto (PNB) aumenta, decrescendo a proporção consumida em gastos sociais, explicada pelo aumento com gastos relativos ao desemprego e pagamento de pensões, com o aumento do número de aposentados.

Paradoxalmente, ante esta situação, em 1991, quando tivemos um quadro de recessão, com a dívida pública dos países em ascensão, quando cresce o endividamento privado das famílias e das empresas, não há uma forte reação contra o neoliberalismo. Em importantes países da Europa ocorrem derrotas de socialistas e social-democratas por candidaturas que representavam a direita.

Na América Latina, o neoliberalismo começa já em princípios dos anos 1970; no Chile do governo ditatorial de Pinochet, com programas de desemprego em massa, repressão sindical, redistribuição de renda a favor dos ricos, privatização de bens públicos, ainda antes da Inglaterra. Como o Chile, também a Bolívia, em termos da América Latina, significava experiência isolada até o final dos 1980. Nesse período, tomam a direção neoliberal o México, a Argentina, a Venezuela e o Peru, em 1990.

Segundo Pereira (1996: 129): "No caso particular da América Latina, ... a prioridade da ofensiva liberal era a de execução de programas de ajuste estrutural que tinham como objetivo manter equilíbrios macroeconômicos às expensas da satisfação das necessidades básicas da população".

Assim, as mudanças que vem ocorrendo desde os tempos da chamada crise do Estado de Bem-estar, provocam a busca de alternativa ao Welfare State que incide na recente ampla defesa, tanto por intelectuais como por políticos de diversas tendências, do 'pluralismo de bem-estar'.

Abrahamson (1992) define papéis e competências de três parceiros no contexto do Pluralismo de Bem-estar: o Estado, que detém o poder; o mercado, que detém o capital; e a sociedade civil, em cujo âmbito se desenvolvem as relações de solidariedade.

Ademais, imerso na discussão do Pluralismo de Bem-estar, aparece o discurso do 'Welfare Society', onde está colocada a questão da solidariedade, indispensável para o alcance da igualdade, da equidade e da eficiência (Johnson, 1990). Equidade se refere a uma imparcialidade na distribuição ou justiça; igualdade significa dar à pessoa a mesma oportunidade e o mesmo acesso a recursos e serviços. Esta noção de sociedade de bem-estar é a antítese marxista da sociedade de bem-estar<sup>14</sup>. Isso porque, se a posição da qual partem as pessoas não é igual, elas auferem recursos desiguais. Assim, a igualdade não é equitativa, pois requer recompensas desiguais para um esforço e qualificação desiguais. A eficiência também se cumpre quando se adotam critérios de necessidade — o tipo de necessidade é uma dificuldade conceitual encontrada. Pois a necessidade em Marx é social, baseia-se em um princípio distributivo orientador. Assim, numa sociedade socialista a política e o planejamento econômico devem ser subordinados ao planejamento social, ao contrário do sistema de planejamento de uma sociedade capitalista.

Por outro lado, as respostas capitalistas encontradas sob a forma de políticas sociais, têm se distanciado cada vez mais do objetivo de atendimento às necessidades sociais e da busca da solidariedade e as medidas adotadas visam ao seu objetivo principal, o alcance da lucratividade econômica. Hoje temos flexibilização das relações de trabalho, seletividade e fiscalização da provisão social e falta de compromisso com o estabelecimento de mínimos sociais como direito de todos. Isso se expressa na ideologia neoliberal que informa as políticas econômicas e sociais

<sup>14</sup> Para Marx as maneiras pelas quais pobreza e riqueza são geradas no modo capitalista de produção constituem a antítese da sociedade de bem-estar porque no sistema capitalista a riqueza e a melhoria de vida, ao serem reguladas pelo mecanismo impessoal do mercado, não levam em consideração as necessidades humanas e a solidariedade. Assim, ele postula um conceito global de sociedade a sociedade de bem-estar pós-revolucionária, onde seria alcançado o verdadeiro igualitarismo.

na atualidade com ênfase no estreitamento do papel do Estado ante os problemas -desigualdade, pauperismo — presentes na vida social.

Assim, as modalidades de intervenção no quadro do neoliberalismo são definidas considerando o desemprego como resultado "natural" da economia de mercado, com o desmonte de políticas nacionais básicas cujas principais implicações são: cortes nos programas sociais, diminuição dos benefícios da seguridade social, valorização de novas formas de ajuda social. Nesse sentido, o "pluralismo de bem-estar" ou "bem-estar misto"<sup>15</sup> ganha força e é a velha fórmula de proteção apresentada como nova para liberar o Estado da obrigação de enfrentar os também chamados novos problemas. Trata-se, na verdade, mais do que uma combinação da iniciativa pública e privada, como sugere o nome, da dispensa da participação decisiva do Estado na regulação e provisão das políticas sociais e do comprometimento de instituições-chaves da sociedade o Estado nacional, a lei e o direito com o bem-estar do cidadão. Como principal intenção do Pluralismo de Bem-estar, está o alcance dos direitos conquistados pelos cidadãos, utilizando o argumento da descentralização," a colaboração e a associação na divisão ele responsabilidades, anteriormente assumidos pelo Estado ou através de seus órgãos.

Assim, no caso do bem-estar capitalista<sup>17</sup>, a necessidade de recuperação da rentabilidade econômica, como objetivo principal, desemboca na crise do Estado de Bem-estar quando se apresenta um período de recessão. Estes processos apontam para um novo quadro institucional e para outros tipos de relação entre Estado e sociedade. Trata-se de uma tendência mundial de ajuste como resposta às mudanças

15 No 'Pluralismo de bem-estar' ou 'Bem-estar misto' - proposta readaptada do Estado de Bem-estar há conjugação dos papéis complementares e freqüentemente combinados do Estado, do mercado e da sociedade civil, para provisão do bem-estar (Ver Johnson, 1990 e Abrahamson, 1992).

16 Ao criticar a descentralização, diz Pereira (1994: 11 / 12) : "Um aspecto é descentralizar serviços sem restringir ou diminuir direitos do cidadão e os deveres do Estado e, outro é devolver encargos à sociedade, restringindo ou destituindo direitos e desobrigando de seus deveres o Estado. Da mesma maneira, um aspecto é que a sociedade funcione como espaço das classes sociais, exercendo o papel de agente crítico e ativo dos rumos e das tendências da política social, e outro é que ela funcione somente como espaço de solidariedade, colaborando de boa fé com a usurpação dos direitos da cidadania por ela conquistados".

17 O sistema de proteção social capitalista é baseado na coexistência da carência e da abundância, ou seja, da lógica da acumulação capitalista e da lógica de atendimento das necessidades humanas, guiada pelo critério de rentabilidade econômica, regulado pelo sistema do mercado. O bem-estar social se caracteriza por uma instituição social útil que serve para o alcance de objetivos e se desenvolve dessa maneira de uma forma fragmentada e pragmática. Os serviços sociais são algo conveniente para a manutenção do sistema, num jogo de forças contrárias.

ocorridas na organização do trabalho, na estrutura familiar e nas relações sociais que levam à consideração da primazia do ser humano sobre a classe social, com políticas centradas nas pessoas, com o surgimento de mobilizações menos institucionalizadas e mais espontâneas frente aos novos desafios da vida cotidiana.

O objetivo proclamado do Pluralismo de Bem-estar é conferir poder ao povo, promover a participação local, reduzir custos e aumentar a eficiência para expansão e prestação de serviços à população - discurso que vem obtendo o apoio das esquerdas. Assim, este modelo de bem-estar apresenta uma capacidade de convocatória muito grande, responde mais rapidamente às necessidades da população por conta de seus dois elementos principais: a descentralização e a participação. Contudo, na prática, o Estado tem se retraído e transferido responsabilidades para a sociedade que, por sua vez, não tem as condições econômicas, políticas e sócio-culturais para exercê-las.

O Estado de Bem-estar, proposta dos social-democratas, não transcende os limites do sistema capitalista. E o pluralismo de bem-estar, proposta readaptada do Estado de Bem-estar para os tempos atuais, constitui-se, na verdade, em arma da direita e ferramenta indispensável ao ideário neoliberal.

## Os paradigmas do estudo

A perspectiva dialético-relacional de compreensão e de crítica da realidade perpassa todo o estudo, marcando a visão de mundo marxista como fonte inspiradora. E nesta perspectiva, dá-se particular destaque à análise comparativa entre os paradigmas e as práticas opostas de bem-estar social.

Assim, o estudo confrontou paradigmas divergentes da concepção de bem-estar utilizando-se de pensadores denominados neste trabalho de 'marxistas' e 'não marxistas'<sup>18</sup> pois os autores que tratam o tema das políticas sociais estão vinculados a teorias distintas que podem ser aglutinadas nessas duas categorias. Esta opção ofereceu pistas interessantes para analisar as políticas sociais sob diferentes óticas.

18 Ver análise de diferentes autores marxistas e não marxistas sobre o bem-estar na tese de doutorado de César (2001).

Cabe esclarecer que, apesar da dificuldade de caracterizar os elementos principais definidores de uma linha de pensamento, pode-se especificar algumas de suas características básicas comuns à variedade de autores analisados.

Dessa forma a abordagem não marxista de bem-estar apresenta os seguintes traços :

a) o conceito da sociedade como um sistema, ou seja, um conjunto de padrões inter-relacionados que constituem as 'partes' de um 'todo' integrado;

b) a análise desses padrões — como as instituições sociais — em termos de suas funções, ou seja, a contribuição que elas trazem para a eficiência ao trabalho do 'todo'. A integração é considerada essencial para a sobrevivência de todas as comunidades pela necessidade não só de manter tanto o nível de desequilíbrio e de conflito entre as partes (instituições, grupos ou indivíduos) o mais baixo possível, como de tornar parte dessa integração o controle e a ordem sociais. Tais mecanismos de controle social se dirigem menos à criação de um sentido comunitário ou valorização da solidariedade e mais à garantia de não-ruptura dos padrões estabelecidos.

Por outro lado, as principais características da perspectiva marxista do bem-estar podem ser assim sintetizadas, segundo Mishra (1981):

a) o bem-estar vincula a regulamentação das condições de vida e de trabalho e a distribuição dos recursos ao atendimento das necessidades humanas;

b) o capitalismo é antitético ao bem-estar;

c) o bem-estar pode começar a ser estabelecido parcialmente na sociedade capitalista através da ação coletiva dos trabalhadores, mas devido à natureza do sistema capitalista, a perspectiva de reforma é escassa;

d) o aparelho do Estado, ainda que servindo aos interesses da classe dominante, tem que incorporar demandas dos dominados e assim, as medidas sociais podem ser aceitas formalmente, mas não em sua substância;

e) o bem-estar só pode ser estabelecido como uma norma reguladora e distributiva depois que os meios de produção forem socializados e o sistema de propriedade privada for abolido.

Esta perspectiva de contrapontos de paradigmas é referência importante para captar as características gerais do sistema cubano de proteção social pós-revolução<sup>19</sup> e para repensar, num plano mais específico, certas particularidades das políticas sociais socialistas, em oposição às capitalistas. Isto se justifica sobretudo pelo déficit de estudos historiográficos referentes às políticas sociais das experiências socialistas em geral e, em particular, em relação a Cuba. Efetivamente, os estudos sobre as políticas sociais no socialismo são escassos. Algumas pesquisas dos anos 1970 e 1980 na URSS e da década de 1980 em Cuba abordaram indiretamente o tema através de estudos sobre o modo, a qualidade e o nível de vida, bem como as necessidades humanas<sup>20</sup>, onde se privilegia o enfoque de classe. Mais recentemente, em Cuba, vários centros de pesquisa se dedicam ao tema das políticas sociais, não só conceitualmente, mas numa análise da prática dessas políticas.<sup>21</sup>

Desta maneira este estudo pretende contribuir para a análise a partir de um enfoque integral das políticas sociais no socialismo cubano, ou seja, sobre os fundamentos, a constituição, as formas de realização e os impactos dessas políticas de bem-estar sobre a população, ainda que enfocando as políticas sociais dirigidas a um segmento particular — a mulher. Dessa forma se coloca o seguinte problema: que contrapontos se podem estabelecer entre os sistemas de bem-estar socialista e capitalista a partir das características fundamentais das políticas sociais dirigidas à mulher em Cuba?

19 O sistema de bem-estar socialista tem como princípio fundamental a distribuição dos recursos baseada na satisfação das necessidades humanas. O bem-estar como valor central só existe se a produção for governada por um critério social e a distribuição pelas necessidades humanas. Na concepção do bem-estar socialista os serviços sociais são a expressão dos valores básicos da sociedade, onde os destinatários dos serviços sociais não são somente cidadãos com direito a um mínimo básico de existência civilizada, sob os auspícios do Estado, mas membros de uma comunidade socialista que tem como fim a satisfação crescente das necessidades.

20 Ver: Gleseman, I. - Socialismo y modo de vida, La Habana, Cuba, Editorial de Ciencias Sociales, 1989; Jindrich Filipek - El modo de vida socialista, in: Revista Socialismo, Teoría y Práctica No. 7, Moscou, 1974; Pomar, Jorge Montalvo (tradutor) - El modo de vida en la lucha ideológica contemporánea, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1985; García e outros - El hombre y los valores espirituales en el socialismo, Moscou, Editorial Progreso, 1987; Alfonso e outros - Necesidades humanas, nivel de vida, calidad y modo de vida, La Habana, CEDEM, 1985; CIPS - Una concepción teórica del modo de vida, La Habana, s/d. Em 1970, em Moscou, publicaram-se os anais do Simpósio Internacional do Centenário do nascimento de Lênin, patrocinado pelo Comitê das Mulheres Socialistas, com o debate do papel da mulher na sociedade e a solução do problema feminino nas países socialistas, com um enfoque mais generalizado.

21 Destacam-se grupos de especialistas ligados ao Centro de Investigaciones Psicológica y Social (CIPS); ao Instituto de Investigación Económica y Social (INIE); à Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLASCO/CUBA)

Assim a política social será vista como um conjunto integrado de estratégias e programas desenvolvidos, com ênfase aos setores de saúde, educação e emprego, que se destinam a concretizar as políticas específicas dirigidas à mulher. Ademais, tentar-se-á analisar o grau de contribuição dessas políticas para reduzir as desigualdades que atingem esse segmento da população, historicamente considerado como um dos mais vulneráveis do ponto de vista social em todas as partes do mundo.

Por outro lado a relação entre Política Social e Gênero passa pela discussão de sua vocação de não-centralidade e de transversalidade e, por isso, atravessa todos os âmbitos nos diversos conjuntos de intervenção social. Além disso, na discussão sobre políticas de gênero, estas apresentam um duplo caráter contraditório:

a) como meio de promoção da igualdade;

b) como contribuição para o aprofundamento das desigualdades de gênero e para a consolidação do patriarcado.

A noção de gênero traduz, um caráter relacional entre o feminino e o masculino. Portanto, nos estudos sobre a condição feminina a seleção isolada da unidade empírica mulher não é suficiente. Exige-se uma postura teórica que privilegie uma visão não-linear e não-essencialista. Diante disso, opta-se por tomar a questão do gênero como um conceito-suporte auxiliar para entender a particularidade da mulher, uma vez que a idéia de gênero mesmo não sugerindo desigualdade, está relacionada à diferença. Atualmente, a importância das relações de gênero para analisar a organização social tem sido objeto de vários estudos que tornam significativas as reavaliações das explicações sobre experiências de mulheres ou de grupo de mulheres. Distingue-se do componente sexo que explica o comportamento diferenciado masculino e feminino através do organismo biológico sexual inato, explicação que não convence.

"O feminismo pensa sobre a sexualidade da mesma forma que o marxismo pensa sobre o trabalho: como uma atividade construída e, ao mesmo tempo, construtora, universal, mas historicamente específica, composta pela união entre matéria e mente. Da mesma forma que a expropriação organizada do trabalho de alguns em benefício de outros define uma classe — os trabalhadores — a expropriação organizada da sexualidade de alguns para uso de outros define o sexo, mulheres" (Mackinnon, citado por Sorj 1992: 16).

Assim o conceito de gênero é utilizado levando em conta um denominador comum utilizado em diferentes estudos: sua definição como produto social inserido numa estrutura de relações sociais e representado, apreendido e transmitido historicamente ao longo das gerações.

Ademais, as políticas sociais com perspectiva de gênero se sustentam sob o princípio da igualdade, do reconhecimento das diferenças e do direito cidadão porquanto: a) promovem a participação das mulheres nos níveis de projeto, implementação e avaliação das ações; b) tornam visível o papel das mulheres como protagonistas do desenvolvimento social e c) fomentam a organização da sociedade civil e a democratizam.

Todavia, devido à própria desigualdade histórica e socialmente construída entre homens e mulheres em relação aos papéis atribuídos diferencialmente no lar, na rua, no trabalho e em outras esferas da atividade humana, as respostas do Estado e da sociedade através dos tempos também têm sido discriminatórias e desiguais em relação a esses dois segmentos e na maioria dos casos, os benefícios para a mulher se originam de seu vínculo de dependência com o homem, seja pai ou marido. Aos questionamentos e críticas do movimento feminista cabe o mérito de trazer ao debate que a real emancipação da mulher só é possível na medida em que ela seja titular de direitos civis, políticos e sociais por si mesma enquanto cidadã.

Um aspecto de especial importância é que, até 1960, como resultado de um scxismo institucionalizado, as preocupações femininas se expressaram à margem dos estudos sociológicos, e os teóricos não-marxistas se incluem aí. Tais estudos deram respostas conservadoras aos argumentos feministas das análises sobre as relações de gênero, considerando irrelevantes suas inclusões na sociologia que desenvolviam e, ademais, ao abordarem a questão das diferenças e desigualdades deram respostas mais convencionais que críticas. Exemplo disso é a consideração de Parsons sobre a importância da família para a estabilidade social e emocional dos adultos com a necessária divisão sexual do trabalho, com papéis de mando para os homens e de gentileza e amabilidade para as mulheres. Segundo de, a igualdade debilita a função de estabilidade da família (Ritzer, 1994: 261 a 264).

De maneira geral, estes teóricos deram atenção à família (especialmente à nuclear) e a seu papel no processo de socialização, com argumentos que fortalecem a auto-gestão desta instituição no desempenho de suas funções, mas com desprezo



a qualquer tipo de política social que atendesse às necessidades da família com recursos dedicados à moradia, provisão financeira e social.

## A mulher e as políticas sociais capitalistas

As análises relacionadas com os países de Estados de Bem-estar mais avançados servem como chave para os contrapontos que se realizarão nos próximos capítulos, em relação ao sistema cubano de bem-estar e às políticas sociais dirigidas à mulher cubana.

Os estudos sobre a mulher e os Estados de Bem-estar nos diversos países tem abordado uma grande variedade de temas<sup>22</sup> analisados a partir de uma perspectiva macro (mudanças históricas e suas conseqüências, participação das mulheres na elaboração de políticas sociais) e micro (maternidade, casamento, aborto). Tais estudos, em sua maioria, consideram a esfera da produção e da reprodução mais além da economia formal e monetarizada.<sup>23</sup>

Por outro lado, a relação entre a mulher e o Estado de Bem-estar tem sido ambígua porque atualmente as mulheres defendem programas e sistemas de proteção que criticavam no passado. O ponto central dessas críticas refere-se à formação das ideologias e práticas das instituições do Estado de Bem-estar, de marcado caráter patriarcal, e que contribuem para a perpetuação das desigualdades ao reforçar a dependência e a subordinação da mulher. Contudo, outras posições consideram a importância do Estado de Bem-estar para as mulheres, ainda que suas demandas específicas sejam provavelmente menos significativas que o estabelecimento mais geral de políticas redistributivas. Elas enfatizam que a política social poderia ser mais inclusiva no sentido de pôr em prática mudanças com ênfase sobre os direitos cidadãos da mulher (Cohen, 1997: 28).

22 Uma série de estudos científicos, com diferentes enfoques, tenta determinar os fatores que incidem na discriminação de gênero, o conteúdo do bem-estar e o impacto das políticas sociais em relação à mulher (Ver a respeito: Anttonen, s/ d; Hobson, 1991; Evans e Wekerle, 1997; Borchorst, 1991 e Cohen, 1997).

23 "O Welfare State é extensamente organizado e voltado para as mulheres porque elas são mais pobres que os homens, vivem mais e têm menos acesso aos serviços providos pelo mercado. Neste caso, elas necessitam mais do Welfare State que os homens". Ver dados estatísticos que comprovam este argumento no texto de Pereira(s/d: 3-5); "Desigualdades entre gêneros".

Entre as feministas podem ser detectadas duas ordens de explicação do Welfare State: um que utiliza o argumento do patriarcado — opressão sistemática da mulher pelo homem — e outro que o explica pela lógica do capitalismo — opressão sistemática do trabalho pelo capital. Contudo, ambas possuem a visão comum de que o Welfare State é organizado levando em conta o interesse do homem e do capital às expensas da mulher (Pereira, s/d — B: 1).<sup>24</sup> Por outro lado, autoras marxistas apresentam o Welfare State como expressão tanto da opressão patriarcal como do capitalismo. O argumento se baseia no seguinte raciocínio: o Estado tem que intervir na economia e na sociedade porque só o mercado não assegura a acumulação capitalista, a longo prazo. Assim, as políticas sociais do Welfare State asseguram a produção e a reprodução da força de trabalho que o lucro capitalista tem por objetivo. Por outro lado, a esfera privada da família, na qual a força de trabalho é reproduzida, sofre intervenção do Estado de forma indireta, através de auxílios independentes do salário do homem e do serviço doméstico da mulher. Há, portanto, provisões de benefícios organizados de maneira diferenciada para homens e mulheres. O interesse do capital, via Estado, é assegurado através de três fatores: a) pela diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho com cuidados da saúde e da educação, por exemplo, e com o trabalho não remunerado das mulheres; b) por criar um exército de reserva, no qual as mulheres são fontes de trabalho barato e dispensável; c) por incluir no mercado de trabalho assalariado os serviços do âmbito doméstico, com baixa remuneração por ser trabalho essencialmente feminino (Pereira, s/d-B). "... Assim, o Welfare State se constitui numa ampla arena de lutas e conflitos não só em relação às classes sociais, senão com relação ao gênero" (Pereira, s/d- B:3).

Segundo Borchorst (1991: 11), "... Os estados de bem-estar conservadores e liberais<sup>25</sup> pressupõem que a responsabilidade de reprodução humana e seu cuidado recaiam na família, e portanto, recaem pesadamente no trabalho não-assalariado da mulher. O princípio de subsidiaridade, o qual é amplamente discutido dentro da

24 Também Borchorst (1991) aponta duas concepções contrárias nas pesquisas sobre a mulher e o Estado de Bem-estar: uma positiva, que enfatiza os traços reformadores e de proteção à mulher [Hernes (1997), apud Borchorst, (1991); Borchorst e Smith, (1997), apud Borchorst, (1991)] e outra com enfoque negativo que destaca fortemente os traços recessivos e patriarcais do Estado [Wilson (1977), apud Borchorst, (1991); Eisenstein (1981), apud Borchorst, (1991); Hartmamt (1981), apud Borchorst, 1991]; Waldy (1990), apud Borchorst, 1991]. Borchorst (1991) atribui estas diferentes explicações aos antecedentes em diversos tipos de Estados de Bem-estar: a primeira está tipicamente relacionada as análises dos estados de bem-estar escandinavos e a segunda aos estados de bem-estar conservadores, claro que com variações segundo diferentes tradições.

25 Há na literatura especializada diferentes classificações dos estados de bem-estar. Segundo Esping Andersen (1991) existem tres tipos: social-democratas, liberais e conservadores.

comunidade européia, descansa fundamentalmente nesta idéia. Está muito enraizada nos países onde prevalece o catolicismo, e onde a mulher se define basicamente como mãe. Isto se sustenta pela restrição de seu acesso aos anticoncepcionais, ao divórcio e ao aborto. De forma que a maternidade biológica, social e política é um forte mecanismo social nestas sociedades".<sup>26</sup>

Anette Borchorst (1991) também diz que são diversas as interpretações sobre as dinâmicas do patriarcado que enfatizam desde o decisivo controle do homem sobre a força de trabalho da mulher (Hartmann (1991), apud Borchorst, 1991) até as questões relativas à sexualidade, maternidade e à criação dos filhos (Eisenstein (1981), apud Borchorst, 1991). Para a autora, o argumento de que um destes elementos é decisivo para a perpetuação do poder patriarcal, não é conveniente, pois a dinâmica da divisão do trabalho descansa sobre um conjunto de fatores estreitamente vinculados e complexos, muito difíceis de separar, tanto empírica como teoricamente. Por exemplo, os estados de bem-estar escandinavos não confinam a mulher à maternidade, ao contrário, têm aumentado a capacidade do controle, pela mulher, da maternidade biológica. Têm contudo elevado a posição da mulher como mãe trabalhadora. O Estado de Bem-estar norueguês tem mantido a maternidade política, mas buscando reduzir a maternidade social e também debilitando, dessa forma, a maternidade política. Na Suécia e na Dinamarca, a maternidade política tem sido modernizada através da institucionalização do duplo trabalho da mulher.

Todavia há uma situação particular para a mulher nos Estados de Bem-estar escandinavos comparada com outros países. A mulher escandinava obteve o direito ao voto muito cedo, em 1921 (Haavio-Mannila, 1985, citado por Borchorst, 1991)<sup>27</sup> e atualmente sua representação política é a mais alta do mundo: na Suécia, 38%; na Noruega, 36% e na Dinamarca, 33%.<sup>28</sup> Somente poucos países no mundo excedem a 20% a representação feminina no Parlamento.

26 A 'maternidade biológica' refere-se à gravidez, ao parto e à lactância; a maternidade social, mais além da maternidade biológica, é uma realidade construída socialmente. Segundo Borchorst, esta distinção foi elaborada por Zillah Eisenstein, (1981). Borchorst, a partir da pergunta se o Estado através de sua política une a mulher à maternidade social e portanto, confirma uma maternidade política, sugere essa terceira categoria - a maternidade política a fim de isolar analiticamente o papel do Estado dos mecanismos em relação à família e ao mercado de trabalho.

27 Borchorst (1991) oferece dados sobre a participação política das mulheres escandinavas.

28 Alguns outros países nórdicos, notavelmente Finlândia, apresentam um recorde mundial na representatividade política da mulher (39%) (Borchorst, 1991).

Também a participação da mulher na força de trabalho, especialmente na Suécia e na Dinamarca, está entre as mais altas do Ocidente.

Ainda que nos países escandinavos a situação da mulher pareça ser específica e diferente da de outros países com Estados de Bem-estar, a noção de gênero tem recebido pouca atenção na pesquisa, o que se explica, por um lado, pelo fato de que a análise geral não levar em consideração a situação particular da mulher e generalizá-la a partir de uma norma masculina. Por outro lado, a tendência é centrar cada vez mais nos sexos, em detrimento do gênero.

Anette Borchorst (1991) discute, ao analisar o caso escandinavo, a necessidade de examinar, nas variações entre os estados de bem-estar, o impacto das políticas sobre a hierárquica divisão do trabalho por sexo integrada numa conceituação teórica e também se o Estado, através de suas políticas, tem diminuído ou mantido o poder patriarcal. Diz esta autora que o conceito de patriarcado foi elaborado e discutido de acordo com a noção de que a sociedade contemporânea se caracteriza por uma estrutura de dupla força na qual o sexo e a classe são duas categorias analíticas fundamentais. Alguns rechaçam esta noção totalmente por ser generalizante, por levar ao funcionalismo e ao dualismo e também por negar o papel das próprias mulheres na preservação e solução do poder patriarcal.

Por outro lado, o mercado de trabalho, quase sempre, está estruturado por uma norma masculina que dificulta a conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Não obstante essas dificuldades, a participação feminina no mercado de trabalho cresceu, especialmente na Suécia e na Dinamarca durante as décadas de 1960 e 1970; é a mais alta do Ocidente. Borchorst (1991) afirma que essa grande participação feminina é "...devida às mudanças mutuamente dependentes na família, no mercado e no Estado. As forças do mercado foram importantes para o início do processo, mas o interesse de cobrir as necessidades para o trabalho foi mediado através das políticas do Estado de Bem-estar; especialmente a extensão das ajudas de atendimento público foi decisiva para a persistência do ingresso da mulher ao trabalho assalariado e para tornar irreversível esse processo. Ainda mais, o processo foi se ampliando espontaneamente porque o próprio setor público empregava grande número de mulheres" (Borchorst, 1991: 6).

Também os partidos de direita, apesar de apoiar estas iniciativas, davam mais ênfase ao aumento dos subsídios de trabalho do que às medidas para a redução das de-

sigualdades entre os sexos; se opunham a uma extensão em grande escala dos serviços públicos e se inclinavam a soluções privadas como o 'cuidado diurno'. Apesar dessa divergência, na Suécia e na Dinamarca, os serviços públicos eram prestados como direitos universais e se estenderam notavelmente em relação ao cuidado das crianças, dos enfermos e dos anciãos.

Nos países escandinavos, a maioria dos serviços e muitas das transferências monetárias estão dirigidas a indivíduos, enquanto nos países de regimes liberais e conservadores de bem-estar, a manutenção por rendas se calcula, em grande medida, sobre a base de que uma mulher casada e mantida pelo marido, que é considerado o chefe da família.<sup>29</sup>

Os estados de bem-estar escandinavos, que são social-democratas, têm posto em vigor medidas que reduziram as contradições entre reprodução e trabalho assalariado, através do prolongamento da licença maternidade, do direito de ausência ao trabalho durante enfermidades dos filhos e da extensão à criança das políticas de atendimento. Como na Escandinávia a igualdade entre os sexos e a de classes é considerada como duas noções muito diferentes, a última tem exercido um papel muito menos proeminente e os ideais igualitários guardam relação com a igualdade entre os sexos.<sup>30</sup>

Com relação aos padrões de família também houve modificação. Diminuiu o número de casamentos; aumentou o número de divórcios e de concubinatos. A proporção de fertilidade declinou notavelmente e este processo se tornou mais aberto através de decisões políticas, como a liberdade de uso da pílula e a gratuidade de aborto, em vigor na Dinamarca desde 1973; na Suécia, 1975 e na Noruega, 1978. Estas mudanças foram reforçadas pela incorporação da mulher ao trabalho assalariado. (Borchorst, 1991: 9). Todos esses fatores têm alterado, nos últimos vinte anos, a organização e a composição da unidade familiar, dirigida hoje por um dos cônjuges, com grande incidência, pelas mulheres.

29 A Grã-Bretanha, por exemplo, mantém uma distinção entre mulheres casadas e solteiras, para a distribuição dos benefícios sociais.

30 São realmente tipos de reforma para se alcançar a igualdade de gênero através da reformulação das leis, de maneira que se aplica o mesmo para a mulher e para o homem, informada por uma definição de igualdade formal entre os sexos, com igual acesso aos benefícios. Outros tipos de reformas enfatizam vencer as desigualdades entre homem e mulher e prescrevem a conversão do trabalho doméstico não-pago em benefícios sob a forma de efetivo e de direito à seguridade social pensões e benefícios por desemprego e enfermidade. Outra reforma proposta refere-se à divisão estrita de trabalho entre os sexos de forma que as tarefas de prover e de cuidar sejam compartilhadas entre o homem e a mulher.

É necessário levar em conta as mudanças associadas à reestruturação econômica e aos ataques contra o Estado de Bem-estar que incidiram sobre a relação da mulher com o Estado, tanto como prestadora como receptora de serviços de bem-estar social e sobre a proteção de seus direitos como cidadã.

Também o pluralismo de bem-estar atinge a mulher e as políticas sociais que lhe são correspondentes.

Os programas de bem-estar pluralista põem ênfase nos chamados setores informais, incluindo as famílias, as redes sociais, os grupos de auto-ajuda e as cooperativas. Estratégias que têm grande impacto em padrões de gênero formam a divisão do trabalho entre homens e mulheres, assim como entre leigos e profissionais.

Em geral, para as mulheres, tem sido o setor dos serviços sociais o que se tornou a parte mais problemática do Estado de Bem-estar, porque as estratégias de bem-estar mistas são dirigidas para reforçar a prestação dos serviços e para criar um novo tipo de 'cuidados' cujos impactos para a posição da mulher nas sociedades modernas devem ser estudados com profundidade. Isso porque as mulheres são vistas, historicamente, como as pessoas que 'cuidam os outros' (velhos, crianças, enfermos, família), voluntariamente ou não, e o pluralismo tem relegado à mulher seu papel tradicional e não potência seu desenvolvimento como cidadã, inclusive para exercer influência no processo de formulação de políticas sociais que a favoreça.

No caso da Suécia, há um grupo de estudos que considera a existência de um Estado de Bem-estar 'amigo das mulheres' (women friendly)," mas existem críticas por parte do movimento feminista. Os defensores do 'estado amigo da mulher' vêem as políticas sociais correspondentes favoráveis à mulher. No entanto, há divergências teóricas e políticas em relação à interpretação das políticas sociais na modalidade de 'Estado amigo da mulher'. Todavia o tema é ambíguo porque, de um lado, os serviços sociais de cuidados diurnos para crianças, anciãos e incapacitados aumentam, mas, por outro lado, diminuem as opções de trabalho em outros setores porque laboram em ocupações tradicionalmente ocupadas por

mu-31 E também chamado 'Sociedade de cuidados', 'Estado protetor da mulher' e 'Estado de serviço social'. Esse conceito expressa a idéia de que a mulher teria uma relação natural com seus filhos, seu trabalho, assim como com sua vida política. É importante enfatizar que a noção de um 'Estado amigo da mulher' é a de um Estado ideal. Em algumas discussões feministas recentes, contudo, esta noção de Estado tem se convertido numa caracterização do modelo de Estado de Bem-estar escandinavo. Muitos estudiosos discutem se realmente o Estado de bem-estar escandinavo é o mais protetor da mulher no Ocidente capitalista.

lheres, com saldos baixos, o que também tem mantido o Estado de Bem-estar. Na Dinamarca, por exemplo, essa diminuição se expressa também na ausência de uma legislação que contemple a mulher, devido à resistência dos sindicatos dinamarqueses que não concordam com outros sindicatos dentro da Comunidade Européia sobre este assunto.

O tema dos 'cuidados' se converte numa controvérsia teórica e política porque o 'Estado amigo da mulher' não garante que a mulher saia de suas obrigações de 'cuidados' c da família. A mulher mantém essa modalidade de estado funcionando como trabalhadora social, doméstica, assistente médica c outras. São as mulheres, na realidade, dependentes dos serviços sociais tanto como consumidoras, quanto como trabalhadoras.

Segundo algumas autoras (por exemplo Anttonen, s/d), esta visão pode ser considerada como uma alternativa da visão de bem-estar pluralista. Ambas as visões estão profundamente relacionadas à vida da mulher e a suas escolhas. As políticas sociais do 'Estado amigo da mulher' referem-se não só à mulher, como também às pessoas dependentes dela. Dizem alguns estudos que, de toda maneira, tais políticas 'visibilizam o mundo feminino', mas essa visibilidade se faz através do prisma masculino.

Os estudos indicam que esse tipo de estado escandinavo é uma possibilidade na criação de uma sociedade mais igualitária quanto aos sexos. Contudo, não tem originado nenhuma mudança radical nos padrões dos sexos, ainda que tenha rompido o modelo de homem que ganha o pão e da mulher dona de casa.

Do ponto de vista do status econômico das mulheres, houve avanços nos anos de 'glória' do Welfare State: a participação feminina no mercado de trabalho cresceu em 80%, representando um padrão mais alto que o dos homens no resto da Europa. Isso porque as creches públicas cobriam cerca de 50% das crianças pequenas na Dinamarca c na Suécia, e as provisões eram generosas para auxílio maternidade e licenças maternidade e paternidade.

Não obstante, apesar de permitir a harmonização entre fertilidade e vida profissional, continuou a diferença salarial entre homens e mulheres e, mesmo na época de ouro do Estados de Bem-estar, as mulheres estavam concentradas em empregos de meio período no setor público, enquanto os homens se concentravam no setor privado, em período integral, ganhando mais.

Também, as taxas de desemprego se elevaram, "... desgastando a credibilidade básica do antes celebrado modelo social-democrata e, particularmente, de seu estilo militante de 'investimento social' (Esping-Andersen, 1995: 89).

Ainda que nas últimas décadas tenha havido avanços em relação à diminuição da desigualdade formal entre gêneros nos países onde mais se desenvolveu o Welfare State, na realidade ainda permanecem diferenças, demonstrando que as mulheres não alcançaram, nesses países, uma cidadania econômica e social.

Estas considerações são relevantes para a compreensão das políticas sociais dirigidas à mulher no socialismo cubano e dos contrapontos das diversas lógicas dos dois sistemas, o capitalista e o socialista.

## A proposta metodológica da pesquisa

O projeto metodológico do estudo privilegiou a pesquisa qualitativa, baseando-se na análise de documentos, na produção teórica sobre o tema Mulher e no conteúdo das entrevistas com especialistas, dirigentes e usuárias dos serviços sociais.

Para complementar a análise qualitativa, utilizaram-se dados quantitativos, com as indicações estatísticas disponíveis nos organismos públicos e nas pesquisas realizadas por estudiosas da temática. Este procedimento analítico-metodológico permitiu um processo contínuo de confrontação de dados e de construção de inter-relações dos resultados.

A ênfase numa perspectiva qualitativa se justifica porque o estudo tenta captar, interpretar e explicar o caráter relacional dos fatos que formam a realidade de bem-estar levando em consideração a historicidade, o movimento e a dinâmica dessa realidade em sua complexidade. Ademais, tal realidade se manifesta mais de maneira qualitativa que quantitativa, o que dificulta a utilização exclusiva de procedimentos de manipulação exata.

Não obstante, apesar de não privilegiá-las, o estudo não despreza indicações estatísticas disponíveis nos organismos públicos e nas pesquisas realizadas por es-



tudiosas da temática. Este procedimento analítico-metodológico auxiliar da análise qualitativa, permitiu um processo contínuo de confrontação dos conteúdos das entrevistas, da produção sobre o tema e dos dados estatísticos disponíveis em diferentes conjunturas pós-revolucionárias que Cuba tem atravessado, relacionando-as, ademais, com os suportes conceituais e as categorias de análise que servem de eixo analítico à pesquisa.

O processo de pesquisa constituiu-se de dois momentos prévios: revisão da literatura especializada para construir um quadro teórico de referência sobre a experiência capitalista de bem-estar dirigida às mulheres; e análise documental das diretrizes governamentais e dos programas elaborados no contexto das políticas de bem-estar cubanas para a mulher nos Ministérios de Educação, de Trabalho e Seguridade Social e de Saúde e em organizações como a Federação de Mulheres Cubanas (FMC), a FLACSO, o INIE, o CIPS e a Universidade de Havana.

Na pesquisa de campo, a coleta dos dados e informações se limitou a Cuba, a unidade privilegiada de análise, junto a informantes selecionadas: especialistas e dirigentes. Utilizou-se a entrevista com especialistas e dirigentes de diferentes áreas de conhecimento e de diferentes centros de trabalho<sup>32</sup>. Para tal foi elaborado um roteiro<sup>33</sup> com o objetivo de orientar as entrevistadas nos temas a serem analisados com antecedência à entrevista, que era gravada sob autorização, submetida ao processo de transcrição e devolvida à entrevistada para prováveis correções ou possíveis comentários adicionais.

A aplicação do roteiro não se deu de maneira rígida. Na grande maioria dos casos foram coletadas as informações, os critérios, as reclamações e opiniões que extrapolaram os itens ali colocados e que serviram de elementos para a análise das políticas sociais de maneira mais viva. As informações obtidas, fruto desse diálogo entre pesquisadora e pesquisada, também permitiu analisar questões relativas à identidade feminina cubana, o patriarcado e suas manifestações, o machismo, a participação da mulher na sociedade, as conquistas alcançadas e a serem alcançadas, entre outros aspectos.

Foram entrevistadas vinte mulheres, entre especialistas que se dedicam ao tema de que trata o estudo e dirigentes de diferentes organismos, com a preocupação

<sup>32</sup> Ver anexo 1 Entrevistadas e organismos correspondentes. <sup>33</sup> Ver anexo 2 Roteiro das entrevistas com especialistas e dirigentes.

pação de obter uma representatividade das distintas áreas de elaboração e execução das políticas sociais. Para a realização das entrevistas não houve preocupação estatística com o número de entrevistadas mas sim, com a qualidade e o aprofundamento das informações fornecidas.

Na utilização do material das entrevistas, os testemunhos eram confrontados com a documentação oficial e os textos disponíveis.

Também várias conversas informais com dirigentes e conhecedoras de diversas organizações serviram de fontes de informação importante para a análise.

Do roteiro utilizado para as entrevistas com as especialistas e com as dirigentes, extraíram-se os pontos principais de um roteiro<sup>34</sup> para as entrevistas com as usuárias dos serviços sociais em Cuba. No entanto, optou-se por utilizar as informações extraídas de uma pesquisa<sup>35</sup> que servia aos propósitos deste estudo, além de considerar que todas as mulheres entrevistadas também são usuárias dos mesmos tipos de serviços sociais.

Para a compilação das informações foi utilizado um esquema<sup>36</sup> que facilitasse a análise, de maneira que se aproveitasse o máximo da riqueza dos dados das entrevistas, os contatos e ademais, permitisse a inter-relação com os dados estatísticos.

O projeto metodológico realizado nesta pesquisa é relativo a uma situação particular e foi desenvolvido, passo a passo, na medida que assim o requeriam as inter-relações teórico-metodológicas, num processo de construção e aprofundamento, no qual variáveis diferenciadas interferiam de forma positiva ou negativa nos resultados.

Assim, a perspectiva metodológica caracterizou-se pela busca de inter-relações dos conteúdos das entrevistas, da produção sobre o tema e dos dados estatísticos disponíveis sobre a realidade cubana em suas diversas conjunturas pós-revolução, relacionando-as com os suportes conceituais e com as categorias de análise que serviram de eixo analítico da pesquisa.

34 Ver anexo 3 Roteiro das entrevistas com usuárias dos serviços sociais.

35 Trata-se de um material inédito de uma pesquisa em processo de redação intitulada "Mujer, Revolución y Políticas Sociales" das professoras María Ofélia Rodríguez e Teresa Del Pilar Muñoz Gutiérrez, Departamento de Sociología/ UH

36 Ver anexo 4 Esquema para a análise das entrevistas.

Este estudo, além da introdução que oferece um panorama geral de todo seu conteúdo, ou seja, do aporte teórico e da metodologia utilizada, está dividido em dois capítulos: no primeiro, 'O sistema cubano de bem-estar pós-revolução', é descrita a trajetória histórica de Cuba a partir do triunfo da revolução de 1959, como pano de fundo para as análises dos principais setores das políticas sociais — educação, saúde e emprego e o segundo, 'A mulher e as políticas de bem-estar em Cuba', além de uma caracterização da mulher cubana, trata de analisar as especificidades das políticas sociais dirigidas à mulher e de destacar suas características diferenciais e similares, comparando-as com as da sociedade capitalista.

As conclusões contêm uma reflexão sobre os principais resultados da pesquisa, ressaltando seus contrapontos fundamentais.

## Capítulo 1

### O sistema cubano de bem-estar pós-revolução <sup>37</sup>

O triunfo da Revolução Cubana, em janeiro de 1959, abre um processo de profundas transformações em todas as esferas da sociedade que respondem a duas etapas fundamentais, reconhecidas como características do processo revolucionário: a democrática-popular, agrária e anti-imperialista, e a socialista (Documento PCC, 1978: 38-47).

Neste marco referencial e diante da necessidade de contextualizar as políticas sociais com relação à mulher, tenta-se, preliminarmente, caracterizar o sistema <sup>38</sup> de bem-estar cubano através das políticas sociais pós-revolução, assim como as conseqüências e os impactos dessas políticas sobre a qualidade de vida da população.

Para falar do bem-estar social no caso cubano é necessário referir-se aos contextos histórico, econômico, social e político em que tais políticas se processam. Para isso, o presente trabalho se auxilia de uma periodização. <sup>39</sup> A divisão em décadas trata de facilitar a compreensão das características gerais das políticas sociais na diferentes etapas da Revolução cubana, além de destacar algumas das particula-<sup>37</sup> O Termo pós-revolução aqui utilizado refere-se ao período transcorrido depois de primeiro de janeiro de 1959, no qual o processo revolucionário continua seu desenvolvimento através de suas etapas até a atualidade,

<sup>38</sup> O termo 'sistema' é utilizado como um conjunto ou complexo de bem-estar que inclui as diferentes políticas, as legislações, a burocracia, os direitos, ou seja, toda sua institucionalidade.

<sup>39</sup> Sabe-se que toda periodização é problemática porque os acontecimentos não estão rigidamente localizados dentro de períodos determinados. Mas, por uma questão didática, optou-se por dividir o período pós-revolucionário em décadas, ainda que se destaque alguns anos considerados chaves para caracterizar as mudanças que se produziram na sociedade cubana.

ridades que assumem em distintos momentos. Na análise de cada década se utiliza dos seguintes parâmetros: Estado/instituições, estrutura sócio-classista/atores, sociedade/política, e sociedade/política social.

Serão analisados os setores considerados as pedras angulares da política social, ou seja, a educação, a saúde e o emprego e suas inter-relações com os programas e serviços sociais<sup>40</sup> de outras áreas, tais como cultura, moradia, seguridade social, legislação. O destaque dos três setores mencionados deve-se à importância que assumem no contexto cubano pós-revolução para alcançar o objetivo de transformação do homem que, ao desenvolver suas potencialidades, pode ter acesso aos bens e serviços ofertados.

Ao estudar as políticas sociais em cada década do processo revolucionário cubano levaram-se em conta elementos relacionados com o atendimento e a satisfação das necessidades humanas sobre a base da igualdade; o critério social que encerra a universalidade; a seletividade nos destinatários; a gratuidade e a provisão pública dos serviços sociais e as formas de realização que incluem os interesses e as necessidades, os mecanismos de formulação e implementação de políticas sociais, bem como os canais de participação e as regulamentações correspondentes a tais políticas.

A periodização em décadas se apresenta da seguinte forma: década de 1960: os primeiros anos pós-revolução; década de 1970: o processo de institucionalização; década de 1980: a retificação de erros e tendências negativas e década de 1990: a crise e as medidas de impacto.

40 A Política Social é uma estratégia de ação que se desenvolve através de programas e serviços sociais para atendimento das necessidades sociais.

## 1.1 Década de 1960 - os primeiros anos pós-revolução

Desde janeiro de 1959, ano em que triunfa a Revolução cubana, a direção do Movimento 26 de Julho<sup>41</sup> se colocou como desafio o enfrentamento integral do subdesenvolvimento e a eliminação de suas conseqüências sociais, só superáveis se houvesse mudanças estruturais de grande envergadura.<sup>42</sup>

Nos primeiros anos do governo revolucionário, os processos de transformação se desenvolveram a um ritmo acelerado. A situação de Cuba na ocasião do triunfo da Revolução requeria um movimento de massa que, unido à decisão política de seus líderes, levasse a um consenso e à construção de um novo tipo de sociedade. Assim, tomando como objetivo principal a solução dos problemas de miséria, insalubridade e precariedade na prestação dos serviços a grandes parcelas da população, implementou-se uma série de políticas estatais para a erradicação desses males e se potenciou a criação de um grupo de organizações setoriais e de massas assentadas no bairro, como a FMC e os CDR, que desempenharam um papel vital na mobilização da população em torno das metas revolucionárias e que facilitaram o caminho através de suas funções para a implementação de planos sociais diversos, particularmente nas áreas da saúde e da educação (Dilla, 1997: 4).

Neste período ocorreu uma decolagem das políticas sociais que tiveram como objetivos estratégicos a eliminação das causas geradoras da pobreza e a transformação do homem em sujeito social ativo, em cidadão portador de direitos, tendo como base a criação de um setor público dominante.

Tais políticas atenderam simultaneamente aos problemas econômicos e sociais e se desenvolveram através do sistema de instituições que se começavam a criar a partir de 1959.

41 O Movimento 26 de Julho foi criado para combater a ditadura batistiana, de Fulgencio Batista. Levou esse nome porque nesse dia de

1953 um grupo de combatentes, sob a liderança de Fidel Castro, assaltou o Quartel Moncada em Santiago de Cuba,

42 Já em 1953 a idéia da integração do desenvolvimento econômico com os aspectos sociais se colocava no histórico argumento de

Fidel Castro durante o julgamento aos assaltantes do Quartel Moncada conhecido como "A História me absolverá". Aqui se oferece uma solução integral da problemática existente entre a base econômica do subdesenvolvimento e seus efeitos sociais. Neste documento se encontram seis pontos a cuja solução deveriam ser encaminhados os esforços o problema da terra, o da industrialização, o da moradia, o do desemprego, o da educação e o da saúde do povo (Castro, 1973).

São dados os primeiros passos para a criação de um novo sistema político que tem em seus inícios um núcleo integrado pelo Governo Revolucionário<sup>43</sup> e um grupo de instituições provisórias de caráter político e institucional. <sup>44</sup> Tratava-se de um bloco de forças sociais e revolucionárias com a responsabilidade de condução do Estado cubano (com certo grau de provisoriedade) e que permite a realização de mudanças estruturais profundas com uma ampla mobilização de massas. <sup>45</sup> Essas massas se viam beneficiadas por serviços que, em âmbito nacional, ofertavam-se e se distribuíam igualmente.

O Estado, neste período, potenciava a oferta dos serviços com seletividade <sup>46</sup> quanto aos destinatários, enfocando prioritariamente os mais pobres, as crianças e as mulheres, para atendê-los melhor. Há, portanto, a implementação de políticas dirigidas a segmentos particulares da sociedade, visando o projeto geral de construção da igualdade na nova sociedade.

As transformações fundamentais na ordem econômica e política foram acompanhadas pelo atendimento prioritário aos problemas de moradia, de educação e de saúde pública, que ofereceriam o complemento de justiça social indispensável ao programa de transformações essenciais.

O caráter socialista da Revolução foi declarado em 16 de abril de 1961 e até essa data estava em vigência o que estudiosos cubanos denominaram 'etapa democrático-popular agrária e antiimperialista' que se caracterizou pelo desenvolvimento das primeiras medidas revolucionárias, dirigidas a:

- o Redistribuição da renda nacional a favor das massas;
- o Eliminação do desemprego;

o Rebaixamento de preços dos aluguéis, das tarifas elétricas e telefônicas e dos remédios;

43 Esse primeiro sistema político, avalizado em 1959 pela Lei Fundamental da República e pela Lei da Reforma Agrária, tem a princípio um núcleo formado pelo Governo Revolucionário, pelo Instituto da Reforma Agrária, pelo Exército Rebelde e pela liderança de Fidel Castro.

44 É um conjunto organizações políticas, sociais e de massas, organizações estatais e grupos diferenciados na base social do sistema.

45 Consultar: Fung(1986); Rodriguez (1979) e Valdés (1994)

46 O neoliberalismo utiliza o conceito de seletividade relacionado com a cobertura (diminuição da cobertura) dos serviços sociais ou dos gastos (corte nos gastos), distinta da seletividade dos destinatários, dirigida ao alcance da equidade.

- o Ensino gratuito;
- o Construção de novas moradias no campo e na cidade;
- o Implementação de medidas contra a prostituição, o jogo, a usura, etc;
- o Eliminação da discriminação racial

o Início do processo de socialização dos meios de produção, passando estes para as mãos do Estado por meio da recuperação de bens malversados e de propriedades de indivíduos que combateram a Revolução.

A primeira Lei de Reforma Agrária foi a medida mais importante e radical da etapa democrático-popular da Revolução, pois a estrutura de propriedade da terra, caracterizada por enormes latifúndios,<sup>47</sup> foi transformada radicalmente.

Em outubro de 1960, através da Lei No. 890, fez-se a nacionalização por ex-propriedade forçada de todas as empresas industriais e comerciais, bem como fábricas, armazéns e depósitos. A Lei 891 nacionalizou todos os bancos cubanos e estrangeiros, exceto os canadenses, pois não estavam vinculados à política dos Estados Unidos contra Cuba.<sup>48</sup>

O citado anteriormente implicou em que o Estado se tornasse proprietário dos setores fundamentais da economia como os bancos, a indústria e o comércio exterior e que o capitalismo deixasse de ser dominante ao ser privado de sua base econômica constituída pela oligarquia dominante (a grande burguesia comercial, a burguesia industrial açucareira e os latifundiários).<sup>49</sup>

Como resposta à atitude tomada pela burguesia rural ante o processo revolucionário, em outubro de 1963 se promulga a Segunda Lei de Reforma Agrária que eliminou a propriedade de quase 11 mil burgueses rurais (Acosta, s/d).

Foi concebida uma estratégia de transformação do país pela via da industrialização acelerada, partindo da indústria pesada, da diversificação na agricultura e da substituição de importações. Em 1960, passos foram dados para a implementação de um planejamento centralizado com a criação da Junta Central de Planejamento

47 Ver Documento / PCC - Informe ao I Congresso do PCC - Ed. COR, CCPC - Havana, 1975: 30-33.

48 Ver "Seis Leyes de la Revolución", Editorial Ciencias Sociales, La Habana, 1973: 57-77 e "Leyes principales de la República de Cuba (folheio, s/d).

49 Ver documento / PCC, 1978:43



da Economia (JUCEPLAN), mas a primazia foi outorgada ao estabelecimento de pequenos projetos por setores prioritizados. A política agressiva dos Estados Unidos contra Cuba e o êxodo de pessoal qualificado condicionou essa proposta.

Este período tornou-se extremamente complexo, marcado pela experimentação. As mudanças qualitativas no sistema de relações sócio-classistas no período de construção do socialismo se evidenciavam através da liquidação da classe exploradora e da natureza social dos principais grupos de trabalhadores<sup>50</sup>, assim como na diminuição das diferenças campo/cidade. Já em março de 1968 foram realizadas as últimas nacionalizações no país com a liquidação da propriedade da pequena burguesia urbana.<sup>51</sup>

Do ponto de vista sócio-classista produziu-se um vertiginoso processo de desmantelamento da estrutura de classes, própria do capitalismo dependente cubano e se iniciou a formação de uma nova estrutura, a partir da transformação das relações de propriedade.

No final dos anos 1960, as características essenciais dos componentes sócio-classistas fundamentais da etapa de trânsito ao socialismo estavam fixadas, associadas basicamente à formação de um setor de propriedade estatal e à prática de diversas estratégias de desenvolvimento econômico, questão que levou implícita uma progressiva divisão social do trabalho mais complexa; ampliação do universo sócio-profissional; crescimento dos salários e aumento do nível de consciência dos trabalhadores (Espina, 1997: 88).

Em relação às políticas sociais, há uma heterogeneidade na cobertura para a solução dos problemas mais agudos, como a questão da terra aos camponeses, da moradia, a eliminação do desemprego, da universalização da educação e da saúde, ocorrendo minimamente uma priorização das necessidades entre setores devido a que, por motivos estratégicos, todas as frentes básicas eram imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e social.

No que se refere aos tipos de mecanismos para a implementação das políticas se destaca a grande participação popular nas ações desenvolvidas pelo Governo Revolucionário.

50 Esta mudança qualitativa na natureza social dos grupos de trabalhadores refere-se às transformações nas relações de propriedade, na organização social do trabalho, nos níveis de qualificação e de salário e no desenvolvimento da consciência de modo geral.

51 Ver Documento / PCC - Informe ao I Congresso do PCC

Ed. COR, CCPCC - Havana, 1975: 49

A estratégia de incentivos se baseia na oferta e na gratuidade dos serviços sociais, não só por uma questão de princípios, senão com o objetivo de garantir a defesa da Revolução e a reprodução do consenso como meios de assegurar o fortalecimento do novo sistema social e político, promover o desenvolvimento econômico e social, bem como socializar a população nos valores da consciência socialista em formação (Valdés, 1994: 42-44).

A concretização das políticas sociais nos setores considerados fundamentais constituiu manifestação do que, em termos de programa revolucionário, realizou-se nessa primeira década.

## Educação

Comparado a outros setores, o da educação foi o que recebeu mais investimentos em programas e serviços entre os diversos campos que formam o complexo da política social.

Dos quatro indicadores<sup>52</sup> da educação, em três o percentual de conquista reativa de Cuba é mais alto em comparação com países industrializados ou em desenvolvimento, e em apenas um deles é mediano.

Dentre as ações do Governo Revolucionário para garantir o acesso à educação em todos os níveis, a todos os cidadãos, em todas as regiões do país e a todos os setores sociais de todas as idades, encontram-se: a reorganização do Ministério de Educação (MINED); a conversão de todos os quartéis em escolas; a nacionalização de todas as escolas privadas; a Campanha Nacional de Alfabetização; o plano nacional de bolsas de estudos (1961); o início da educação sistemática de adultos; a formação acelerada de professores e a reforma universitária (Rodríguez, 1990)."

O fato considerado chave para alcançar o objetivo do universalismo em matéria de educação foi a realização da Campanha de Alfabetização no ano 1961 da

52 Ver Anexo S Conquistas de Cuba relativas à Educação.

53 Nos primeiros anos da Revolução, já foram tomadas medidas em relação ao traçado da política social. O plano de bolsas de estudos e o sistema de internatos e semi-internatos incluía, além do ensino e dos materiais, alojamento, alimentação, transporte, roupa, calçados e assistência médica.

qual participou voluntária e em massa a população, conseguindo alfabetizar mais de 700 mil pessoas, erradicando o analfabetismo. Depois da Campanha Nacional de Alfabetização houve outras campanhas para conseguir o alcance da sexta série e depois, da nona série.<sup>54</sup>

Nos anos 1990 a taxa de alfabetização se mantém em torno de 96,5% da população de dez ou mais anos, sendo o restante composto por pessoas com problemas físicos e/ou mentais.

A Lei da Nacionalização do Ensino, ditada em 6 de junho de 1961<sup>55</sup> foi um passo importante para estabelecimento da função do ensino como um dever do Estado e da garantia do direito de todos os cidadãos sem distinção, de recebê-la gratuitamente (PNUD, 1997).

Para oferecer tão amplo serviço iniciou-se, já em 1960, um programa de construção e preparação de novos centros para todos os níveis educacionais: pré-universitários, de educação superior, de formação de professores, de educação técnica e profissional, que até 1981 aumentaram mais do que dobraram, assim como aumentou o orçamento destinado à educação.<sup>56</sup>

Em todos os níveis está presente o conceito integral da proposta formativa, produtiva e social, combinando estudo e trabalho."

Com o objetivo de assegurar a continuidade dos estudos aos adultos, depois da campanha de alfabetização foram criados três níveis de estudo de educação geral: educação operária e camponesa, secundária operária e camponesa e faculdade operária e camponesa, equivalente aos de primário, secundário e pré-universitário do sistema geral.

Houve uma frequência massiva às aulas e para isso a participação das organizações sociais e de massa exerceu importante papel.

54 Os níveis educacionais são: pré-escolar, primário, secundário, pré-universitário e universitário. Há também sub-sistemas como a educação média, técnica e profissional, educação especial, educação de adultos e de formação e aperfeiçoamento do pessoal pedagógico (Para detalhes ver Rodriguez, 1990: 106-108).

55 Para detalhes, consultar o Documento / PCC - Informe ao I Congresso do PCC: 116-123.

56 Ver dados estatísticos em Rodriguez, 1990: 110-111.

57 A combinação de estudo e trabalho é realizada nas escolas no campo para alunos do secundário e pré-universitário, com dois principais objetivos: formativo e produtivo social (Para detalhes ver Rodriguez, 1990: 106-108).

Uma séria dificuldade enfrentada pelo Ministério de Educação desde os primeiros anos do triunfo revolucionário foi a insuficiência de pessoal docente frente aos serviços educacionais oferecidos. Para isso foram criadas as Escolas de Formação de Professores Primários.

Também apoiado pelo Estado houve um desenvolvimento literário com a criação do sistema de editoras e de publicações periódicas; redes de bibliotecas; revitalização das artes; criação de museus; galerias de arte; cinemas; livrarias; desenvolvimento das escolas de dança, de música, de teatro, de balé, de cinema, de esportes e a criação de uma rede de instalações para atividades culturais com preços que favoreciam a participação em massa da população, estimulada também pela elevação de seu nível cultural geral.

## Saúde

O caráter estatal, o universalismo e a gratuidade dos serviços e a participação popular nas tarefas da saúde através de organizações como a FMC, os CDR com o apoio da ANAP, da CTC, da FEEM e da FEU marcaram as características das políticas sociais pós-revolução no campo da saúde.

O programa integral de atendimento contribuiu para a melhoria do estado de saúde da população com a eliminação de algumas enfermidades, como o tifo, a tuberculose e a desnutrição; e para o incremento da formação de pessoal qualificado com estreita vinculação entre o saber teórico e a prática (já em 1962), a construção de hospitais e de postos médicos urbanos e rurais com ênfase na higiene e na epidemiologia. Criou-se o serviço rural com médicos e odontólogos e se estabeleceram condições mínimas necessárias para o atendimento aos enfermos no campo. Surgiu um novo sistema nacional de saúde ao qual se incorporaram de maneira progressiva as instituições privadas, mutualistas e para-estatais que foram nacionalizadas e se produziu uma mudança do enfoque curativo do atendimento médico ao preventivo. Pode-se citar, como exemplo da situação da saúde anterior, alguns dados: Ver Anexo 6 Pessoal de saúde graduado entre 1959 e 1980.

dos de 1959: morriam a cada ano 4 mil pessoas vítimas de gastroenterite, 300 de poliomielite e 600 crianças de difteria.<sup>59</sup>

Os serviços de saúde, totalmente financiados pelo Estado, são prestados através do Ministério da Saúde Pública criado pela Revolução, com as condições necessárias para garantir o acesso a todos os cidadãos, sem limitação de raça, sexo ou idade. Os recursos orçamentários para a saúde pública receberam alta prioridade e foram favorecidas as províncias do interior do país.<sup>60</sup> Avançou-se na formação de especialistas, no impulso à indústria farmacêutica e se organizaram campanhas nacionais de vacinação e de erradicação de enfermidades.

Correspondentemente ao já citado, desde os anos 1960, começaram a ser aplicadas políticas para o desenvolvimento científico, com a criação de institutos onde se combinavam atendimento médico e pesquisas e se desenvolvia a produção de vacinas, bem como de outros produtos, instrumentos e medicamentos de tecnologia de ponta para o diagnóstico e tratamento de doenças.<sup>61</sup> Hoje há intercâmbios entre diversas áreas da saúde com a participação de mais de 60 países.

Pode-se dizer que nos primeiros anos da Revolução em Cuba se incrementou e se conseguiu uma estabilidade de seu perfil epidemiológico.

O processo de reforma sanitária, como parte fundamental das transformações do processo revolucionário, fundamentou-se no incremento da eficiência, da efetividade, da qualidade, da equidade e da sustentabilidade e não se prevê nenhum sistema que possa ser financiado pelas famílias. O atendimento à saúde é universal, gratuito e mantido pelo Estado.

Entre 1959 e 1960 se produziu o rebaixamento dos preços dos medicamentos e se estabeleceu o serviço médico rural; foram concluídas construções de hospitais que estavam inconclusos e construídos novos hospitais e postos médicos; criaram-se as brigadas sanitárias (que realizavam trabalhos de saneamento ambiental, vacinação e educação sanitária); se intensificou a formação de pessoal especializado. Até 1969, produziram-se mudanças institucionais de importância, como a criação

59 Documento / PCC Informe ao I Congresso do PCC, Havana, 1975: 136

60 Em 1958, Havana concentrava 61,7% dos leitos hospitalares e o resto do país 38,3% e em 1980, a proporção era de, respectivamente, 42,3% e 57,7%.

61 Cuba, como membro do desaparecido CAME; (Conselho de Ajuda Mútua Econômica), teve oportunidade de adquirir informações científicas e técnicas, formar pessoal, intercambiar tecnologia e obter matérias-primas.

das direções provinciais e regionais de saúde; o início de nacionalização das clínicas privadas e mutualistas; os dez primeiros institutos de pesquisa do Ministério de Saúde Pública; a criação das policlínicas integrais e as clínicas odontológicas; a realização de grandes campanhas de vacinação e de erradicação de várias enfermidades e o estabelecimento de vários convênios de colaboração entre Cuba e vários países do Terceiro Mundo (Figueras, 1998).

Um aspecto que se reflete na situação de saúde da população é o déficit habitacional, que em 1958, alcançava as 700 mil moradias que, junto à especulação dos terrenos, à elevada cobrança de aluguéis, às edificações inapropriadas e com precárias condições de habitabilidade, ademais da disparidade rural/urbana levou, desde 1959, a ações no plano legal e institucional (promulgação da Lei de Rebaixamento dos Aluguéis — 1959, Lei de Reforma Urbana— 1960 e Lei Geral da Moradia 1984)<sup>62</sup> e no plano construtivo, com uma crescente capacidade construtora, baseada na industrialização dos processos produtivos e na adoção da técnica de pré-fabricação.

## Emprego

Um dos desafios mais importantes enfrentados pela Revolução foi o desemprego. Dos mais de seis milhões de habitantes, 12,5% da população economicamente ativa estava desempregada e mais de 33% da força de trabalho estava parcial ou totalmente subempregada (PNUD, 1997: 27). Nos quatro primeiros anos do triunfo da Revolução houve um considerável crescimento do emprego; os setores responsáveis foram o agro-pecuário (53%), o da construção (17,9%) e o da mineração, indústria e transporte (29%) (Rodríguez, 1990: 63).

Segundo Ferriol (1998: 22), as políticas de emprego e salário em Cuba refletem características que as distinguem de outros países porque "... O socialismo imprime seu selo quanto à participação das distintas formas de propriedade na economia, ao sistema de gestão macro e micro-econômica, ao papel do mer-

62 Sobre essas leis, consultar PNUD( 1997: 69-70).

cado na distribuição dos insumos e do consumo, assim como às valorações sobre a sociedade futura que se pretende alcançar, que são elevadas".

A segurança do emprego com oportunidades iguais de acesso a todos figura entre os objetivos de transformação da sociedade. No entanto, cada etapa sofre interferências de fatores tanto internos como externos, que por sua vez, exercem influência no comportamento das taxas de emprego, apesar de que estivessem presentes alguns objetivos prioritários em relação às políticas de emprego — conquista do pleno emprego; a satisfação da demanda da força de trabalho; a segurança social no trabalho e a aplicação de medidas de proteção e higiene; a centralização e uniformização de um sistema salarial que impeça grandes desigualdades; a formação da força de trabalho de acordo com a necessidade da economia; a conquista do comportamento trabalhista com disciplina e eficiência (Ferrid, 1998: 24-25).

Diferentemente dos países capitalistas contemporâneos, as políticas de emprego do período revolucionário beneficiaram as mulheres e os jovens que se incorporaram como operários qualificados, técnicos médios ou graduados universitários e também os deficientes através de um programa específico de incorporação em distintas esferas — social, educacional e trabalhista.

Depois de 1959, produziram-se mudanças também na política salarial e de rendas, com a elaboração de uma escala salarial única que obedecia a requisitos de qualificação, de avaliação e de tarifas. Tal política era complementada pela redução dos gastos com: pagamentos de rendas dos camponeses, rebaixamento das tarifas telefônicas, elétricas e dos aluguéis, dos preços dos medicamentos, para citar alguns, através da promulgação de diversas leis.

A seguridade social também é um elemento importante para a compreensão do desenvolvimento das políticas sociais de emprego em Cuba. As desigualdades na outorga das pensões<sup>63</sup> eram acentuadas e já em 1959 se organizou o regime de seguridade social com cobertura a 100% da população. A Lei 1100, de 27 de março de 1963, definiu um conjunto de aspectos que formavam um sistema único e integrado de seguridade social incluindo-se aí a assistência social com característi

63 A assistência descansava na caridade pública e em 1959 se criou o Ministério de Bem-estar Social que durou quatro anos e aplicou as medidas encaminhadas à eliminação da mendicância e ao atendimento às famílias carentes de recursos. Depois de cumprir estes objetivos, estas funções passaram ao Ministério de Trabalho e depois, ao Comitê Estatal de Trabalho e Seguridade Social.

ca não contributiva com um sistema de prestações que garantiam a subsistência e a saúde, estendendo seus direitos à totalidade dos trabalhadores e incluindo o subsídio por maternidade, acidentes, enfermidade comum e profissional, invalidez, velhice e morte, para deficientes, para a mãe trabalhadora e o recém-nascido,<sup>64</sup> com financiamento do Estado e sob sua responsabilidade (PNUD, 1997).

O balanço desta primeira década permite afirmar que a racionalidade que presidiu a formulação e implementação das políticas sociais foi inspirada na conquista da igualdade. Foi um momento de decolagem das políticas sociais e de intensa mobilização de massas, de inserção entusiasta da população em organizações de bairros ou setoriais e de forte compromisso com tarefas relacionadas à defesa e apoio às medidas revolucionárias.

O Estado provisório constituído se converteu em garantidor de direitos e provedor social. Para isso, reduziu-se ao mínimo a propriedade privada num espaço de tempo muito curto e implementou um conjunto de planos dirigidos à erradicação da miséria, da insalubridade e da precariedade. Foi um momento em que se favoreceu a espontaneidade e a experimentação. A participação popular teve um caráter consultivo e os serviços sociais no âmbito nacional se irradiavam para toda a população.

O impacto das políticas sociais é imediato e se faz sentir de maneira radical porque seu espectro de ação é muito amplo. Elas se destinam, de maneira geral, a toda a população e em especial aos pobres e alcançam a grupos específicos de mulheres e de crianças.

## 1.2 Década de 1970: o processo de institucionalização

Nesta década, tomou forma e se fortaleceu a estrutura econômica, política e social do socialismo cubano.

Articularam-se dois processos que explicam este fortalecimento, não isentos de contradições.

<sup>64</sup> Para detalhes ver Rodríguez, 1997: 93-100.



O primeiro, no início da década de 1970, quando se produziu um forte predomínio da propriedade estatal, praticamente a única provedora de recursos, tecnologia e financiamentos para os planos de desenvolvimento<sup>65</sup> e o incremento das políticas sociais. As principais transformações produzidas na ordem sócio-econômica tinham como objetivo criar um setor público dominante e instituir um sistema de planejamento (Hernández, 1998: 3). Foi um momento em que se estabeleceram vínculos estreitos com a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) ante a marcada hostilidade dos Estados Unidos.

O segundo processo foi o da institucionalização do sistema político que trouxe consigo o estabelecimento de uma nova divisão política administrativa no país e a criação dos órgãos do Poder Popular e da Assembléia Nacional em 1976,<sup>66</sup> junto ao processo de implantação gradual de um sistema de direção e planejamento da economia (SDPE).

Em dezembro de 1975 o I Congresso do PCC realiza um balanço dos primeiros 15 anos e formula uma estratégia para o quinquênio seguinte. O I Congresso representou um marco na determinação da política social da Revolução e na sua plataforma programática. O conjunto de teses e resoluções revelaram: a elevação do nível de vida (elevação da remuneração, do consumo de bens e de serviços, do nível educacional e de saúde); a formação integral da infância e da juventude; o pleno exercício da igualdade da mulher (Documento/ PCC, 1982).

Também se deu continuidade à elevação do nível do povo pela via do consumo pessoal de bens e de serviços, mais que mediante o consumo social.<sup>67</sup>

<sup>65</sup> Este processo está vinculado à inserção de Cuba ao desaparecido CAME (que congregava todos os países do bloco socialista) e que dava a garantia quanto a preços preferenciais, créditos para o desenvolvimento, compensações para os desequilíbrios comerciais, ajuda militar, possibilidade de adquirir informação científica e técnica, especialização de pessoal, intercâmbio de tecnologia e obtenção de matérias-primas, elementos que garantiam o desenvolvimento do país e os recursos suficientes para sustentar um alto nível de investimentos e um gasto social em expansão ante a política de bloqueio estabelecida pelos Estados Unidos a partir de 1960. Ver Documento / PCC (1975), e Carranza (1997: 16).

<sup>66</sup> Ver comentários sobre o processo de institucionalização em Paz, Juan Valdés e Dilla, Haroldo Alfonso (1994).

<sup>67</sup> Refere-se à melhoria de quantidade e qualidade da alimentação no lar, no enriquecimento do conteúdo da dieta, distribuição de equipamentos eletrodomésticos e de outros objetos de uso pessoal e familiar, crescimento moderado da oferta de artigos têxteis, de confecções e de calçados, construção de moradias, ampliação dos serviços comunais e sociais (de grande benefício para a mulher). É um momento em que todo excesso de produção é vendido à população num sistema chamado 'mercado paralelo', a preços diferenciados, e se implanta o mercado livre camponês (Documento / PCC, 1982).

Já em 1974-1975 ocorreu a experiência de constituição do funcionamento dos órgãos do Poder Popular na província de Matanzas. Em 1976, depois do I Congresso do PCC, com a avaliação dessa experiência e o balanço do funcionamento de novos modelos de sistema político e institucional nessa província, deram-se passos para o estabelecimento do Estado institucionalizado.<sup>68</sup>

Este é um período caracterizado por uma nova ordem jurídica baseada numa nova Lei Constitucional e por um forte processo de construção do consenso, a partir de todo o processo de preparação ideológica e política, desenvolvido pelo Partido ao redor dos congressos que se realizam e das discussões de materiais programáticos submetidos ao debate público e referendado pela maioria da população, base de construção do projeto revolucionário.

No final dos anos 1970 foram formados, em suas características essenciais, os componentes sócio-classistas fundamentais da etapa de trânsito do capitalismo ao socialismo. O processo de transformação no campo fez emergir o grupo dos cooperativistas agropecuários, complementando o quadro sócio-estrutural socialista cubano.

Os processos de natureza construtiva que fortaleceram a propriedade estatal implicaram progressiva complexidade da divisão do trabalho e ampliação do universo sócio-profissional e com eles a formação e o crescimento de novos grupos sociais no interior da classe operária, a intelectualidade e os camponeses (Espina, 1997: 90). Isso, por certo, condiciona maior heterogeneidade na população cubana e marca signos de diferenciação no interior dos grupos sociais que incidem diretamente sobre os resultados da aplicação das políticas sociais marcadas por maior grau de homogeneização.

O Estado, com o Partido (que desempenha uma função dirigente), com os órgãos do Poder Popular e as organizações de massa, são os encarregados de dirigir a administração da sociedade e como consequência seu traçado de política social obedece aos objetivos de universalismo, gratuidade e justiça social. Não muda o princípio; mantém-se o que foi delineado no primeiro período analisado.

<sup>68</sup> No I Congresso já são definidos os órgãos do Poder Popular e eleitos os membros dos Comitês Executivos dos órgãos do Poder Popular e os delegados à Assembléia; funções são delimitadas, assim como as relações de trabalho entre o Poder Popular, o Partido e as organizações de massa. (consultar para detalhes, Teses e Resoluções do I Congresso do PCC, 1976: 168-185).

É reconhecida a existência de um nível adequado de satisfação social de necessidades básicas, através das políticas sociais, suscetível de ser melhorado.

Programaticamente em matéria de política social, como já vinha ocorrendo, consolida-se uma estrutura social que permitiu estender a toda a população os serviços educacionais, de saúde e de seguridade social que permitia o descanso na velhice e a proteção ao desvalido.

A institucionalização e a reorganização da sociedade sobre a base de uma economia planificada e centralizada determinaram o curso das políticas sociais nesta década.

## Educação

A década de 1970 é marcada pela universalização do ensino, com a criação de cursos para trabalhadores nas universidades do país, com a construção de novas instalações educacionais, aperfeiçoamento da vinculação do estudo com o trabalho e incremento das escolas no campo.

Os níveis de educação continuam melhorando, expressos nas cifras de egressos do Sistema Nacional de Educação<sup>69</sup> que demonstram a continuidade dos estudos em número maior se comparado com os anos anteriores.

Também até os anos 1980 ampliaram-se as instituições educacionais e o número de alunos. As creches se integraram ao processo docente de educação e houve aumento da capacidade instalada (Documento/ PCC, 1980:27).

Conseguiu-se titular o total de professores primários em exercício, sanando antiga deficiência.

Em 1972, frente à explosão de matrícula no ensino médio, foi criado o Destacamento Pedagógico Manuel Ascunce Domínguez, uma das maneiras de integrar os mestres voluntários que, por sua vez, recebiam a preparação pedagógica e realizavam sua prática docente.

69 Ver os dados estatísticos de crescimento no período sobre os diversos níveis educacionais em Documento / PCC (1980: 25-26).

A partir de 1975, os esforços se dirigiram para a consolidação da formação e superação dos docentes e para o aperfeiçoamento e integralidade do sistema educacional nacional (Figuroa, 1997: 120).

Em 1976, a Reforma Educacional cria o Ministério de Educação Superior (com uma rede de 39 centros), independente dos outros níveis educacionais que se integram ao Ministério de Educação.

Quanto ao setor cultural das políticas sociais, também se produziram transformações em diversos âmbitos da vida intelectual do país, destacando-se uma política que trouxe transformações na sociedade cubana, com tendência a exaltar os valores e a identidade de aspectos importantes da cultura nacional — elementos que, apesar de sempre presentes, são retomados com mais ênfase nos anos 1990.

Na década de 1970, houve um incremento da vida cultural em Cuba, incluindo o esporte, que continua até a década de 1980.<sup>70</sup>

## Saúde

Começa na década de 1970 uma etapa que se estende até os dias atuais, caracterizada pela execução de programas estratégicos de saúde, com a construção de lares para anciãos e dependentes físicos e mentais; a criação de institutos como o da Medicina do Trabalho; o fortalecimento da atividade de medicina tropical. Foi criado o Instituto de Desenvolvimento produzindo avanços técnico-científicos consideráveis, com serviços de tecnologia avançada.

São concluídas as construções de hospitais e se ampliam outros, com aumento de leitos por habitantes; também são construídos os Institutos Superiores de Ciências Médicas, com aumento da matrícula em Medicina, Odontologia e Enfermagem que, ao lado de novas policlínicas e clínicas odontológicas, concorrem para a diminuição da mortalidade infantil e aumento da esperança de vida.<sup>71</sup>

<sup>70</sup> Para detalhes e dados estatísticos sobre a ordem artística, cultural e esportiva, até a década de 1980, consultar Rodríguez (1990: 116-124). Nos anos 1990, consultar PNUD (1997: 48-49).

<sup>71</sup> Ver dados estatísticos em Documento / PCC (1980: 24)

## Emprego

Na década de 1970, ocorreu um processo de racionalização da força de trabalho com a transferência de trabalhadores disponíveis para outros setores que apresentavam déficit trabalhista. Isso porque foi aplicada uma política dirigida a incrementar a eficiência dos setores produtivos, mas na raiz desse processo aumenta o desemprego que alcança, em 1981, 3,4% (PNUD, 1997). Durante as três décadas do governo revolucionário a taxa de desemprego diminuiu. Alcançou 1,3% em 1970 contra 12,5% de 1958.

Ampliaram-se os cursos para trabalhadores nas universidades.

No ano 1976, a nova Constituição expressou a igualdade de salário entre os sexos.

Nos primeiros anos do quinquênio 1975/1980 a organização do trabalho sofreu certo estancamento, mas ao final deste período aumentou em 8% a porcentagem de trabalhadores que ganhavam o salário por rendimento e pelo pagamento de prêmios em dinheiro. A participação feminina se incrementou e passou de 27% em 1975 para 32%. Foi aprovada a lei que proscreeva a criação de novos salários históricos. Aprovaram-se as leis de Proteção, Higiene do Trabalho e a de Seguridade Social (Documento/PCC, 1980: 32).

Em termos de políticas sociais, a lógica da conquista da igualdade continua sendo a predominante nessa década, com ênfase particular na melhoria dos níveis de vida da população baseada na distribuição igualitária dos recursos e o privilégio dos programas macro-sociais (construção de grandes empresas, rodovias, escolas). É um momento de fortalecimento das conquistas sociais, com uma tendência à homogeneização social, uma vez que as desigualdades fundamentais em relação à propriedade e à classe social estavam praticamente eliminadas.

A institucionalização substitui a espontaneidade e se produz um processo de fortalecimento e consolidação das políticas sociais que se caracterizaram por uma forte dependência estatal quanto a projetos, recursos e financiamentos.

Os recursos são relativamente abundantes e aliados à decisão política e a um cenário internacional favorável. Há um aumento da centralização estatal que reafirma o papel do Estado como garante e, por sua vez, continuam as consultas populares como pilar da participação do povo cubano no processo global da Revolução.

### 1.3 Década de 1980: a retificação de erros e de tendências negativas

O modelo de desenvolvimento iniciado na década de 1970 permitiu a criação de ampla e diversificada base industrial, de infra-estrutura produtiva e alcançou resultados positivos na esfera social. Contudo, apesar dos elementos positivos, já nos anos 1980, começa a manifestar-se um conjunto de conseqüências negativas que, na ordem econômica, davam mostra de esgotamento e que estavam relacionadas com a identificação total da propriedade estatal com o socialismo, e do mercado com o capitalismo. Isso trouxe como conseqüência uma socialização formal de grande parte das forças produtivas nacionalizadas e uma ruptura da lógica estrutural e evolutiva da economia.

A permanente negação do mercado<sup>72</sup> e de seu papel na economia reduziram as vantagens da centralização e do planejamento. Depois de um forte impulso ao crescimento econômico, este se tornou cada vez menos dinâmico, mais custoso, menos eficiente e menos participativo. Por outra parte, o processo de institucionalização gerou tendências para a burocratização e para a falta de eficiência (Figuerola, 1996: 2-4).

Ao já descrito se acrescenta "... o decréscimo da produtividade, a ausência de correspondência entre gastos sociais e resultados econômicos, excesso de liquidez, e desequilíbrio das finanças internas, crescimento do mercado negro e da economia subterrânea, início da queda do salário real, crescimento do subemprego, absorção ineficiente dos incrementos da população economicamente ativa pelo setor estatal, insuficiente decolagem e fortalecimento das formas de propriedade socialista, debilitação dos núcleos centrais dos componentes sócio-classistas fundamentais, situação relativamente desvantajosa da classe operária e outros sintomas que davam claros sinais de que o modelo econômico adotado se tornava inviável" (Espina, 1997: 93).

<sup>72</sup> Na década de 1970 e de 1980, levam-se adiante alguns experimentos que toleravam mecanismos dispersos de mercado. Estabeleceram-se os chamados "mercados paralelos" em 1971 e o mercado livre camponês em 1980. Em 1976 foi aprovado o decreto-lei No. 14 que permitiu a existência de um setor muito limitado de trabalhadores por conta própria. Em 1981, o decreto-lei No. 50 aprovou o investimento estrangeiro que abria a possibilidade de especulações conjuntas e associações econômicas internacionais entre companhias estrangeiras e o governo cubano. Segundo Hernández, (1998: 12-15) estas medidas foram temporais ou muito limitadas. Quando os resultados se mostraram contraditórios com as razões morais e políticas que reforçam a abolição dos mercados e do setor privado dos anos 1960, estes experimentos foram suspensos ou diminuídos significativamente.

Assim, depois de quase três décadas de implementação de um projeto de transformação social em diversos ramos, o socialismo cubano sofre uma grave crise em sua história. Depois de ter experimentado um reforço do sistema em cada uma das ordens, o sistema político impõe limites ao sistema social em geral, basicamente no econômico e no cultural, que trazem como consequência, em meados da década de 1980, sinais de desgaste do modelo de transição socialista tanto na consecução dos objetivos traçados, como na sua adequação às novas condições nacionais e internacionais (Valdés, 1994: 47-48).

Os sintomas da crise começaram a fazer-se sentir desde meados dos anos 1980; produz-se uma sobrecarga de funções econômicas e administrativas por parte do Estado, tornando-o responsável quase absoluto pela garantia de todos os processos de desenvolvimento, não só no âmbito social, senão também no individual; o Estado se apresentava como provedor de recursos e garantidor dos serviços.

Dados estes problemas e o dogmatismo em matéria de planejamento; a falta de criatividade na aplicação do centralismo democrático; a burocratização; as diferenças em medidas econômicas, jurídicas e políticas; a assimilação acrítica dos modelos socialistas europeus; a absolutização do papel dos mecanismos econômicos; o manejo tecnocrático da economia; o estranhamento do quadro diretivo e o esquecimento do trabalho com o homem (Documento/PCC, 1986), entre os anos 1986 e 1990, dá-se o Processo de Retificação de Erros e de Tendências Negativas<sup>73</sup> levantado no III Congresso do PCC, como resposta à necessidade de aperfeiçoamento da sociedade cubana em seu conjunto.

Nessa etapa de desenvolvimento social, deu-se ênfase ao aspecto moral; houve uma chamada ao resgate da consciência como mecanismo imprescindível para resolver os problemas do socialismo, à disciplina, à poupança e à eficiência, visando trazer solução aos problemas sociais e econômicos considerados mais negativos na etapa anterior, e orientados nos contextos do próprio modelo econômico vigente, porque não se considerou conveniente, em tal momento, mudá-lo radical e integralmente (Castro, 1987).

<sup>73</sup> Processo onde se aprofundou uma série de erros cometidos na direção da gestão econômica, nos processos produtivos e no trabalho político-ideológico, e se tomaram medidas para retificá-los. Seus eleitos transcenderam o terreno político, incluindo também o sócio-cultural, segundo estudiosos do tema. Ver para uma análise mais detalhada desse processo, o livro de Fidel Castro Ruz, "Por el camino correcto"- compilação de textos - Editora Política, La Habana, 1987.

Depois de iniciado o processo de retificação em 1986, produz-se a queda do campo socialista (URSS e Europa do Leste - 1989). Esse fato unido ao reforço do bloqueio dos EUA contra Cuba provocou a brusca queda da capacidade de importação e de produção do país, resultando numa aguda crise (Carranza, 1997).

As conseqüências da brusca contração econômica do país, que evidenciavam o esgotamento do modelo de crescimento extensivo, contudo não constituíram óbice para a manutenção das conquistas sociais. Mas, os esforços de retificação tiveram que ser paralisados para dar passo a um programa de emergência denominado "Período Especial" que, adotado em 1991, "... tinha como objetivo central amortecer, no máximo possível, os efeitos da crise sobre a população de acordo com as novas condições, num processo adaptativo. Como resultado, o impacto sobre o consumo dos lares diminuiu em comparação com a contração experimentada pela oferta agregada" (Ferriol, 1998: 364).

Passada a primeira década de eliminação da pobreza, do desemprego, do analfabetismo, da situação precária de saúde e de medidas para elevação do nível cultural da população, pode-se dizer que esta foi uma etapa de consolidação das conquistas obtidas, uma etapa de busca da igualdade substantiva em contraposição à formal.

Não obstante, os anos 1980/1985 se caracterizaram como um período contraditório pois, ao mesmo tempo que se apresenta uma elevação das políticas sociais, começavam a soprar os primeiros ares da crise e o início do processo de retificação de erros e de tendências negativas.

Pode-se dizer que nesse momento já há uma crítica e um alerta a este período de bonança entre aspas, pois não há uma estrutura econômica que sustente essa elevação das políticas sociais.

Seguindo a dinâmica que marcou esta década, as políticas sociais setoriais se caracterizam por alguns aspectos altamente positivos em seus primeiros anos, mas o aparecimento dos problemas assinalados anteriormente anunciava a crise que se aproximava.



## Educação

Já na década de 1980 foi vencida a "Batalha da 6<sup>a</sup>. série" e no XIV Congresso da CTC foi proposto como tarefa para o movimento operário que em 1985 se lutasse pela conclusão da 9<sup>a</sup>. série. No ano de 1988, completaram esse grau todos os trabalhadores e donas de casa aptas, começando uma nova etapa na superação dos trabalhadores: o ensino técnico-profissional e a faculdade operário-camponesa.

Também até os 1980 se ampliaram as instituições educacionais, o número de alunos e as creches (os chamados Círculos Infantis) se integram ao processo do ensino-educativo (Documento/PCC, 1980: 27).

A taxa de analfabetismo variou de 23,6% em 1953 a 1,9% em 1981, época do censo.

Nos anos 1980, a continuidade de estudo dos jovens graduados de 'Secundária Básica' foi orientada em primeiro lugar para o pré-universitário e em menor número para Técnicos Médios e Operários Qualificados, de tal forma que o jovem completaria sua formação geral e depois optaria pelo ensino especializado, para o superior ou para o técnico médio. Esta política entrou em muitas ocasiões em contradição com as aspirações estudantis que, ao ver reduzidas as possibilidades de ingresso na educação superior, preferiam ingressar no ensino tecnológico e alcançar certa independência econômica (Percz, em Ferriol, 1998: 120-121).

Em 1988, diferentemente dos anos anteriores, limitou-se o acesso à educação superior pela relativa saturação em muitas especialidades em comparação com as possibilidades de vagas e a contração da economia.

O setor da educação foi favorecido, nesse período, pela relativa bonança que o caracterizou, resultado também da consolidação do sistema nacional que, desde a década anterior, mostrou um desenvolvimento crescente da educação e de seu aperfeiçoamento.

## Saúde

Na década de 1980, 3% de todos os investimentos do país estão relacionados com a saúde pública e desde 1975 se investe em hospitais e instalações de assistência médica. Já no início dos anos 1980, a totalidade das policlínicas estava incorporada ao Programa de Atendimento Médico na Comunidade, ao lado de um trabalho docente-educativo de caráter integral (Documento/PCC, 1980: 24-25).

Nos anos 1980, a saúde cubana sofreu um duro golpe com o aparecimento da dengue hemorrágica. Em 1985, a mortalidade infantil subiu para 16,5 por mil (Documento/PCC, 1986:16).

Segundo os dados apresentados no IDH — PNUD (1997: 56) "... A alimentação tem sido um dos aspectos das condições de vida que mais é afetada pela crise econômica". A oferta calórica diária, entre 1988 e 1990, era de 3130 calorias, que cobria 137% das necessidades nutricionais (mais que as cifras para América Latina e o Caribe no mesmo período) e em 1993, foi de 1863 calorias que cobria 78% das necessidades médias. Nesse mesmo ano, tomam-se medidas para melhorar a situação alimentar, tais como a criação de um mercado agropecuário regido pela oferta e a procura, a despenalização da posse de divisas, a ampliação da rede de lojas para a venda de alimentos em dólares. Também se constatou no início dos anos 1990, através de diversos estudos, a carência de micro-nutrientes como o ferro, as vitaminas A e C e proteínas de origem animal (Ferriol, 1998: 77).

Para 1989, a taxa de mortalidade infantil estava a 11,1 por mil nascidos vivos (antes da Revolução era mais de 60); a esperança de vida a 74,5 (antes era de 62,2); o número de habitantes para cada médico era de 303 (antes, era de 1076); a mortalidade materna, é de 2,2.

O déficit habitacional trouxe problemas que incidiram sobre a saúde da população. Nesse sentido, a criação de micro-brigadas de construção, integradas por moradores, aliviou as carências habitacionais e, desde 1976 até os anos 1990, houve grandes investimentos do governo para tal fim. Todavia, apesar de melhoria e maior equilíbrio entre as zonas urbanas e rurais, persistiu um déficit habitacional. A isto se somaram as migrações do campo às capitais provinciais e o crescimento vegetativo, o surgimento de bairros não-planificados, com má qualidade das construções e apresentando insalubridade (PNUD, 1997).

No sistema de saúde<sup>74</sup> foi instituída em 1984 uma rede composta por médico e enfermeira da família, com atendimento primário de saúde e dessa maneira a especialidade de Medicina Geral Integral contribuiu para a realização de um trabalho de medicina preventiva, diante das dificuldades existentes em matéria de atendimento nos hospitais e policlínicas (Documento/PCC, 1986: 18-19). Esse pessoal de saúde tem seu consultório na própria comunidade, o que traz a vantagem de atendimento mais direto às famílias e de convívio com a comunidade que é atendida nos mais diferentes aspectos, desde as enfermidades até as condutas de risco como o alcoolismo.

## Emprego

No campo do emprego, no período 1980-89, elaboraram-se resoluções e decretos para uma descentralização territorial, regulamentações sobre a relação trabalhista individual e o Sistema de Contratação Direta da Força de Trabalho, Política Salarial e a Reforma Geral de Salários de 1980. Entre 1959 e 1982, o salário médio mensal cresceu a um ritmo de 3,7% ao ano — PNUD (1997: 39). Deu-se um tratamento especial a setores econômicos priorizados como o açucariço, a cargos técnicos e de direção e a profissionais médicos, cientistas e docentes, entre outros (Ferriol, 1998: 26-52).

Na etapa de "retificação de erros e de tendências negativas" (1986-1990), a ênfase em matéria trabalhista era a recuperação da moral de trabalho, a disciplina e a erradicação de práticas ilegítimas na gestão empresarial, através de um balanço crítico de problemas concretos (Castro, 1987). No entanto, algumas medidas relacionadas ao processo de retificação de erros e de tendências negativas trouxeram problemas de desemprego, com a eliminação do mercado livre camponês e do sistema de prêmios em dinheiro,<sup>75</sup> assim como da restrição da atividade por conta própria, regulamentada pelo Código do Trabalho de 1989, através da Resolução 51 de 1º. de janeiro de 1989, em vigência até hoje.

<sup>74</sup> A estrutura de saúde é composta de médicos da família, policlínicas e hospitais gerais e especializados.

<sup>75</sup> Trata-se de um sistema onde o trabalhador percebe um pagamento acima de seu salário básico, de acordo com os resultados do trabalho obtido e sempre pelo sobre-cumprimento do planejado.

Até o processo de "retificação de erros e de tendências negativas" continua o Estado como provedor absoluto de fontes de emprego e de rendas estáveis à grande maioria da população. É um período de aumento da qualificação profissional e de mudanças em alguns grupos ocupacionais, como o dos serviços e o dos técnicos do setor estatal.<sup>76</sup>

É criada a Frente Feminina da CTC.

Entre 1970 e 1980 houve um rápido crescimento da participação feminina na economia, que se estende até 1990 (Documento/FLACSO, 1992).

A seguridade social alcançou em 1981 uma cobertura de 100%, quando era de 53% em 1958.

Os anos 1980 foram os de maior crescimento no setor do emprego.<sup>77</sup> Exceto em 1981, que alcança uma taxa de 3,4% de desemprego, com o processo de racionalização da força de trabalho, resultante do traslado dos trabalhadores disponíveis nos setores produtivos para outros com déficit trabalhista. Nos primeiros cinco anos criaram-se 630 mil novos empregos e cresceu a participação feminina na força de trabalho do país de 32 para 37%. A Reforma Geral de Salários beneficiou a mais de dois milhões e meio de trabalhadores (Documento/PCC, 1986: 14).

Nos anos posteriores, aumentou o investimento bruto; criaram-se 1,2 milhões de postos de trabalho, especialmente nos setores da construção e da indústria, da biotecnologia, da indústria médico-farmacêutica e da eletrônica, majoritariamente na esfera estatal.

A lógica que orientou as políticas sociais, nesta década, continuou marcada pela conquista da igualdade, com ênfase na elevação dos níveis de vida da população. Contraditoriamente o modelo de desenvolvimento que havia produzido essa relativa bonança, começou a dar os primeiros sinais de desgaste. Assim se inicia um período de esgotamento do modelo estabelecido até 1986, e a não correspondência entre os resultados econômicos e os gastos sociais. Por isso, o processo de "retificação de erros e de tendências negativas" que tentou corrigir este caminho. A imagem do Estado como garante também se vai dissolvendo, apesar de continuarem as provisões sociais sob sua responsabilidade, mas de acordo com os recursos

<sup>76</sup> Ver Anexo 7 Estrutura sócio-classista: total de ocupados na economia nacional.

<sup>77</sup> Para maiores detalhes, ver PNUD (1997: 37).

de que dispõe, que agora são menores. A iniciativa pessoal vai-se perdendo, pois os atores sociais beneficiários se haviam acostumado à sua qualidade de receptores das políticas sociais com excessiva gratuidade. Por essa razão, há um apelo ao aspecto moral e ao resgate da consciência, contudo continua o processo de relativa homogeneização social.

#### 1.4 Década de 1990: a crise e as medidas de impacto

Esta década, por sua dinâmica, será subdividida em duas etapas, 1990/ 1993 e 1994/1999, pois a primeira começou com os efeitos da queda do campo socialista do Leste Europeu sobre o nível de vida da população e o ano de 1993 se caracterizou como o quarto ano de decréscimo econômico. Já em 1994 se deteve o decréscimo e em 1995 teve início uma recuperação do PIB.<sup>78</sup>

Esta crise, a partir de 1990, atingiu a sociedade como um todo. Afirma Hernández (1998: 21): "O comportamento da economia se caracterizou por sérios desequilíbrios macro-econômicos, por distorções estruturais e por serviços sociais muito dispersos. Os desequilíbrios internos se manifestaram através de: crescente déficit fiscal, persistência do racionamento e sinais de esgotamento no crescimento da produtividade da nação atribuídos, também, às deficiências de uma economia planificada e administrada centralmente. O governo, como principal gestor econômico, não conseguia frear a deterioração causada pela falta dos antigos acordos de intercâmbio. De modo que os cubanos sofreram fortes privações na sua vida diária apesar de os salários parecerem estáveis. De fato, o poder aquisitivo do peso cubano diminuiu como resultado de que os salários reais haviam diminuído. A falta de: comida, medicamentos, combustível doméstico, roupas, artigos domésticos, transporte público e eletricidade erodiu rapidamente o nível de vida alcançado pela população durante os anos 1980. Em quatro anos, os níveis de consumo foram reduzidos drasticamente. Tal situação causou um amplo descontentamento popular".

78 Para detalhes do cenário econômico nesses anos, consultar Carranza (1997: 28-51).

As medidas tomadas pelo governo na etapa de "retificação de erros e de tendências negativas" não tiveram melhores resultados, em curto prazo, devido a um contexto internacional desfavorável, o que depois de 1989 obrigou a uma série de outras medidas para superar a crise econômica. Para enfrentá-la, o Estado começou um processo de reformas, experimentando medidas alternativas de descentralização, dentro da própria lógica do sistema socialista,<sup>79</sup> a saber:

- rearticulação das estratégias produtivas: ainda que a produção açucareira tenha prevalecido, fortaleceram-se outras áreas econômicas, como a produção farmacêutica com base bio-tecnológica, a de equipamentos médicos e de tecnologia de ponta e o turismo internacional;

- incremento do investimento estrangeiro, com aparecimento das empresas mistas (empresas estatais e não estatais);

- generalização de formas cooperativas na agricultura: resgate de uma forma de cooperativismo estatal — UBPC - regido por quatro princípios: a) a vinculação do homem à área; b) o auto-abastecimento do coletivo de operários e suas famílias, assim como a melhoria da moradia e de outros aspectos; c) a associação rigorosa entre a renda e os resultados da produção e d) o amplo desenvolvimento da autonomia de gestão para o alcance da auto-suficiência na produção<sup>80</sup>.

- abertura do mercado agropecuário;

autorização para o exercício do trabalho por conta própria e ampliação dos tipos de trabalho incluído por esta;

- despenalização da posse e livre circulação do dólar;

- dolarização da economia;

- mudanças na política de emprego caracterizadas pela diminuição da geração de emprego estatal e possibilidade de incremento da ocupação no setor não-estatal e

- mudanças na política educacional, orientadas a fortalecer a formação de técnicos médios e de operários qualificados.

79 Consultar *Tablóide Granma*, maio de 1997, ano 33-número 104, Havana, Editora Política, Resolução Econômica do V Congresso do PCC; *Jornal Granma*, ano 33, número 218, nov. de 1997; Espina (1997) e Carranza (1997).

80 Ver para detalhes Pérez Niurka, 1999.

Como resultado das medidas aplicadas para paliar a profunda crise que afetou a sociedade cubana na área econômica, criou-se uma economia dual formada por um setor de economia planificada e centralizada e por outro, de economia mercantil e descentralizada, aberto ao mercado exportador. Os dois setores se distinguem pela forma de propriedade, respectivas moedas, distintos regimes empresariais e diferentes modelos de incentivos. Ambos se intercomunicam, mas ainda fracamente, mediante a transferência de valores.

Neste novo setor exerce um papel fundamental a abertura do investimento estrangeiro direto. A este corresponde um novo mercado de trabalho e um novo empresariado (Carranza, 1997).

O setor socialista inclui, fundamentalmente, as áreas tradicionais da economia e os programas de desenvolvimento — as políticas do chamado Período Especial: programa de emergência; de alimentação<sup>81</sup>; o energético; a preservação da seguridade social; o racionamento, etc. A estes programas somou-se o esforço de desenvolvimento científico-técnico (Ferriol, 1998).

No ano 1993 foram tomadas medidas de liberalização econômica através de ajustes às novas condições com um mínimo de "dessocialização" como por exemplo: despenalização da posse de divisas,<sup>82</sup> como parte de uma eventual reforma monetária; legalização do trabalho por conta própria em diversas atividades;<sup>83</sup> constituição das UBPC no interior das empresas estatais - primeira reforma estrutural da reorganização da produção agropecuária estatal e entrega de terras ociosas a produtores individuais e coletivos.<sup>84</sup>

Nos aspectos jurídico-políticos houve uma profunda reforma constitucional que abrangeu todos os capítulos da lei constitucional de 1976. Como principais mudanças citam-se:<sup>85</sup>

No sistema econômico, foi criado um novo regime de propriedade que reconhece a privada e a mista e limita a socialista aos meios fundamentais de produção.

81 Até 1989, a população cubana alcançou um nível adequado de saúde e para isso exerceram influência os níveis de segurança alimentar, que situaram a Cuba com resultados satisfatórios em matéria de nutrição e alimentação. Nos anos 1989-1993 especialmente, início do Período Especial, com a contração econômica, houve um abalo no estado nutricional e de saúde da população. (Ferriol, 1998: 77).

82 Decreto de número 40 Conselho de Estado Despenalização de divisas - Granma, 16 de agosto de 1993.

83 Decreto-lei n. 141 - Conselho de Estado - Resolução conjunta n. 1 do Comitê Estatal de Trabalho e de Finanças Trabalho por conta própria Tribuna de Havana, 1 2 de setembro de 1993.

Nos fundamentos políticos e sociais, suprimiu-se a noção de ditadura do proletariado.

O Partido foi definido como organização de vanguarda política do sistema político de todo o povo. Eliminaram-se as funções estatais adjudicadas às organizações sociais e de massas.

Nos órgãos do Poder Popular foi estabelecido o voto universal, secreto e direto, para as assembleias de todos os níveis e foram definidas as funções das Assembleias do Poder Popular de província e de município, às quais são outorgadas personalidades jurídicas próprias. Separaram-se os órgãos de administração estatal das respectivas assembleias. Suprimiram-se todas as menções ao centralismo democrático e à unidade de poderes e se enfatizou o conceito de representatividade. Na reforma dos estatutos, onde se deu início à reelaboração de um novo programa do Partido, enfatizou-se a linha das massas na captação da militância e à de hierarquização do trabalho partidário nas comunidades.

Em matéria religiosa se definiu o caráter laico do Estado e se omitiu toda referência ao ateísmo como ideologia oficial. Proscreeu-se toda discriminação por motivos religiosos.

No campo ideológico-cultural deu-se maior ênfase ao caráter nacional e histórico do socialismo cubano a partir do fortalecimento da identidade nacional. Ao mesmo tempo se insistiu na necessidade de maior abertura para as formas de pensamentos latino-americano e ocidental, sobre a base da conservação das raízes autóctones.

Seguindo as mudanças constitucionais e do Estado, ampliaram-se os conselhos populares como estrutura do poder local; estenderam-se os conselhos de cooperação inter-empresariais; criaram-se os conselhos de administração<sup>86</sup> e houve uma defesa de ampliação de funções do poder popular nos âmbitos provincial e municipal como manifestação dos esforços descentralizadores que, institucionalmente, o Estado estava realizando.

84 Acordo do Bureau Político "para levar a cabo importantes inovações na agricultura estatal" Granma, 15 de setembro de 1993.

85 Consultar a Constituição da República de Cuba - proclamada em 24/02/1976 e atualizada segundo Lei de Reforma constitucional aprovada em 12/07/1992 Editorial Ciencias Sociales - (1996) e Valdés e outros (1994).

86 Órgão executivo do governo que exerce funções de administração e de controle popular nos âmbitos municipal e provincial.



Paralelamente a essas mudanças, começava um processo de dissolução crescente da imagem do Estado como principal provedor dos recursos e das decisões de todo tipo, ao lado de uma diversificação de atores sociais, devido ao aprofundamento das desigualdades; não obstante, o Estado continua exercendo seu papel como provedor dos serviços sociais.

Essas características estão vinculadas aos processos de mudanças na reprodução da estrutura sócio-classista que se manteve relativamente estável entre os 15 e 20 anos anteriores e que, com as novas medidas, entram em conflito com as tendências tradicionais.

As tendências tradicionais são aquelas das décadas de 1970 e 1980, representadas por um Estado garante e por uma estrutura sócio-classista bastante homogênea. As novas tendências se manifestaram: com o aparecimento de grupos na estrutura interna da classe operária e de grupos de trabalhadores intelectuais vinculados à propriedade mista e ao capital estrangeiro, com fontes e tipos de rendas diferentes do resto dos grupos do setor estatal; com a recuperação e estabilização do processo de produção dos grupos vinculados ao setor agropecuário operários e intelectualidade técnica e de engenheiros; com o fortalecimento do pequeno agricultor industrial; com a ampliação e potenciação da intelectualidade científica e técnica, em especial dos ramos bio-tecnológicos, médicos e farmacêuticos; com o crescimento explosivo dos grupos vinculados ao turismo, acompanhados da descentralização de outros grupos sócio-profissionais; com as mudanças nos requerimentos qualitativos dos grupos vinculados à atividade de direção; com o crescimento dos grupos vinculados à economia informal e subterrânea e seu fortalecimento; com a diminuição dos grupos vinculados ao setor de propriedade estatal; com a contração dos canais de deslocamento para o trabalho intelectual de alta qualificação; com a dinamização das fontes de formação de grupos qualificados para a classe operária; com as mudanças nas direções da mobilidade social e na apreciação subjetiva de suas tendências, que representam ascensão social; com a diminuição dos ritmos de reprodução da intelectualidade; com o crescimento acelerado dos grupos operários vinculados aos serviços; com a potenciação de fontes de diferenciação sócio-eco-nômica não-vinculada aos resultados do trabalho. (Espina, 1997: 98)

O choque entre esse novo contexto da sociedade cubana e as tendências tradicionais teve seu impacto mais geral no aprofundamento das desigualdades sociais, na polarização da estrutura social e no aumento da distância qualitativa entre

os grupos melhores situados nessa estrutura e os que todavia apresentam defasa-gem.

Essa situação de desigualdades se evidencia, em alguns estudos e estatísticas, através da existência de uma 'população em risco'<sup>87</sup> — conceito que recoloca o de pobreza no contexto do socialismo cubano e é entendido como "... parte da população em perigo por não poder cobrir alguma necessidade básica e que por isso deve ser monitorada e protegida pela política social" (Ferriol et al., 1998: 370).

Ferriol (1998: 15-18) diz que a partir das dificuldades econômico-financeiras que se criaram - a impossibilidade de garantir um pleno emprego pela via estatal; a limitação de recursos para os programas sociais e a geração de um elevado emprego não produtivo, para citar algumas — é necessário destacar três direções de busca de superação: a) nas relações de complementaridade, substituíbilidade e competitividade "...para a coerência e integralidade das ações dos programas sociais, onde, ademais de outros, se (...) deverão examinar eixos básicos como emprego-educação, saúde-alimentação, distribuição-estimulação", b) na avaliação sistemática do custo-benefício dos projetos sociais e o emprego para o alcance de maior eficiência e eficácia dos programas sociais, como "... a adequada estruturação do aparelho para o atendimento da população ..." ; (...) "em serviços básicos como saúde e educação "; "... a apropriada organização do pessoal e a melhoria dos mecanismos de gestão administrativa e controle dos recursos", e c) "... maior qualidade dos serviços..." que depende da "... tecnologia dos serviços, da qualificação do pessoal, dos recursos materiais disponíveis, do estado técnico das redes, entre outros aspectos de caráter mais subjetivo".

No ano 1989, o grupo da 'população em risco' representava 6%; em 1995, houve um aumento para 20%; em 1998 já se observou uma queda para 15% (Ferriol, 1998).

O citado anteriormente indica que a estrutura sócio-classista expressa também a presença da crise e deve transitar para um novo modelo. O significado dos desajustes entre as tendências do desenvolvimento na estrutura sócio-classista e os

<sup>87</sup> Para o INIE - Instituto de Pesquisa Econômica e Social - , que realiza estudos nessa área, "O conceito de pobreza sintetiza uma condição inumana cuja medição tem resultado difícil, (...) em geral pelo método de renda, o qual supõe que o acesso a condições básicas de vida transita fundamentalmente por relações mercantis" (Ferriol et al., 1998: 370).

requisitos sócio-econômicos indicou a dificuldade de mover a estrutura no sentido desejado.

Uma das conseqüências negativas dos desajustes está dada pela situação relativamente desvantajosa em que tem lugar o processo de reprodução da classe operária e as dificuldades que isso representa para o desenvolvimento de suas funções como torça diretriz, da sociedade (Espina, 1997).

Apesar das dificuldades, os orçamentos fundamentais das políticas sociais no contexto cubano continuaram correspondendo ao paradigma socialista de bem-estar<sup>88</sup> e não se tomaram medidas de choque nem programas de ajuste do tipo preconizado pelo FMI. Teve continuidade a execução de programas por etapas para responder às novas necessidades da população e dessa forma enfrentar os efeitos da crise, exercendo um papel importante a contribuição das diversas instituições políticas e sociais e, inclusive, organizações internacionais. Exemplo de que não se tomaram medidas contra o povo e que não se fechou nenhuma escola, nenhum hospital, nenhuma policlínica, nenhuma universidade, nenhum abrigo de velhos.

As políticas sociais continuam universais, gratuitas, asseguradas pelo Estado e diante das conjunturas pelas quais passou a sociedade cubana, iniciou-se o atendimento localizado à comunidade como via de solução aos problemas sociais. Reclamava-se uma articulação mais estreita entre o Estado e os diversos atores sociais para a manutenção dos mecanismos de retro-alimentação na formulação e implementação das políticas sociais.

"Parece que no contexto novo de crise, experiências teóricas e práticas devem lidar com a grande meta de articular maiores espaços coletivos de interação, participação e negociação de sujeitos econômicos e sociais; de conseguir âmbitos e canais de integração entre o central e o local, entre o público e o privado, entre o governamental e o não-governamental" (Garcia, 1992: 4).

Apesar de que se tratou de garantir o conteúdo programático da justiça social, os serviços sofreram uma queda e apareceram dificuldades de toda ordem, como

<sup>88</sup> A preocupação pelo possível aparecimento de tendências alheias ao socialismo está presente em diferentes estudos, que analisam as fontes de diferenciação econômicas e sociais e a necessidade de frear sua presença e resgatar o acesso às riquezas sociais pela via da magnitude e qualidade dos resultados produtivos alcançados. (Ver Carranza, 1997 e Ferriol, 1997).

o déficit no abastecimento de alimentos à população e às escolas; problemas para a impressão de livros e cadernos (escassez de papel); falta de medicamentos; problemas de desemprego; o reforçamento do bloqueio; a escassez de transporte, de energia e de água, para citar as mais agudas.

A seguir, como as políticas sociais se comportaram neste novo contexto.

## Educação

No período houve prioridade para a política educacional e se buscaram alternativas de solução aos problemas materiais, com recursos do Estado e esforço dos trabalhadores do setor e se intensificaram os trabalhos de direção e os metodológicos (Pérez, 1998).

Mas, apesar de que neste período não foi fechada nenhuma escola, a política educacional sofreu os efeitos negativos da crise e nesta última década se observaram restrições para cobertura das necessidades de provisão estável de abastecimento das escolas, especialmente de papel e de material didático para a manutenção dos estabelecimentos escolares, alimentação para os alunos internos ou semi-internos e para as creches (círculos infantis). Não obstante, o governo adotou medidas organizativas para manter o acesso universal aos recursos educacionais, como por exemplo o abastecimento dos refeitórios de escolas de sua vizinhança pelos centros de trabalho com maiores possibilidades de recursos; a alocação e nomeação de professores em escolas próximas de sua residência e o projeto "Educa a tu hijo"<sup>89</sup>.

Os dados estatísticos do Ministério de Educação sobre a matrícula inicial por nível de ensino e do pessoal docente em Centros Escolares (1990-91 a 1997-98)<sup>90</sup> corroboram os dados do IHD e mostram uma evolução favorável da matrícula e uma queda do número de pessoal docente, pela transferência deste para outros empregos que ofereciam maiores vantagens econômicas, com subutilização do capital humano conquistado.

<sup>89</sup> Modalidade não-formal apoiada pelas comunidades locais com a participação das famílias.

<sup>90</sup> Ver Anexos 8 e 9 Matrícula inicial por nível de educação e pessoal docente em centros escolares.

A diminuição do orçamento para o setor é explicada pela eficiência do desenvolvimento do setor devido à experiência acumulada (maior número de professores terminam a licenciatura); pela restrição de recursos no período ao lado da diminuição dos níveis de atividades, fundamentalmente a matrícula; e pela queda da população desta idade."

Dentre as principais dificuldades da política educacional, nos anos 1990, pode-se citar:<sup>92</sup>

a - a tendência decrescente dos diversos níveis de matrícula por ensino;

b - o desaparecimento quase total do semi-internato no curso primário e a evasão escolar. No primeiro caso, a partir de dados<sup>93</sup> da Direção de Planejamento e de Estatística do MINED, constata-se nos períodos 1991-1992 e 1995-1996 uma queda ao redor de 246 mil estudantes nos níveis de matrícula, mas com um certo incremento nos anos 1995-96 (17,3 mil mais alunos), que, segundo informações estatísticas do Resumen Nacional do MINED, continua até 1997-98.<sup>94</sup> Contudo o nível de matrícula das creches se manteve estável. Desde o ano 1992, para completar o programa de creches para crianças de 0 a 5 anos, generalizou-se por toda Cuba o programa "Educa a tu hijo". As dificuldades para ampliação desta modalidade de educação se deve a problemas relacionados à falta de papel para a edição e impressão de folhetos, a materiais e jogos didáticos necessários para o desenvolvimento do trabalho direto com as crianças e seus familiares.<sup>95</sup>

O ensino primário apresentou um comportamento crescente, mantendo níveis de escolarização ao redor de 100%. O nível médio compreendido pelo curso de Secundária Básica, Pré-universitário e Técnico-profissional também apresentou problemas, exceto em relação à Secundária, de ensino obrigatório, que apontou crescimento.

91 Para uma análise mais detalhada, ver Pérez, em Ferriol, 1998: 135-141.

92 Pérez, Izquierdo Victoria, em seu artigo "Sector Educación: reajuste en la situación actual", elabora um diagnóstico do setor e apresenta recomendações para ajudar a resolver as principais dificuldades do setor surgidas nos anos 1990 (em Ferriol, 1998: 115-145).

93 Ver Anexo 10 Matrícula no início do curso escolar.

94 Consultar Anexo 6 Matrícula inicial por nível de educação.

95 Informação fornecida por técnica do MINED em 1998. Consultar Pérez, em Ferriol, 1998: 119.

As mudanças das políticas educacionais orientadas pelo organismo dirigente, em relação àquelas vias de continuidade dos estudos ao pré-universitário ou ao ensino técnico, provocam a evasão de uma parte desses estudantes. Dentre essas mudanças restringiu-se o acesso à universidade, anteriormente sem seleção de nenhum tipo, e priorizou-se o ensino técnico-profissional para os egressos da 9ª série.

A partir da necessidade de força de trabalho qualificada para as tarefas de que necessitava a sociedade cubana se escolheram os cursos que eram oferecidos - com especialidades não muito atraentes para os jovens, especialmente para as moças.<sup>96</sup> Foi estabelecido um sistema de escalonamento,<sup>97</sup> com a avaliação de rendimento dos estudantes para ingressar nos cursos oferecidos e se instituíram as provas de ingresso.

A obrigatoriedade da continuação dos estudos pré-universitários no campo, sob o regime de internato, e a deterioração das escolas foram rechaçadas pelos jovens (Pérez, em Ferriol, 1998).

Quanto ao semi-internato para o total dos níveis de ensino, as matrículas se mantiveram estáveis até os anos 1993-94, os mais duros do Período Especial, mas em seguida "... se produziu uma instabilidade com altos e baixos no nível de semi-internos nos cursos" (Pérez, em Ferriol, 1998: 125). A outorga do semi-internato de primário, a todas as crianças que vieram das creches, é automática e, segundo Pérez (em Ferriol, 1998: 126) "... aumentou o número de comensais nas escolas primárias, em correspondência com o incremento da matrícula, condicionada pelo aumento das idades entre 6 e 11 anos".

Uma medida econômica que se tomou foi o pagamento de sete pesos mensais por aluno, pois as escolas primárias não tem, como as creches, uma renda mensal priorizada. Por outro lado apareceram dificuldades, como a escassez e pouca variedade de alimentos e a baixa qualidade de elaboração da oferta alimentar.

96 A exceção de Economia, nos últimos anos da década de 1990, a oferta das especialidades era a de construção de maquinarias, construção e produção agropecuária (Pérez, em Ferriol, 1998: 122).

97 Sistema de medida que se estabelece entre os pontos obtidos nas provas de ingresso e o rendimento acadêmico acumulado durante o pré-universitário. As cotas de matrícula são definidas nas províncias (nos Estados).

Outra dificuldade diz respeito à evasão estudantil, motivo principal das baixas apresentadas no ensino médio, nos últimos anos, com mais de 70% em cada nível: secundária básica, pré-universitário e técnico-profissional.<sup>98</sup> Alguns dos fatores declarados são: "... a distância dos centros de estudo; a não concordância com a especialidade determinada; o fato de se ter matriculado nessa especialidade por falta de opção; por não ser realmente um curso desejado" (Pérez, em Ferriol, 1998: 133).

O incremento na política cultural sofreu limitações na década de 1990, em especial entre 1990 e 1996, pelas dificuldades na edição de livros e pelas deficiências de energia elétrica e de transporte que impediam a participação do público nas atividades culturais.

## Saúde

A perda dos principais mercados comerciais, o cancelamento de numerosos contratos de provisões de medicamentos, equipamentos e componentes, a carência de divisas, a aprovação da Lei Torricelli em 1992 e a Helms-Burton em 1996 que reforçaram as medidas do bloqueio econômico, não mudaram os objetivos do socialismo cubano, o de continuar levando em conta as necessidades e tentando resolver os problemas mais agudos que começaram a afetar a qualidade de vida da população, especialmente na área da saúde. Exemplo disso foi a aprovação de um orçamento extraordinário em 1993 com distribuição gratuita de vitaminas A, B1, B6, B12, Niacinamida e Ácido Fólico para resolver problemas relacionados ao baixo peso ao nascer, o aparecimento de neuropatia, o incremento de tuberculose e as afecções diarreicas, sobretudo nas pessoas mais idosas (Figueras, 1998: 4).

Algumas ações foram empreendidas para recuperar os níveis em quantidade e qualidade dos serviços de saúde pública, tais como: continuidade no melhoramento do atendimento primário; revitalização da rede hospitalar; criação do Programa Nacional de Medicamentos e de Medicina Tradicional; continuidade ao programa de formação de pessoal médico e odontológico; incentivos à produção de tecnolo-98 Ver Anexo 11, Evasão estudantil.

gias de ponta e à criação de institutos de pesquisa e atendimento a programas de odontologia, serviços de ótica e transporte sanitário (Figueras, 1997; 106-111).

Durante os anos 1990, como resultado da crise econômica, houve uma crescente deterioração do fundo destinado às construções, razão pela qual foi posta em prática um programa destinado à "... criação de uma base técnico-material em cada província, município e comunidade destinada a produzir materiais de construção com matérias-primas locais, através de processos de pequena escala com reduzido consumo de energia e baixo impacto ambiental" (PNUD, 1997: 71).

O perfil epidemiológico da população, que se caracterizava nas décadas anteriores por uma certa estabilidade, também foi ameaçado pela crise econômica dos anos 1990, apesar de as taxas de incidência de problemas de saúde não serem alarmantes se comparadas com outros países. Assim mesmo houve conseqüências como a situação ambiental (o índice de potabilização da água decresceu progressivamente em um valor superior a 90% em 1989 e a 40% em 1994); o controle sanitário de excrementos sólidos também decresceu, apresentando um percentual de 1,9 em 1995, do total de mortes por enfermidades infecciosas e parasitárias; e aumento das enfermidades de caráter transmissível, que estão associadas ao ambiente e às condições de vida.<sup>99</sup> Em 1995, apresenta-se uma discreta tendência à estabilização do serviço de distribuição de água potável à população, apesar de ainda ocorrer disparidade rural-urbana neste setor (74%) e no saneamento (80,7%), todavia as menores na América Latina e no Caribe.<sup>100</sup>

"A redução dos recursos para atividades da saúde implicou na diminuição dos serviços de atendimento médico...", (PNUD, 1997: 58), mas ainda que a crise econômica neste período já tenha sido abrandada, as consultas e os internamentos por leito e o atendimento primário à saúde não mostram bons resultados, apesar do incremento dos gastos neste setor entre os anos 1990 e 1994 e dos gastos em moeda nacional no setor de saúde. "Estes incrementos, tanto em termos absolutos como relativos, são reflexos da decisão política de manutenção das conquistas alcança-99 Rojas, F. e Lopez, C. - "Entorno sócio-económico, voluntad política y situación de salud en Cuba. Apresentado em: IX Congreso Internacional de Asociación de Health Policy. Montreal, 13-16/06/1996: Citado em "Investigación sobre el desarrollo humano en Cuba - 1996" (1997: 55-56).

100 Rojas, F. e Lopez C. Entorno sócio-económico, voluntad política y situación de salud en Cuba. Apresentado em: IX Congreso Internacional de Asociación de Health Policy. Montreal, 13-16/06/1996. Citado em "Investigación sobre el desarrollo humano en Cuba - 1996" (1997: 55)



das" (PNUD, 1997: 58). Os gastos em saúde pública em 1994 foram 17% superior aos de 1989. Porém houve redução nos gastos de investimento em 1994, que não produziu danos porque na década de 1980 foram feitos importantes investimentos, concluídos no princípio da década de 1990 (PNUD, 1997: 58).

A respeito da provisão de medicamentos, as dificuldades com o financiamento em divisa geraram sérios danos, inclusive porque Cuba "... recebeu escassa contribuição externa para manter a vitalidade de seu sistema de saúde" (PNUD, 1997: 59).

Um dos elementos centrais do sistema de saúde pública cubano e que exerceu um papel fundamental na contenção da deterioração resultante da crise, foi o papel desempenhado pelo médico da família.

Apesar dos problemas enfrentados, dos 17 indicadores de saúde considerados pela Pesquisa de Desenvolvimento do PNUD (1997)<sup>101</sup>, a conquista relativa somente em um desses indicadores é média (disparidade rural /urbana a respeito do acesso à água potável) e em outro, é baixo (disparidade rural/urbana a respeito do acesso ao saneamento); enquanto em 15 dos demais indicadores, é alta comparando-se aos países industrializados.

Exemplo é o número de habitantes por médico e dentista que se, reduziu. A média nacional era em 1970 de 1393 pessoas por médico e 6276 por dentista, sendo que os dados de 1995 demonstram uma considerável redução com tendência positiva aos anos 2000 e os valores para todas as províncias não se distanciam significativamente da média nacional.<sup>102</sup>

101 Ver Anexo 12 Conquistas relativas da saúde em Cuba e acesso a saneamento e á água potável.

102 Ver Anexo 13 Gráfico: Habitantes por médico e dentista por província. Cuba, 1995.

## Emprego

Nos anos 1990 inicia-se um processo de desequilíbrio resultante da crise econômico, <sup>103</sup> entre a necessidade de mão-de-obra - 40% desta se localiza no setor da agricultura, na pecuária e nas zonas rurais <sup>104</sup> - e a disponibilidade da força de trabalho — 60% é de origem urbana, de alta qualificação e de idade inferior a 30 anos. Tal desequilíbrio também é explicado pela adoção de modelos urbanos no campo. <sup>105</sup> Isso afeta sobremaneira a taxa de desemprego do país, que em 1995 foi de 7,9% (PNUD, 1997: 38).

Assim, no setor de emprego começam os problemas com o superdimensionamento de quadros de pessoal, já ocorrido no período anterior, e como resultado cerca de 500 mil trabalhadores estavam sem trabalhar, recebendo 60% do salário do fundo pago pelo governo, o que agravou a situação do déficit orçamentário, situação que apresentou uma ligeira recuperação em 1996. Configurou-se um grande setor de mercado informal nos finais da década de 1990, com cerca de 25 mil pessoas praticando 75 tipos de atividades ilegais (Hernández, 1998).

A taxa de desemprego, que em 1994 era de 6,5%, foi para 7,9% em 1995 (PNUD, 1997), contra 5% nos anos 1980.

Entre 1989 e 1993 ocorreram o ajuste na economia e o desenvolvimento de atividades capazes de gerar novas rendas em divisas e foram enfatizados os programas para a produção de alimentos. E entre 1993 e 1996 houve aplicação de medidas econômicas como: redução do déficit fiscal e da base monetária; estímulo à produção que repercute na esfera trabalhista, com a abertura das atividades por conta própria; extensão da licença aos profissionais de nível superior que não se contemplava inicialmente; criação das UBPC; abertura dos mercados agropecuários e de bens artesanais e estímulos em divisas através da entrega de produtos ou certificados para compras em divisas, pelo cumprimento ou sobre-cumprimento do

103 A partir da queda do campo socialista tem aparecido vários problemas como a contração das importações e a adaptação às condições da economia internacional, além de que o crescimento da economia na década de 1980 associado à política de pleno emprego fez com que (os) se ultrapassados os limites de ocupação e isso repercutiu nos anos 1990 (Ferriol, 1995).

104 A necessidade de alocação nestes setores se explica porque eles se mostravam pouco produtivos, com baixa rentabilidade e baixos salários.

105 Não se produz uma renovação da força de trabalho no campo, uma vez que os filhos dos camponeses ascenderam a um nível educacional superior através do processo de universalização do ensino.

plano de trabalho, em caso das produções geradoras dessas divisas (Ferriol, 1998: 26-52).

Nos anos 1993 e 1994, adotaram-se medidas econômicas na agricultura (crescimento do setor cooperativo) a par do processo de racionalização das instituições produtivas e de serviços e da abertura da economia aos investimentos estrangeiros - as empresas mistas absorvem já em 1996 cerca de 3% do emprego - (PNUD, 1997: 38) que, acompanhados pela extinção do trabalho por conta própria em 1993 apresentava uma cifra de um milhão de pessoas potencialmente subempregadas (Ferriol, 1998: 40-41).

Houve elevação da capacidade empregadora de propriedade não-estatal e da economia informal diante da impossibilidade de se garantir o pleno emprego por parte do setor estatal. A existência de fontes de emprego diferenciadas (estatais e não-estatais) e de duas moedas circulantes muda um pouco a percepção das pessoas sobre as ocupações: os setores emergentes e o não-estatal oferecem mais vantagens econômicas e o critério de prestígio social se transforma.

Não obstante, o governo cubano continua resistente a transferir seu poder econômico fundamental ao setor privado. Um exemplo é a política seguida com o setor de trabalho por conta própria. Em 1991, o PCC aprovou a criação de um setor por conta própria mais amplo. Entre 1991 e 1993, este setor cresceu rapidamente e o governo considerou necessário estabelecer regulamentações detalhadas para controlar sua extensão. Em 1995 e entre 1996 e 1998, regulam-se novos aspectos como categorias, montante de impostos, licenças, cotas. Tudo isso está dirigido para controlar a extensão do setor por considerá-lo fonte de desigualdade (Hernández, 1998: 35-37).

A fonte de renda em Cuba não é representada apenas pelo salário. Os serviços de atendimento médico e hospitalar, de medicamentos, de educação com sistema de internato que garante roupa, calçados, alimentação e alojamento, de alimentos da cesta básica, entre outros, são financiados pelo Estado, através dos fundos sociais de consumo.

Apesar da crise dos anos 1990 e as medidas para a redução do déficit fiscal, os gastos sociais continuam crescendo, especialmente na esfera da seguridade e da assistência social (PNUD, 1997).

Ainda há segmentos da população que mantêm tendências deficitárias entre rendas e gastos e neste período de dificuldades dos anos 1990 se criaram diversos programas assistenciais, com a aplicação de benefícios que incluem empréstimos em espécie ou monetários; abastecimento prioritário de alimentos para os anciãos; incorporação ao trabalho das mães solteiras; atendimento aos deficientes, ou seja, benefícios para aquela parcela da 'população em risco' que não pode cobrir, com seus próprios recursos, algumas necessidades básicas.

Dá-se, nesta década, ênfase quanto aos objetivos programáticos de ajuste social, de acordo com os problemas enfrentados pela sociedade socialista cubana, cuja racionalidade é a da sobrevivência.

Há uma diversificação dos atores sociais, com a potenciação de iniciativas de nível local, como as experiências de oficinas de transformação de bairros como os de San Isidro, Atarés e Havana Velha.<sup>106</sup> O Estado deixa de ser o ator exclusivo. Os programas macro, pensados a médio e a longo prazos passaram a ter um caráter de emergência, como o de alimentos, de seguridade social, de racionamento.

As políticas sociais se encaminharam a um novo processo de seletividade, distinto daquele dos primeiros anos da Revolução, que se caracterizou por medidas radicais e de massa, especialmente nas áreas de educação e de saúde, necessárias para a eliminação das grandes desigualdades preexistentes. A seletividade desta década, que também é dirigida aos destinatários, traduz-se em maior atenção à 'população em risco' que se reconhece e para a qual são criados programas oficiais rotineiros de atendimento a determinados segmentos, como o dos anciãos, das mães solteiras, das camadas da população de bairros marginais, levados a cabo por vários ministérios e por trabalhadores comunitários locais com a participação da representação local das organizações de massa. Tal seletividade segue o mesmo princípio daquela anterior, quanto aos destinatários, e não quanto aos gastos com o atendimento. Isto é, dá-se mais oportunidade aos grupos desprotegidos para conseguir o alcance da equidade,<sup>107</sup> com a diferença de que nesse período este segmento é muitíssimo menor, o que requer a intervenção de setores de órgãos públicos e de organizações de massa nos seus bairros e não as grandes mobilizações e os programas de impacto dos primeiros anos.

106 Ver detalhes desses trabalhos comunitários: Aguilar (1996) e Cólado e Coipel (1996).

107 O princípio da equidade adotado neste estudo se caracteriza pela busca de cumprimento do objetivo de nivelar a posição das classes, ofertando mais serviços para aqueles segmentos que mais necessitam.

Pode-se dizer que esta é uma década em que houve priorização da recuperação econômica e se comprometeu a universalização e a gratuidade, apesar da criação de programas para o atendimento a toda a 'população em risco' e o pagamento de alguns serviços, mesmo que a preços muito baixos.

Não obstante, a busca da igualdade baseada no princípio do atendimento às necessidades humanas; o critério social expresso na universalização, gratuidade e caráter público das políticas sociais e as formas de realização que obedecem a mecanismos de formulação e implementação baseados nos interesses e necessidades sentidas pela população são marcos do sistema de bem-estar cubano, como regularidades presentes nas diversas décadas analisadas, apesar das tensões nos períodos de crise entre os gastos sociais e os resultados econômicos.

A ênfase deste estudo nas políticas sociais de educação, saúde e emprego, como recurso didático, não só destaca os pilares das políticas sociais cubanas, mas facilita a análise das principais políticas dirigidas à mulher em Cuba, que apresentam particularidades importantes.

## Capítulo 2

### Mulher e política de bem-estar em Cuba

Para analisar as políticas de bem-estar<sup>108</sup> dirigidas à mulher em Cuba foi necessário realizar, em primeiro lugar, uma caracterização da situação da mulher no país. Para isso, tomaram-se depoimentos de mulheres dirigentes, especialistas e usuárias dos serviços sociais que, relacionados aos quantitativos, ofereceram elementos não só para essa caracterização, mas também para a análise das políticas sociais voltadas para esse segmento da população. A decisão metodológica de utilizar os depoimentos deveu-se à busca de maior fidelidade das informações coletadas, oferecidas por fontes autorizadas, incorporando os próprios sujeitos dessas políticas que, dessa maneira, podem falar com conhecimento e vivência sobre a identidade feminina, sua participação, suas organizações, sobre as leis relativas à mulher cubana e sobre o patriarcado e a família. Isto ajudou a colocar claramente algumas peculiaridades do contexto cubano em relação à mulher e também as semelhanças e diferenças com outros países.

Nesta caracterização, citamos aspectos relativos à demografia, esperança de vida, composição étnica e etária, perfil cultural e profissional, entre outros.<sup>109</sup> Enfim, intentou-se apresentar um panorama geral da inserção dessa mulher na sociedade pós-revolucionária para melhor compreender, não só o impacto que sobre ela teve o traçado e a implementação das políticas sociais, mas o grau de prioridade de que foram credoras.

A transformação da mulher cubana em sujeito ativo da sociedade socialista resultou num processo altamente complexo e não isento de contradição. Nos êxitos

<sup>108</sup> O termo política de bem-estar é utilizado aqui como sinônimo de política social. Ver a polêmica em torno do termo 'bem-estar' em César (2001).

<sup>109</sup> A base dos dados aqui referidos foi extraída de "Documento/ FLACSO - 1992 - Mujeres latinoamericanas en cifras/ Cuba". As atualizações possíveis dos dados dos anos 1990 foram feitas nos Ministérios, na FMC, em jornais e através de estudos realizados mais recentemente por organizações como a FLACSO, a Universidade da Havana, o INIE e o CIPS, para citar alguns. O ano 1998 foi o último ano de referência das estatísticas oficiais.

por ela alcançados tiveram um significativo impacto as políticas sociais projetadas pela Revolução, basicamente no setor da saúde, da educação e do emprego.

Estas políticas universais dirigidas, por sua vez, à satisfação das necessidades básicas de segmentos particulares da sociedade, neste caso a mulher, permitiram que elas pudessem exibir na atualidade uma situação social que as coloca na vanguarda dos países subdesenvolvidos e alguns de seus indicadores de desenvolvimento sejam comparáveis com os de países do Primeiro Mundo.

A conquista de uma plataforma social que, ademais de projetar o desenvolvimento social de maneira global, incluíra muito especialmente a mulher, vincula-se em Cuba, do ponto de vista conceitual, à idéia da relação entre a emancipação geral dos explorados e dos oprimidos com a da mulher. Assim, emancipação da mulher não é resultado automático do desenvolvimento social, mas deve ser analisado como um processo ininterrupto, cujo fim é a busca da eliminação de preconceitos, da revisão de conceitos e de papéis desempenhados por elas e pelos homens, do rompimento de barreiras que excluíram as mulheres do âmbito público e da produção social, redimensionando seu papel de reprodutora da vida.

## 2.1 Caracterização da mulher cubana

Na década de 1990, as mulheres cubanas representavam 49,7% da população nacional (Documento/ FLACSO, 1992: 21), e em 2000, 49,9%.<sup>110</sup> Nas últimas décadas do século XX, mudou sua situação de majoritariamente rurais para fundamentalmente urbanas (Documento/ FLACSO, 1992: 27), com uma modificação na composição etária, entre 1970 e 1990, de jovem para adulta (25 a 59 anos)<sup>111</sup>. Intensificou-se um processo de envelhecimento, cujo nível atual é de 13,1% de pessoas com 60 anos e mais, do total da população. (Documento/ FLACSO, 1992: 24).

<sup>110</sup> Jornal Granma Internacional, março de 2000: 3.

<sup>111</sup> Entre os anos 1950 e 1990, a evolução da fecundidade mostra uma redução das taxas, de 4% para 1,8% (Documento/ FLACSO, 1992: 26). Por outro lado a mortalidade materna decresceu notavelmente desde 1960, quando apresentava uma taxa de 11,6% por dez mil nascidos vivos, até alcançar a taxa de 3,9% em 1988 (Documento/FLACSO, 1992: 79). Em 1997, apresentava uma taxa de 2,16% (Documento/MINSAP, 1998).

A esperança de vida da mulher cubana aumentou mais rapidamente que a dos homens nas últimas décadas: de 61,3 anos entre 1950 e 1955 (dos homens era de 58,8), para 77,6 anos contra 73,9 dos homens entre 1985 e 1990 (Documento/ FLACSO, 1992: 69). Esta cifra permanece a mesma em 2000.

Com o apoio dos dados estatísticos, mas privilegiando sobremaneira os depoimentos, é objetivo desta epígrafe apresentar esta mulher nos diversos aspectos que caracterizam sua situação social.

## Presença ativa das cubanas

A mulher cubana tem desempenhado um papel importante desde o triunfo da Revolução e também nos movimentos organizativos que a antecederam; sua presença é sentida não só nas organizações tradicionais de mulheres, mas também naquelas que desempenharam papel decisivo na luta revolucionária, como: o Diretório Revolucionário 13 de Março (Estudantes), o Partido Socialista Popular (Comunista), o Movimento Operário e o Movimento 26 de Julho, inclusive na planície e nas montanhas, como revelam os seguintes depoimentos:

"Havia um interesse para dar à mulher cubana um lugar diferente; inclusive antes da Revolução a mulher participou da luta na Sierra Maestra e não como participa a maior parte das mulheres como enfermeira, no apoio logístico. Fidel teve a previsão de criar o pelotão Mariana Grajales<sup>112</sup> que desenvolveu um papel não tradicionalmente feminino na guerra e representou a mulher cubana que estava marginalizada" (Depoimento de dirigente).

"Já antes do triunfo da Revolução as mulheres exerceram um papel importante em diversas organizações, como o grupo de mulheres católicas denominado 'Com a cruz e com a pátria' e o de mulheres da intelectualidade urbana, o movimento de mulheres revolucionárias camponesas 'Unidade Feminina Revolucionária'

<sup>112</sup> Um dos batalhões femininos que lutaram pela Revolução recebeu o nome de Mariana Grajales, combatente destacada nas guerras pela independência, no século XIX. Nos primórdios da Revolução, por ocasião de um debate com Fidel, foi anunciada a criação do pelotão feminino Mariana Grajales, cuja primeira missão foi a de custodiar a Comandância Geral e ocupar-se da guarda pessoal do chefe da Revolução.



e a 'Frente de Mulheres Martianas'<sup>113</sup> que, com o Movimento 26 de Julho e o Diretório Revolucionário, surgido no seio estudantil, desenvolveram atividades de luta em favor dos presos políticos e um trabalho revolucionário em diversas frentes" (Depoimento de dirigente).

"Quando triunfou a Revolução havia uma série de organizações de mulheres e se criou outra, a partir do grupo de mulheres que haviam lutado na Sierra Maestra e que faziam parte do Movimento 26 de Julho e do Partido Socialista Popular (de onde surgiu a Unidade Feminina Revolucionária) — chamava-se Congresso das Mulheres Cubanas pela Libertação da América Latina, com a intenção de indicar uma permanente ação. Numa grande reunião, da qual Fidel participou, decidiu-se trabalhar numa organização, não de governo, mas uma organização como as que hoje se chamam não-governamentais. Significava um grande projeto, que pudesse forjar a unidade e trabalhar pelas necessidades da mulher de acordo com sua atuação e suas condições: das mulheres urbanas sem trabalho, das mulheres rurais marginalizadas, das mulheres negras, das donas de casa, das camponesas" (Depoimento de dirigente).

"As Milícias Nacionais Revolucionárias criadas desde o princípio da Revolução também contaram com a participação da mulher, com um batalhão feminino como parte da luta pela defesa da Revolução; este e outro indicador de como se queria começar e organizar, de maneira independente a mulher, mas buscando-lhe um espaço social" (Depoimento de especialista).

Em 23 de agosto de 1960 é fundada a FMC - Federação de Mulheres Cubanas — que reúne 3,5 milhões de federadas.

"A FMC também exerceu um papel importante na formação da estrutura da organização feminina em Cuba, que teve aspectos diferentes da organização feminina nos antigos países socialistas. Aqui tal organização, ao contrário daquelas, começou de baixo para cima e as mulheres organizaram suas bases na comunidade e nas instituições de trabalho. Também há representantes nas estruturas políticas do governo e do Partido, nos âmbitos municipal, provincial e nacional" (Depoimento de especialista).

<sup>113</sup> Nome dado em homenagem a José Martí, nascido em 1853, denominado o Apóstolo da Revolução, pois foi um lutador incansável pela independência de Cuba

Dentre os objetivos da FMC,<sup>114</sup> desde sua fundação estão o objetivo essencial de luta em defesa da Revolução; a defesa do lugar político e social da mulher no país; a batalha para erradicar velhas formas de pensar e desenvolver uma educação não sexista; para alcançar maiores níveis de participação ativa e consciente da mulher na vida econômica, política, cultural e social do país em todos os âmbitos e níveis e desenvolver os ideais de unidade e solidariedade. Suas principais ações estão encaminhadas à organização, incorporação e mobilização das mulheres; ao estudo dos temas que afetam a mulher e sua promoção, através de programas realizados nas comunidades. Também há programas para a mulher em organismos governamentais e instituições, em coordenação com a FMC.<sup>115</sup> Em qualquer organização, órgão ou instituição onde se discute um problema relacionado com a mulher, ali está a presença da organização feminina. Como exemplos da presença da FMC, citamos os seguintes depoimentos:

"Ao longo dos anos pós-revolucionários a FMC se incorporou às lutas gerais, liderando as específicas relacionadas com a mulher<sup>116</sup> (Depoimento de dirigente).

"Também com a participação da FMC convidamos, nos anos 1984 e 1985, as feministas latino-americanas para que viessem a Cuba e houve um desenvolvimento de pesquisas em diversos campos. Em 1991 e criada a Cátedra da Mulher na Universidade de Havana, integrando as mulheres de distintas áreas das ciências, não somente as sociais, no enfoque de gênero e são realizadas oficinas e seminários dando continuidade, nos anos seguintes, ao processo já iniciado" (Depoimento de especialista).

Estas cátedras começaram a ser fundadas na década de 1980; existem várias em Institutos Pedagógicos e centros universitários do país. Nos anos 1990 tem início um processo de aprofundamento conceitual e institucionalização dos estudos de gênero, a partir da incorporação deste enfoque metodológico tanto na pesquisa como na docência universitária.

114 Os objetivos da FMC são discutidos em cada Congresso, ocasião em que se reúnem representantes eleitas em todas as províncias através de assembleias.

115 Os programas para a mulher são desenvolvidos no Ministério da Saúde Pública, Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Comitê Estatal de Trabalho e Seguridade Sociais, Centro Nacional de Educação Sexual, Academia de Ciências de Cuba, universidades como as de Villa Clara, de Havana e de Camagüey, para citar alguns organismos e instituições.

116 Consultar: Documento 1995 - "Memória - II Congreso Nacional de la FMC"; Espin Guillois, Vilma 1990 "Informes centrales de los Congressos de la FMC"; Documento 1995 Memórias "VI Congreso da FMC".

Há um conjunto de acontecimentos internacionais que permitiram, tanto no plano nacional como no internacional, que a presença da mulher cubana se tornasse visível, mudando qualitativamente o tratamento do tema.

Desde 1975, quando é declarado pela FDIM (Federação Internacional de Mulheres) o Decênio Internacional da Mulher (1975/1985) e também com a realização no México do 1º Encontro Mundial de Mulheres e depois, das reuniões mundiais em Copenhague, Nairóbi e Beijim, a participação das cubanas foi constante. Na década de 1980 realizaram-se, em Havana, dois grandes encontros e em 1998, o Encontro Internacional de Solidariedade Entre Mulheres.

### Canais de participação e de representatividade em postos de direção

Apesar de sua participação em diversas tarefas de defesa nacional, de educação, de saúde, de contingentes de trabalho e em outros setores, há uma baixa representatividade da mulher em postos de direção: em 1987 havia 5,1% de ministras e 9,3% de vice-ministras. Em 1999, a direção de apenas três ministérios de um total de 24 é ocupada por mulheres (12,5%). O número de vice-ministras cresceu até 17 (Alvarez, 1998: 16).

A proporção de mulheres em cargos de direção aumenta nos postos de menor hierarquia.

### No Estado

No Conselho de Estado, dos 31 integrantes, somente 5 eram mulheres em 1976, ano em que foi criada a Comissão Permanente de Atendimento à Mulher, à Infância e à Juventude presidida pela FMC (Documento/ FLACSO, 1992: 96). Em 1998, entre os deputados, o índice de mulheres cresceu de 13,6% para 16,1%. No mesmo ano, nos organismos da Administração Central do Estado, a representatividade das mulheres com responsabilidade de direção passou de 12,2% no início

dos anos 1980, para 24,5% na década dos 1990 (Alvarez, 1998: 16). Os dados de 1976-93 indicam uma participação em torno de um quarto na Assembléia do Poder Popular, sendo cerca de 12% no âmbito municipal (Documento/ FLACSO, 1992: 97). Em 1998, as mulheres representavam 27,6% dos membros do Parlamento (Alvarez, 1998: 16).

Na administração da Justiça, segundo dados de 1990, na presidência dos Tribunais Provinciais, do total dos presidentes dos tribunais 14,2% eram mulheres, e como juizes profissionais do Tribunal Supremo Popular, somavam 11 de um total de 28. Como juizes leigos representavam 60,4% contra 32,1% em cargos diretivos (Documento/FLACSO, 1992: 98), sendo que em 1998 esta participação cresceu para 34,6%. Neste mesmo ano, representavam 61% dos promotores, 49% dos juizes profissionais e 47% dos magistrados do Tribunal Supremo Popular (Álvarez, 1998: 16).

### Nas organizações políticas

No PCC, apesar da aprovação no Congresso de 1975 do estudo Do Pleno Exercício de Igualdade da Mulher, não havia nenhuma mulher no Bureau Político; em 1980 havia uma e em 1985, 1988 e 1991, foram eleitas três. No Secretariado, nunca foi nomeada uma mulher, apesar de estas constituírem 30,1% da militância do Partido Comunista de Cuba em 1998. Dados de 2000 mostram que no Conselho de Estado apenas 12,9% são mulheres e no Comitê Central, 13,3% - uma porcentagem muito baixa.

Na UJC, nos cargos de direção, a participação da militância feminina aumentou, especialmente entre os anos 1970 e 1987.

## Nas organizações de massa

Na CTC, a sindicalização e a participação feminina vem aumentando, mas os dados de 1989-1990 demonstram que os homens continuam impondo decisões; isso está expresso nos números da direção nacional e de dirigentes sindicais por sexo (Documento/FLACSO, 1992: 102). No nível de base e nas seções sindicais, elas representam 52,5% dos dirigentes (Alvarez, 1998: 16).

As mulheres também participam em outras organizações como por exemplo: ANAP, UPC, FEEM, FEU, UPEC, UJC, CDRs e outras (Documento/FLACSO, 1992: 96-103).

"Também o Movimento de Mães Combatentes pela Educação foi importante para conseguir o vínculo da escola com a comunidade e com a própria organização de mulheres, pois, naquele momento, só a mulher podia encarregar-se da educação das crianças. Hoje essa realidade mudou e já existe uma participação do homem na criação e na paternidade, sobretudo nas novas gerações, mas ainda prevalecem muitos critérios tradicionais. No último congresso da FMC, as mulheres propuseram que o Movimento deve ser de 'pais e mães combatentes pela educação" (Depoimento de especialista).

Também existem outras maneiras de as mulheres se organizarem, como a experiência do grupo Magin que surgiu na UNEAC e que era formado por mulheres comunicadoras num sentido amplo, pois era integrado por pessoas de diversas profissões, como jornalistas, cientistas, historiadoras, psicólogas e outras, com experiências em diferentes campos do conhecimento. O grupo convidava conferencistas e promovia interessantes debates.

Por iniciativa da FMC foram criadas as Casas de Orientação à Mulher e à Família.<sup>117</sup>

Durante quatro décadas, a Revolução tem criado um corpo legal, instituições e organizações para respaldar a igualdade entre homens e mulheres que, apesar de reconhecidas, suportam certa distância entre o formal e o real, por desconhecimento das leis ou por estereótipos e padrões culturais historicamente herdados.

117 A experiência das Casas de Orientação à Mulher e à Família começou em Santa Clara e, atualmente, existem ao redor de 200 em todo o país. Essas Casas desenvolvem um trabalho de orientação em diversas áreas, como a da educação, da saúde e a dos aspectos jurídicos. Oferecem palestras e realizam dinâmica de grupo sobre as relações do casal, assim como sessões de massagem, auto-exame de mamas, medicina alternativa e outras atividades afins.

Nesse sentido, vários depoimentos reforçam a imagem de que os homens são mais aptos para ocupar cargos de responsabilidade, pois têm mais tempo, não têm a mesma sobrecarga da mulher nas tarefas do lar nem na criação dos filhos, acompanhados de argumentos relativos à falta de serviços de apoio, como lavanderias e outros. Vejamos alguns depoimentos nesse sentido:

"Uma vantagem em Cuba é que a mulher não se sente discriminada socialmente e uma desvantagem e uma ocupação minoritária em cargos de direção onde, para ser dirigente, existem muitas exigências — horas extras, por exemplo — que são incompatíveis com as necessidades do lar; também porque há machismo na vida matrimonial. Já se conseguiu alguma participação dos homens, mas assumem tarefas designadas como essencialmente masculinas, atividades na rua, como fazer as compras, mas na sociedade como um todo continuam os preconceitos. Também no caso cubano, existe o fato de que não há motivação financeira para os que ocupam cargo de direção" (Depoimento de especialista).

"Em países onde a mulher não tem acesso à educação, onde não está qualificada, onde não está suficientemente representada no setor de trabalho, que sentido tem a luta por maior participação em postos de direção? Isso seria formalidade! Há países onde há uma porcentagem importante de mulheres que estão nas esferas dirigentes, mas que não podem fazer nada em favor das mulheres marginalizadas, porque não existe desenvolvimento de educação, de cultura, no trabalho, de direitos fundamentais. Estes são indicadores do processo de desenvolvimento que se conquistou em Cuba" (Depoimento de especialista).

"A origem do processo de ascensão aos cargos de direção mostra-se como um fenômeno contraditório: na organização dos pioneiros (das crianças das escolas primárias), quase 90% dos dirigentes são meninas, ou seja, a mulher em Cuba começa, nas primeiras idades, a exercer um papel de liderança, apoderando-se das chefias de grupos, como secretárias dos grupos de crianças nas províncias e nacionalmente, no magistério - na escola, a menina tem qualidades mais desenvolvidas e mais habilidades para enfrentar o cenário escolar que os meninos, ou seja, a professora gosta mais da menina obediente, tranqüila, passiva, essas coisas que parecem boas, mas que não o são tanto. Neste caso, a menina desenvolve mais habilidades de comunicação, de gestão, de planejamento que o menino — esta liderança feminina continua até a Secundária Básica. A mulher começa com uma liderança muito forte do ponto de vista social, porque a escola é o cenário onde se desenvolvem as re-

lações fundamentais das meninas e dos meninos. Quando entram na universidade perdem essa liderança e os altos níveis de direção, apesar de que um maior número de moças são aprovadas no exame de ingresso" (Depoimento de especialista).

"As organizações estudantis em Cuba existem desde que as crianças têm cinco anos e que entram na escola primária — a maioria dos cargos é ocupada pelas meninas que são as mais disciplinadas, mais estudiosas e os meninos são os que "jogam pedras". Quando passam para o curso secundário continuam como pioneiros<sup>118</sup> e já os meninos vão entrando na direção e depois na FEEM, organização do ensino médio, e no nível universitário — a FEU. Apesar de que nas universidades haja maioria feminina, são os rapazes os que ocupam os cargos de direção nas organizações estudantis universitárias no nível provincial e nacional" (Depoimento de especialista).

"A UJC, organização política da juventude cubana, em toda sua história, desde 1962 até hoje, somente uma vez teve uma secretária geral do sexo feminino no ano 1997. Às vezes, querem justificar a pretensa incompatibilidade de um cargo de direção com a maternidade; influiu também o Período Especial porque as altas esferas exigem muito tempo fora de casa e a própria mulher foi se restringindo, e os homens não gostam de ser dirigidos por mulheres. Por exemplo, duas carreiras onde as mulheres são maioria indiscutível, educação e saúde, os cargos de mando em níveis mais altos são exercidos por homens. A capacidade é o elemento que deveria ser levado em consideração, não por ser homem ou mulher" (Depoimento de dirigente).

Apesar de que em matéria de direitos o acesso a cargos de direção está garantido, ainda existem barreiras subjetivas tanto impostas por homens como por mulheres. O estilo de direção em geral e masculino e representa uma sobrecarga e um desgaste físico e mental para a mulher, quando se soma ao trabalho doméstico. Esses estereótipos de gênero em relação aos cargos de direção e o fato de que os homens *não* compartilham as tarefas domésticas aparecem como fatores explicativos da incompatibilidade entre o labor de uma dirigente e aquele labor doméstico e limitam o pleno exercício dos direitos conquistados pela mulher cubana.

118 Organização que congrega as crianças cubanas.

"Uma desvantagem é que a mulher não tem acesso aos mais altos cargos de direção no país, mas os tem nos níveis médios; tem conseguido, à custa de seu esforço, uma participação social muito importante apesar da carga doméstica. Nós, as mulheres cubanas, somos heroínas, criativas para inventar, mas temos que assumir essa carga no lar e apesar disso somos muito destacadas socialmente. Mas é difícil que aceitemos cargos de direção de alto nível porque o modelo de direção é masculino pela própria carga de trabalho. Em Cuba, o dirigente cubano, independentemente de que possa ter alguma vantagem, não tem grandes privilégios, ou seja, não lhe vão pagar muito mais, nem vai receber muitos recursos, nem vai enriquecer por ser dirigente; o que existe é uma grande carga de exigência, de controles e de tempo extra muito grande de dedicação. A motivação é querer contribuir com a sociedade, diferentemente de outros países, pois aqui há mais responsabilidades que vantagens. Comparando-se a vantagem de um ministro cubano com um ministro de outro país, percebe-se uma grande diferença. E para a mulher que ainda tem mais a carga doméstica, é mais difícil. Esses dois problemas se inter-relacionam e são causas das maiores dificuldades que tem a mulher em Cuba. Na esfera doméstica e familiar tem havido mudanças pequenas, mas também isto está associado a um problema de gerações" (Depoimento de especialista).

Em alguns lugares a situação se transforma favorável mente. Na Universidade de Havana, do total de funcionários e professores, cerca de 60% são mulheres. Nos quadros de direção representam 47% com 52% de direção docente e 18% nos da administração. Há mais decanas que decanos, mas vice-reitora houve uma e nenhuma reitora.<sup>119</sup> Aqui se mantém a regularidade do não-acesso da mulher aos cargos de mais alto nível.

"Qualquer cargo de direção, em qualquer país, significa que a pessoa recebe mais dinheiro e se dedica a esse cargo e tem garantida uma série de coisas na área dos serviços, como lavanderia, etc. Em Cuba até a massa de tomate, as conservas são feitas em casa, pelas dificuldades econômicas. A função econômica da família em Cuba exige muito tempo. Inclusive, se as mulheres tivessem outra plataforma de serviços garantidos, o machismo teria ficado de lado" (Depoimento de especialista).

<sup>119</sup> Dados do discurso do reitor da Universidade de Havana, março de 2000, em atividade da Cátedra da Mulher pelo Dia Internacional da Mulher.



Neste depoimento, destaca-se uma das dificuldades que tem enfrentado a mulher cubana em diferentes momentos da Revolução, a disponibilidade de serviços que sirvam de ponto de apoio para a gestão da mulher na sociedade. Por sua vez, apenas facilitando o trabalho para a mulher, não se resolveria a questão do machismo.

## Setores fundamentais do desenvolvimento social

### Educação

Os números indicam, quanto à educação formal, que a participação das mulheres foi aumentando ao longo dos anos, inclusive com uma insignificante diferença em termos de etnia (Documento/ FLACSO, 1992: 55). Todavia em 1981, as mulheres apresentavam um menor nível de estudo que os homens: 56,4% não tinham feito o primário; 39,9% estavam no ensino médio (44,8% de homens) e 3,7% tinham estudos universitários (4,8% de homens). Em 1987 este quadro já se modificava: 32% no primário; 63,1% tinham estudos médios (39% secundários e 24,1%, médios e superiores) e 4,5%, universitário (Documento/FLACSO, 1992: 54). Segundo os dados oferecidos pelo setor de estatística do MINED — Resumo Nacional, nos anos letivos 1997-1998, em 1998 65% dos que terminaram o nível pré-universitário eram mulheres, assim como 58% das carreiras universitárias (Documento/ MINED, 1998).

Em relação à participação feminina nos diversos segmentos docentes, com professoras, as cubanas eram 100% em 1989-1990 no nível de pré-escolar; 73,6% do docentes primários; 47% do ensino médio e 45% dos docentes universitários. Os dados de participação na docência universitária apresentam uma situação favorável se comparada com os países latino-americanos, onde estão entre um quinto e um terço do total dos docentes (Documento, 1992: 66). Os dados oferecidos pelo setor de estatística do MINED Resumo Nacional, nos anos letivos 1997-1998, confirmam os 100% para o nível de pré-escola. Quanto à participação nos outros

níveis continuou crescendo, com 92,6% para o primário; 58,8% para o ensino médio (secundária básica, 67,7%; pré-universitário, 45,2% e técnica e profissional, 38,5%) e para o nível superior, 46,8%.

Entre os técnicos médios, as mulheres alcançaram os homens, existindo uma divisão por sexo quando se trata da escolha da especialidade: em 1981, as mulheres apresentavam maioria na saúde pública, economia e artes, paridade na indústria química e de alimentos e eram minoritárias em metalurgia, máquinas, construção e agricultura, profissões tradicionalmente masculinas (Documento/ FLACSO, 1992:62).

A evolução da matrícula universitária por sexo, além de ter aumentado até meados da década de 1980, mostra que as mulheres aumentaram sua participação de 48,4% em 1975, para 54% em 1985 e em 1989, já apresentava cerca de 58% (Documento/ FLACSO, 1992:64). Esta taxa baixou a 52,7%), segundo dados de 1997-1998 oferecidos pelo MINED.

Há mais de 21 mil pesquisadoras docentes em pesquisa científica, quase mil doutoras em ciências de primeiro grau e mais de 200 doutoras em ciências de segundo grau.

"Do total de pesquisadores cubanos, 42,2% são mulheres; 32,2% detém 'categoria principal' e uma de cada quatro pesquisadoras e doutora em ciências" (Muñoz y Proveyer, 1999: 8).

Apesar de esses dados apresentarem uma situação favorável à mulher e de ser menor a segregação por sexo em relação aos homens na direção dos diferentes níveis do setor educacional que em outros países da América Latina, ela também existe em Cuba:

"No setor da educação, de maneira geral, os dirigentes são homens: quase todos os diretores municipais; nas 14 províncias e no Município Especial (Ilha da Juventude) há três mulheres diretoras provinciais de educação. Mas, quase todos os cargos mais altos são dos homens<sup>120</sup> (Depoimento de especialista).

"Na Universidade também se dá isso, é um reflexo da sociedade; não há mulheres nos postos mais altos" (Depoimento de especialista).

120 Entrevista concedida em dezembro de 1998.

"Nas Universidades Pedagógicas, exceto uma ou duas, os postos de reitores têm sido ocupados por homens e no organismo central do MINED houve apenas uma ministra de educação, duas ou três vice-ministras, mas a maioria c do sexo masculino" (Depoimento de dirigente).

## Emprego

Segundo Nunc/ (2000:4),<sup>121</sup> foi resguardada a incorporação e a permanência da mulher no emprego em Cuba, nos anos 1990: "A proporção das mulheres na força de trabalho total do país se incrementou entre 1959 (13%) e 1970 (19%). Entre 1979 e 1989, o crescimento se manteve estável, mas os incrementos foram muito mais acentuados nos 11 anos anteriores: de 19%, em 1970, chegou a 38,7% em 1989. O número absoluto também subiu. De 1989 a 1996, esta tendência se deteve: os índices de participação feminina na força de trabalho oscilaram nos anos em que se começou a sair da crise. Seus valores foram um pouco inferiores aos de 1989: em 1995, 37,6% e em 1996, 37,2%".<sup>122</sup>

A composição do desemprego tem variado desde 1990, resultado da crise econômica que o país enfrenta. A taxa de desemprego em 1970 era baixa, 1,3% para ambos os sexos e em 1981 era maior para as mulheres (4,4% contra 2,9%). Em 1991, a maior porcentagem, do total dos setores, estava entre os desempregados (mais de 50%), tanto para homens como para as mulheres, que depois foram absorvidos mais no setor turístico e no Programa Alimentício, com uma importante proporção de mulheres (Documento/ FLACSO, 1992:46).

121 O estudo "Estrategias cubanas para el empleo femenino en los 90: un estudio de caso con profesionales", Departamento de Sociología, 2000 (Inédito), trata da incorporação de mulheres profissionais e técnicas nos anos 1990 como parte do emprego feminino em Cuba e das políticas sociais que proporcionaram esta incorporação e permanência antes de 1990.

122 Nuñez (2000: 4) Os dados apresentados pela autora foram extraídos de: Nuñez Sarmiento, Marta - "La mujer cubana y el empleo en la Revolución Cubana", Equipo Internacional de Investigaciones comparadas sobre la mujer, octubre 1998, Ed. De la Mujer, La Habana, "Estudios de las trabajadoras textiles: balance preliminar en la Empresa Ariguanabo", Heleith Safiotti, Marta Nuñez Rosa M. Cartaya, Margarita Flores, Rita Pereira e Raul Ramos, 1987 (mimeografado), Oficina Nacional de Estadística, Anuario Estadístico de Cuba, 1996, tabla V. 11: 116.

A participação da mulher abrange todas as formas de produção e é revelada nos seguintes depoimentos:

"Já faz anos que se está incorporando à cultura da cotidianidade cubana o fato de que as mulheres trabalhem, inclusive entre as gerações mais jovens" (Depoimento de especialista).

"Em 1974, as mulheres já formavam a quarta parte da força de trabalho do país e 25% já tinham presença importante" (Depoimento de especialista). Em 1997 passaram a 37,5%.<sup>123</sup>

"Uma das estratégias mais importantes foi a incorporação da mulher ao trabalho, à vida pública em sentido geral" (Depoimento de especialista).

Com a crise econômica dos anos 1990, houve uma re-orientação para novas formas de emprego feminino. "Até 1995, a quase totalidade da força de trabalho do país pertencia ao setor estatal. Com a reestruturação econômica iniciada em torno desse ano que, entre outras coisas, abriu e/ou ampliou outros setores não-estatais, muitas mulheres mudaram sua orientação ocupacional. Em 1997, as mulheres representavam 34% de todos os trabalhadores do setor misto e cooperativo, assim como 27% de todos os chamados 'conta-propistas'. Naquele ano, do total de mulheres ocupadas no país, entre 16 e 18% estavam em setores que não são do setor estatal civil" (Nunez, 1999: 56).<sup>124</sup>

Na etapa do Período Especial, a presença da mulher na força de trabalho total não diminuiu, situação diferente da que ocorreu com outras nações em meio da crise econômica. Em 1997 representavam 42,3% do total dos empregados no setor estatal civil (Nuñez, 1999: 56).

Há uma tendência à feminização da força técnica qualificada do país e as mulheres representam hoje 66,1% do total.<sup>125</sup>

"No setor privado de trabalhadores por conta própria, as mulheres não são maioria; de 129.695 dos que exercem atividades por conta própria, 39.803 são mulheres.<sup>126</sup> Permanece o fato de que as mulheres se coloquem como "ajuda familiar"

123 Dados de entrevista com uma mulher dirigente - dezembro de 1998.

124 Consultar também "El Período Especial y la vida cotidiana: desafío de las cubanas en los 90" - marzo de 1994, FMC, Arca de estudios de la mujer (Coletivo de autoras).

125 Jornal Granma, número especial, março de 2000: 2.

126 Dados de entrevista- 1998

e a licença é tirada em nome do homem. Deste total, 20.718 são donas de casa" (Depoimento de especialista).

"As mulheres rurais trabalhavam no campo ajudando o marido, não como uma trabalhadora e já no triunfo da Revolução, isto se institucionaliza e a mulher também participa de todos estes programas de desenvolvimento agropecuário" (Depoimento de especialista).

"Quando a mulher entra na esfera do trabalho, traz o problema da maternidade, o problema dos filhos, das tarefas domésticas e começa a ficar em segundo plano. Atualmente, com o aparecimento das empresas mistas e todas as corporações, também não estão privilegiando as mulheres no emprego, pois evitam contratá-las quando são recém-graduadas, por conta de uma provável gravidez futura, licenças, etc. e sempre aqui houve o cuidado de que a mulher tivesse pleno direito" (Depoimento de especialista).

Quanto ao setor de atividade econômica, houve um aumento de participação na agricultura e na indústria. Contudo, houve um significativo aumento no ramo dos serviços entre os anos 1970 e 1981 (Documento FLACSO, 1992: 41). As mulheres se incorporaram e se destacam como agricultoras, na indústria tabaqueira e na indústria açucareira — há quatro chefas de usina.

No Ministério do Açúcar representam quase 30% da força de trabalho, desempenhando funções como operadoras de colheitas, chefas de produção, especialistas de controle de qualidade, atividades tradicionalmente realizadas por homens (Granma Internacional Especial, março de 2000: 3).

Quanto à população empregada nos setores estatal civil e privado, tem crescido a participação da força de trabalho feminina; no setor público mais que os homens, entre os anos 1970 e 1981 (Documento FLACSO, 1992: 42). Em 1990 representavam 38,9% e hoje, 43,2%.<sup>127</sup>

No setor estatal civil já representam 43,6% do total; no setor estatal de empresas mistas, 34,5% e no turístico 36,6%, cifras consideradas preocupantes pelas delegadas ao VII Congresso da FMC<sup>128</sup> porque os dois últimos são setores emergentes e as mulheres não se sentem suficientemente representadas.

<sup>127</sup> Jornal Granma, 9 de março de 2000: 3. 128

Jornal Granma, 9 de março de 2000: 3.

## Saúde

Nas últimas décadas pós-revolução, o quadro geral em relação à mulher na área da saúde aponta para uma queda da taxa de fecundidade, uma redução drástica no índice de mortalidade materna, uma ampliação da esperança de vida e um decréscimo da mortalidade por câncer.

A marcada presença das mulheres como profissionais da área da saúde é confirmada pelos seguintes dados: 61,8% como médicas da família; 64,5% como pediatras; 70,7% como oftalmologistas; 51,2% como otorrinolaringologistas; 61,1% como psiquiatras; 55,4% como epidemiologistas; 72,1% como nutricionistas e 59,3% como higienistas.<sup>129</sup>

Além dos serviços gerais de saúde, os depoimentos destacam o atendimento à saúde reprodutiva.

"Foi importante o fato de socializar os serviços de saúde, a criação de hospitais e que a medicina chegasse às zonas de difícil acesso, pois a mulher camponesa apresentava mais problemas de saúde. Mas, claro, isso foi mais complexo e foi mais lento porque no triunfo da Revolução, quase a metade dos médicos se foi do país. Isso fez com que houvesse que centrar os esforços em formar médicos e isso levou algum tempo; digamos que o benefício da saúde deve ter chegado com mais atraso que o da educação, porque houve a necessidade de todo um suporte científico-técnico para poder desenvolvê-lo. Mas, sem dúvida foi também um dos aspectos a que mais se dedicou atenção desde o princípio, sobretudo à possibilidade de acesso aos serviços de saúde gratuitos, tanto para o homem como para a mulher" (Depoimento de especialista).

"Antes a mulher podia dar à luz em qualquer parte e isso já não se vê em Cuba; as mulheres têm o parto em instituições de saúde pública e isso foi algo que se foi ganhando, pouco a pouco, na medida em que houve mais recursos, digamos, campanhas educativas, onde se destacava o cuidado com a saúde reprodutiva" (Depoimento de especialista).

"Quanto à saúde, no ano 1965 começa a se institucionalizar o aborto em Cuba, apesar de que só depois, nos anos 1970, é que surge a lei, dando-lhe a garantia jurídica" (Depoimento de especialista).

<sup>129</sup> Anuário Estatístico do MINSAP, 1996: 126-127.

"Os programas de massa sobre a saúde reprodutiva garantem o atendimento materno-infantil, o atendimento à mulher grávida e também no pós-parto" (Depoimento de dirigente).

"Uma crítica é que não se tem conseguido uma incorporação maior do homem sobretudo no que se relaciona à consciência de gênero, por exemplo, na participação do homem na maternidade, no parto, nos cuidados das crianças. De lato, já se adotou uma resolução que estabelece que também o homem tem direito a pedir licença para cuidar das crianças, da mesma maneira que a mulher mas, apesar da existência dessa lei, quase ninguém a conhece e a mulher prefere usá-la e não o homem. Isso está garantido por um programa do Ministério da Saúde que se chama Paternidade Responsável" (Depoimento de especialista).

Quanto à educação sexual, há um Centro Nacional de Educação Sexual — CENEX — que nos últimos anos tem trabalhado pela diminuição do aborto voluntário das adolescentes pois, além dos espontâneos, cujos números são baixos, a proporção dos induzidos aumentou de 24,2% em 1970 para cerca de 44% em meados dos anos 1980, cifra que permanece até o ano 1990 (Documento/FLACSO, 1992: 80). Em 1997, apresentou uma porcentagem de 24,8 (Documento/MINSAP, 1998) e em 1998 foram praticados 22,8% de abortos para cada mil mulheres entre 12 e 49 anos, com maior incidência entre jovens de 20 a 24 anos (Granirria Internacional Especial, março de 2000: 3). Os métodos anticoncepcionais mais usados eram, até o ano 1987, o DIU — dispositivo intra-uterino - (40,2%) e as pílulas anticoncepcionais (15,2%) (Documento/FLACSO, 1992: 81). O DIU continua na década de 1990 sendo o método anticoncepcional mais utilizado.

### Principais leis promulgadas

Cuba conta com uma legislação que favorece a proteção à situação jurídica da mulher. As leis nos diferentes campos — trabalho, educação, saúde, cultura, das garantias constitucionais e dos direitos políticos, a lei de Maternidade da Trabalhadora de 1974, os Códigos da Família, da juventude e da Infância, o Código Penal, a lei de previdência Social — contêm disposições que protegem e integram a mulher ao contexto social (Documento/FLACSO, 1992: 83-93).

"A partir das leis, a mulher tem direito a ocupar os mesmos postos de trabalho que o homem, os cargos de direção e o trabalho em qualquer um dos ramos de atividade, inclusive tem acesso às carreiras que tradicionalmente são masculinas como a engenharia, a mecânica, e tem aumentado o número de mulheres nes-ses tipos de curso" (Depoimento de especialista).

O Código da Família é de caráter jurídico-etico e destaca a interação sem subordinação de papéis definidos, a equidade na cotidianidade familiar e ressalta a importância de um labor mais participativo do sexo masculino. Mas, como não se utiliza de norma-sanção, as mudanças precisam ser universalizadas, pois a lei e um ente subjetivo e transformar a consciência e um processo complexo. Os depoimentos seguintes revelam as atitudes frente a tal código, que varia desde a expressa dificuldade de incorporação na prática até o não-cumprimento, por desconhecimento das normas ou por decisão própria.

"No ano 1975 ocorreu a promulgação do Código da Família e eu penso que isso foi um importante avanço porque se discutiu em todos os centros de trabalho e em todos os bairros, casa por casa, todo mundo discutiu o Código da Família. Quer dizer que se generalizou popularmente a necessidade da igualdade da mulher, ainda que essa não seja uma prática que se incorporou, mas sim, influenciou a ideologia, a maneira de pensar" (Depoimento de especialista).

"Eu penso que um passo muito forte no enfoque de gênero foi a promulgação do Código da Família no ano 1975. Este código, como é natural, por si só, não transforma a vida familiar, mas pelo menos há uma norma social pela qual se esclarece a igualdade de direitos e deveres, igualdade de responsabilidades (...)" (Depoimento de dirigente).

"Em Cuba há um Código da Família muito avançado, mas ao se questionar os homens cubanos para saber quantos conhecem o Código, quantos estão de acordo e o cumprem, dirão que estão de acordo mas não cumprem nada" (Depoimento de especialista).

"Uma dificuldade é que se mantém a distribuição desigual das tarefas domésticas; essa esfera não mudou suficientemente, permanece com os resquícios do passado, nos quais a mulher é responsável pela família, pelos filhos, pelos anciãos e pelos cuidados das tarefas do lar" (Depoimento de especialista).



"Todavia, o homem cubano diz que ajuda a mulher, mas não compartilha as tarefas com a mulher com essa primeira atitude de machismo. A mulher cubana profissional, e quanto mais alto é seu nível de profissionalismo, é muito mais difícil. Não é um problema exclusivo de Cuba, mas também é de Cuba. Em outros países da América Latina não se fez uma revolução social; por isso temos o direito de ter mais exigências que com outros países latino-americanos e de lutar para que o machismo existente não limite as possibilidades das mulheres" (Depoimento de dirigente).

"Foi uma luta campal, os homens em Cuba não queriam ir para a fila da bodega, do mercado, porque as filas eram para mulheres e se fez uma política de transformação na consciência dos homens e conseguimos que os homens fossem à bodega" (Depoimento de especialista).

"Nos anos 1970 o machismo era total, a mulher trabalhando fora de casa e assumindo as tarefas do lar e o homem cubano não participava das tarefas domésticas e nem havia interiorizado que a contribuição e a responsabilidade deviam ser compartilhadas" (Depoimento de especialista).

O país avançou extraordinariamente na obtenção de mudanças objetivas a favor da mulher, mas o processo de transformação da consciência avançou mais lentamente. Primeiro se apresenta o problema da emancipação da mulher, a conquista da igualdade e depois, a preocupação pelas questões de gênero, como necessidade de transformar os conceitos que têm os homens e as mulheres. A questão de gênero é uma interrogante que aparece na sociedade cubana na década dos 1980 e em função da qual se começa a trabalhar. Para muitos, é uma dimensão social imperceptível ou simplesmente se entende como 'problema das mulheres'.

## Problemas conceituais para debate

Quanto ao aspecto de formação da consciência, os depoimentos a seguir revelam a dimensão de problemas que são centrais no debate da sociedade cubana no que se refere aos estudos da mulher, como o patriarcado, o gênero, a relação entre o público e o privado e o significado do pensamento machista como trava, por

uma parte, para um desenvolvimento mais pleno da mulher e por outra, para pensar na diversidade com igualdade:

"A política e a ideologia anti-machista não têm se desenvolvido da mesma forma que o conceito do que é o gênero, nós podíamos ter divulgado mais o gênero, o que é esse produto social. Se perguntas às pessoas na rua o que é ser machista respondem cm seguida, mas se pergunta o que é o gênero, em geral, não o entendem, as pessoas não entendem isso, não sabem o que é, e a esse conceito eu vejo muito peso para entender essa problemática — apenas sua assimilação não vai garantir a mudança, mas é um degrau importante" (Depoimento de especialista).

"A linguagem toma um olhar, toma uma atitude, é uma coisa diferente quando te chamam por teu gênero, por tua diferença, por tua diversidade. Quando o Ministro de Cultura atual era presidente da União de Escritores e Artistas de Cuba, a maioria de sua equipe de direção era de mulheres. Há uma contradição muito grande entre o que se está fazendo a favor da mulher cubana e a imagem que se dá dessa mulher, não há esse conceito de gênero, não se trabalha a auto-estima. A linguagem é discriminadora, pois foi liderada realmente pelo poder masculino" (Depoimento de dirigente).

Apesar dos vários depoimentos reveladores da não-discriminação da mulher, em alguns aspectos da vida da sociedade cubana aparece a discriminação através da linguagem dos meios de comunicação, conforme dizem algumas entrevistadas:

"Nos órgãos de difusão de massa como o jornal Granma há mais trabalhadores homens que mulheres. Também continua havendo discriminação nas canções populares, exceto na Nova Trova, um movimento que enaltece a mulher cubana, mas a maioria dos 'salseros' faz uma crítica e uma burla e fustiga com suas canções a independência da mulher" (Depoimento de especialista).

"Na publicidade, há uma tendência de usar as mulheres como objeto sexual, especialmente na publicidade turística e na comercial: a mulher como objeto de prazer ou como uma velha, que pode ser uma reação diante do fato de que há mulheres que têm subido na esfera pública. Em alguns programas humorísticos, também há muitas piadas negativas em relação à mulher como objeto sexual" (Depoimento de especialista).

Há um paradoxo entre a imagem que se tem da mulher, por um lado, como sujeito ativo, criador e partícipe na construção do socialismo e, por outro, discriminada em algumas propagandas nos meios de comunicação de massa.

"Não somos iguais, temos nossas diferenças, porque para fazer uma análise da igualdade se chega, precisamente, através das diferenças; só aí é que chegamos a uma igualdade, porque eu realmente não quero ser exatamente igual a um homem, quero que o homem me trate a partir das minhas diferenças, da minha ternura, da minha doçura, da minha fortaleza, da minha dignidade, do meu direito de estar trabalhando e me desenvolvendo como pesquisadora, como profissional" (Depoimento de especialista). Através deste depoimento se vê a dimensão da relação de gênero em Cuba, marcada pela afirmação da diferença na igualdade. Este é um conceito que tem mudado desde os primeiros momentos da Revolução, quando se dava mais ênfase aos elementos de igualdade e isso diminuía um pouco a mulher no grande sujeito coletivo da Revolução. Essa tensão se revela no âmbito das políticas sociais: primou-se pela igualdade e ademais houve uma seleção nos destinatários, beneficiando duplamente a mulher no aspecto objetivo e contudo ela se viu ignorada no discurso da igualdade de gênero no mundo subjetivo.

Quanto à questão 'mundo privado', 'mundo público', os dados anteriores referentes ao acesso das mulheres a cargos de direção, à dificuldade de os homens compartilharem as tarefas domésticas, são confirmados pelos depoimentos, revelando que este é um problema que não se resolve apenas com o traçado de políticas; a solução está mais relacionada a uma mudança de consciência.

"No Primeiro Mundo, as relações entre o homem e a mulher na vida privada não mudaram tanto quanto a participação da mulher na vida pública. Num lar de classe média do Primeiro Mundo, verá a mulher cuidando da casa, passando roupa, dando comida aos filhos; o homem continua lendo o jornal ou no computador exercendo seus trabalhos na casa, mas a mulher é que está 'apertando todos os botões' das máquinas (Depoimento de especialista).

"É importante perceber o movimento progressivo e ascendente da mulher cubana pelas suas reivindicações particulares e pela primeira grande reivindicação que foi a participação, que foi conseguir romper a barreira entre o público e o privado e não aceitar, nem tampouco assumir socialmente, que seu lugar é o lar e o dos homens é a rua. Isso, claro, também tem que ser assumido pelos homens. O

âmbito privado, o da família, o da criação dos filhos, o do atendimento aos anciãos e ao marido, o papel de dona de casa, de mãe, de trabalhadora doméstica no seio do lar era da mulher e o homem estava relacionado com o âmbito público, desde o trabalho mais simples, assalariado ou não. Pois, essa realidade foi construída a partir de uma cultura que aceitava a desigualdade e a discriminação — a cultura da desigualdade social — e agora com o adjetivo genérico: a desigualdade entre os gêneros" (Depoimento de especialista).

"A mulher quando adoece não vai procurar os serviços de saúde porque está cuidando os afazeres da casa, da vacina, dos medicamentos dos velhos, dos filhos; ela está atendendo aos doentes, mas não se cuida. Mas há outro aspecto interessante — a mulher e a que mais remédios usa — possivelmente é a que sofre uma séria enfermidade mas não vai ao médico; contudo é a que mais se queixa ao médico, sobretudo na medida em que vai envelhecendo; é quando a mulher busca o apoio do médico, pelo fato de pensar que alguém a atenda porque sempre tem pensado em atender aos outros" (Depoimento de especialista).

"Nós temos o poder privado. Se nos lares cubanos a mulher não tivesse liderado as estruturas privadas, não sei o que teria acontecido com a família cubana que já, de fato, tinha uma deterioração por toda a situação econômica que também estremece a social. É preciso dar importância ao privado" (Depoimento de especialista).

"Nós as mesmas mulheres temos conflitos entre o exercício da profissão e nossos problemas próprios de mulher; e temos relegado esses problemas para segundo plano; sem essa consciência de gênero porque o feminismo também tem sido muito vilipendiado e isso de alguma maneira é um obstáculo para a defesa dos objetivos profissionais. A realidade mudou, mas se trabalhou muito pouco sobre a real igualdade" (Depoimento de dirigente).

"A mulher dedica mais tempo livre para seu trabalho, para se incorporar à vida social, mas a distribuição continua sendo tradicional. Em alguns congressos da FMC isto tem sido um ponto de debate; as relações no interior do lar e a participação do homem nas tarefas domésticas, apesar de ser um problema que continua sendo debatido porque ainda é uma realidade social em Cuba, vai se superando à medida que se toma consciência de gênero, e que se vai identificando cada um desses problemas" (Depoimento de dirigente).

"A Revolução deu à mulher a possibilidade do lugar privilegiado que hoje ocupa. Em todas as esferas sociais, nós participamos com igualdade e essa possibilidade, na grande maioria das vezes, ela soube assumir" (Depoimento de dirigente).

"Persistem estigmas, resultado de padrões culturais e sociais que tornam mais evidentes os estereótipos da mulher no espaço privado e se acentuam nas zonas de menor desenvolvimento" (Depoimento de especialista).

As entrevistadas continuam falando de temas relacionados ao patriarcado e à trama social que interiorizam os papéis e os valores sociais:

"Os mais jovens podem ter outra forma de atuar com relação às próprias tarefas domésticas, que devem ser compartilhadas entre homens e mulheres, mas há uma avozinha e uma mamãe que têm outros padrões e que não concordam com que o filho homem esteja lavando vasilha ou cozinhando. A psiquê masculina tem mudado nestes anos de Revolução sobretudo nos homens da cidade, mas como muitas vezes, o casal jovem vive junto com a família<sup>130</sup> há conflitos que na maioria das vezes favorece o homem" (Depoimento de especialista).

"Há fatores que vão mudando a atitude do homem, como a incorporação da mulher ao trabalho que implica sua independência econômica, o papel social que a mulher tem conseguido e as campanhas nos centros de trabalho, na rádio e na televisão, possibilitando um certo avanço na mudança de consciência e de entendimento. Também as mães e os pais jovens que nasceram com a Revolução e que têm quarenta ou trinta anos viram que suas mães e eles próprios tinham se incorporado a determinadas tarefas, seja cumprindo missão ou estudando no exterior ou internos nas escolas do campo" (Depoimento de dirigente).

"A mulher continua no papel tradicional de ser a dona de que as coisas andem bem no lar, não pode estar com sua roupa sem lavar porque é preciso conseguir o sabão ou porque não teve tempo e o homem reclama que não tem camisa para vestir; ele na sua vida cotidiana não se preocupa pela quantidade de roupa e, às vezes, uma mulher intelectual que faz um trabalho valiosíssimo, está com o pensamento na pesquisa e no cesto de roupa suja, porque aprendeu pelos ensinamentos transmitidos através de gerações ou que esta é tarefa feminina ou por outra forma, ainda que os dois (homem e mulher) lavem a roupa" (Depoimento de especialista).

130 Problemas ocasionados pelo déficit de moradias existente em Cuba.

"Pouco a pouco têm mudado os estereótipos, os paradigmas de que a mulher deve fazer uma coisa e o homem outra, para ser boa mulher ou bom homem. A população cubana vai envelhecendo, diminui a natalidade e há uma questão natural; os papéis se flexibilizam quando as pessoas vão amadurecendo. Há uma questão interessante de gênero - a mulher, muitas vezes, não quer perder o poder da casa, seu único reino, porque perderia todos os demais poderes que pudesse ter e aí lhe convém que o homem não saiba fazer nada, porque ela se conserva como a rainha, a dona de algo, que é a casa. Há muitos problemas em certas idades porque se a mulher pensa que toda sua vida esteve no seu trabalho fora da casa, quando volta para casa, pensa que não tem mais nada que fazer ou que o que fazia não tinha valor, ou por outra parte, que todo seu valor e sua realização estavam na criação dos seus filhos, e quando os filhos se vão, ela sente muito o vazio, quer seguir mandando neles como se fossem pequeninos; quer guiá-los porque são subordinados. Também quando se aposentam há outra perda devido à mudança econômica severa, e em nossa sociedade, onde o salário não é suficiente, a aposentadoria é muito menos suficiente" (Depoimento de especialista).

"Quantas vezes não te dizem: a casa é o reflexo da mulher. Não, é o reflexo de todos os que vivem nessa casa, até a criança que colabora guardando seus brinquedos. As carências vão impondo limites e a mulher sente-se responsável pelo que o que tem seja suficiente. Quantas vezes todos os homens dizem com muito orgulho que não sabem cozinhar e quando uma mulher não sabe cozinhar sente-se como se não soubesse ser mulher, ainda que seja muito intelectual, porque aqui não se dá o caso de que a intelectual tenha alguém que faça as tarefas de casa. Se ela tem quem o faça é apenas por um tempo, até que a mãe ou a tia, a avozinha ou a sogra, que lhe fazia os trabalhos de casa, já não têm capacidade para fazê-lo, por idade ou por outras situações. A mulher que diz que não sabe fazer uma bainha, o diz quase em segredo" (Depoimento de especialista).

A família cubana de hoje também é diferente da do passado, não só na composição; a família nuclear se reduziu de tamanho, mas há predomínio da família extensa. Há um aspecto contraditório em relação às suas funções e à sua estruturação interna: o reconhecimento de uma estratégia democrática de poder, e na prática a existência de níveis diferenciados de execução de responsabilidades, não obstante as mudanças que se operaram em vários aspectos, conforme expressam os depoimentos:

"... depois a cultura machista, nas relações no interior da família, na vida cotidiana, é outro elemento que sem dúvida tem estado presente, que é mais difícil de mudar, porque não se muda com uma lei; essas mudanças são lentas" (Depoimento de dirigente).

"... O fato de não ter alcançado um desenvolvimento nos serviços que têm que ver com as limitações econômicas que sempre existiram em Cuba (...) é um elemento que tem freado todo o desenvolvimento que pode ter a mulher. Depois, a cultura machista é outro elemento que sem dúvida tem estado presente, mais difícil de mudar, porque não se muda com uma lei, só muito lentamente; mas eu creio que houve mudanças no machismo cubano e portanto nas relações no interior da família, na vida cotidiana. Isso é um sistema, a família é um sistema e se um dos elementos do sistema se desenvolve, é preciso buscar esse equilíbrio; se antes o homem estava aí e a mulher aqui e havia uma relação, à medida que a mulher foi subindo, esta também teve que mudar para poder manter esse equilíbrio. Eu sempre digo, existe o Código da Família que é de 1975, que estabelece que todo mundo, ou seja, que o casal deve estar colaborando com as tarefas do lar e ainda que isto não se cumpra, está estabelecido pela lei" (Depoimento de especialista).

"Sem dúvida a mudança que se produziu na mulher tem atingido também o homem; a relação entre homens e mulheres e a maneira como se relacionam na vida cotidiana na família cubana hoje não tem nada que ver com a família dos anos 1950" (Depoimento de especialista).

"Há outras dimensões do assunto das relações entre os gêneros que se modificaram. Claro, todos os estratos sociais não se comportam da mesma maneira. O meio rural continua sendo mais tradicional, por exemplo, há mulheres camponesas em determinadas idades que falam de um modo mais tradicional, como suas avós, e homens que não querem que sua mulher trabalhe na agricultura e as mulheres aceitam, mas mesmo se comparadas com outras camponesas de vinte anos atrás, houve mudanças" (Depoimento de especialista).

"Também há famílias que não permitem que suas filhas estudem internas, porque no internato estão sós e há rapazes" (Depoimento de especialista).

"A mulher cubana, em alta porcentagem, continua sendo o centro do trabalho doméstico, sem abandonar sua função produtiva e reprodutiva, o que traz desigual-

dade familiar na distribuição de recursos como o descanso, o trabalho, a organização do lar e o cuidado dos filhos" (Depoimento de especialista).

Assim, opiniões deste tipo manifestam os remanescentes do patriarcado em Cuba e oferecem argumentos que estão relacionados também com o machismo:

"Os homens cubanos são machistas não-assumidos e continuam sendo machistas, mas sentem vergonha de dizê-lo porque eles sabem o que isso significa. Mas a prática está ainda impregnada dessa ideologia" (Depoimento de especialista).

No entanto, há uma tomada de posição tanto descendente como ascendente para romper com os esquemas patriarcais e machistas:

"Na república havia bastantes relações mistas, mas de toda maneira não é igual à convivência, como no internato, onde os jovens de ambos os sexos estão juntos" (Depoimento de dirigente).

"O mais importante da Revolução Cubana é ter conseguido implantar sua estrutura, essa plataforma de acesso equitativo social e sua maior desvantagem é esta, a de seu confinamento doméstico, apesar de ter este saldo tão importante" (Depoimento de dirigente).

O papel da cultura para ajudar na transformação da consciência patriarcal também se revela:

"A cultura é uma superestrutura que se move de outra maneira, são homens e mulheres de vanguarda, são homens e mulheres que, por natureza, gostam de romper esquemas, romper tradições, ser irreverentes em alguns casos, lutar contra o estabelecido e isso, certamente, de alguma maneira, dá outra situação à cultura, mas esta tem que ajudar a propiciar outro pensamento que não se está desenvolvendo, não está exercendo esse papel; só em casos muito isolados" (Depoimento de dirigente).

A questão do debate entre o público e o privado, também se expressa através dos modelos de maternidade:

"A mulher atual, não só em Cuba, debate-se entre dois modelos de maternidade, um deles muito próximo ao modelo de maternidade ideal, do imaginário social, em que a mãe boa é a que tem muita paciência para contar histórias, a que faz arroz com leite, a que põe as meias, a que sempre tem bom humor e a que sempre está



disposta, como as galinhas para unir os pintinhos, E o outro, o modelo da mulher entregue ao social, para a qual o trabalho é mais importante porque é dirigido para todos; para a qual seria quase um egoísmo dedicar-se somente ao trabalho com os filhos e não se voltar para o social. Ou seja, para ser uma boa mulher do seu tempo, tem que estar entregue ao trabalho, uma mãe maravilhosa, muito correia, vestida discretamente, não pode ser muito faceira, uma série de coisas que é de outro modelo, que não tem nada que ver com a realidade: é um modelo imaginário. Eu penso que a mulher desta época se dispõe a encontrar sua própria identidade, a descobrir seu papel de mãe. Ela não vai para o mercado de trabalho só para realizar-se, sai para realizar um grupo que é minoria, de mulheres intelectualizadas, qualificadas, que tiveram um desenvolvimento específico na profissão, uma elite no interior da massa de trabalho. Mas a grande maioria que trabalha no que aparece, no que lhes proporciona sustento, hoje o faz mais porque uma família não se sustenta com um só salário. Oxalá todas as mulheres do mundo tentem realizar-se no seu trabalho, mas creio que a porcentagem é baixa. Eu diria que não chega a 20% o total de mulheres que se sentem realizadas em seu trabalho. Inclusive, há muitas profissionais que não encontraram sua realização" (Depoimento de especialista).

"Há que impor à mulher o fato de conseguir um padrão de maternidade logicamente construído para cada mulher-mãe com sua experiência, mas onde essa equidade possa ser compartilhada entre mães e pais" (Depoimento de especialista).

Outro elemento que reafirma a existência de remanescentes (e ainda presentes) do patriarcado em Cuba, é a educação sexista:

"Desde os jogos infantis há uma diferença para meninos e meninas: os jogos femininos são jogos de entrega, os varonís são de reciprocidade. As meninas também precisam jogar beisebol, precisam atirar algo, conduzir um carrinho, porque são jogos de dar e receber. Geralmente, as meninas brincam com bonecas que não lhe respondem e de servir um cafezinho e receber o agradecimento: brincam de dar-se. Os brinquedos dos meninos têm um sentido mais coletivo e sobretudo, quando vão crescendo, é normal dizer que a menina tem que estar em casa e o menino na rua. Mandam o menino jogar no pátio do edifício e a menina tem que estar dentro de casa. O menino precisa brincar em casa e a menina precisa brincar na rua, ou seja, ambos precisam de ambas as coisas, porque muitas vezes, ao menino que gostaria de brincar em casa com um amiguinho ou brincar só, lhe dizem que deve ir jogar beisebol. Não deixam que a menina participe de grupos, que é um ensaio en-

tre iguais, uma etapa em que se reafirma o papel de gênero entre iguais — por isso, as meninas brincam com as meninas e os meninos com os meninos, em geral, mas ambos precisam das duas experiências. O fato de as meninas jogarem beisebol, que é um esporte nacional, pinta uma imagem má e negativa da menina" (Depoimento de especialista).

Desde que começou o Período Especial, a partir da queda do campo socialista e com uma conjuntura econômica internacional desfavorável, o governo cubano enfrenta problemas de ordem econômica que têm atingido as mulheres em sua vida cotidiana. De suas dificuldades e de algumas alternativas para enfrentá-las, falam as entrevistadas:

"Na primeira etapa do Período Especial, quando a situação foi muito crítica, pensou-se que tinha havido um retrocesso, o que reduziu um pouco o indicador de presença da mulher no poder popular, mas agora voltou a resgatar; contudo, não há uma situação de maior equidade, mas ao menos se recuperou o que se tinha conquistado em indicadores de representatividade antes do início do Período Especial. A mulher, por problemas domésticos, teve que renunciar a alguma coisa e se viu atingida em sua participação mais plena na vida pública" (Depoimento de especialista).

"No Período Especial se analisaram muitos aspectos da família e do trabalho doméstico como uma coisa importantíssima, que não se pode depreciar, e tem crescido muito a participação do homem. Porque nas nações subdesenvolvidas não é fácil ter um forno micro-ondas, equipamentos modernos para facilitar a tarefa doméstica, o computador para o planejamento. As mulheres cubanas são as heroínas do Período Especial. Mas os homens fazem os consertos domésticos, que têm um grande valor nestes tempos, as compras, vão aos mercados agropecuários, às creches buscar as crianças, etc. Descobriu-se o valor econômico do trabalho doméstico e o valor social ideológico do trabalho educativo das mulheres" (Depoimento de especialista).

"Quando se estremeceu a economia do país, a mulher teve que ter mais poder privado, ter nas mãos as poucas coisas que havia para a alimentação, para a higiene e era preciso ir a pé a toda parte; isto a limitou quando ao acesso ao mundo fora do lar e ela começou a não optar por cargos de direção; houve um freio a um avanço que vinha acontecendo e que teve um custo. O bloqueio dos Estados Unidos con-

tra Cuba e uma das maiores violações aos direitos da mulher:<sup>131</sup> cozinhar sem gás, lavar sem sabão, banhar-se sem sabonete, fazer tudo sem energia, um golpe mortal para as mulheres, que são umas heroínas" (Depoimento de dirigente).

## Conduta social

Os depoimentos seguintes informam sobre a diferença da conduta social de hoje em relação à de antes da Revolução:

"Há também uma serie de aspectos da conduta pessoal, sobretudo sexual, que mudou radicalmente porque antes da Revolução havia os preconceitos da virgindade, a falsa moral; isso permanece ainda num certo grau, mas se modificou substancialmente. Agora os conceitos são muito mais liberais, aceita-se que uma mocinha tenha relações fora do matrimônio. Ainda há famílias que se opõem e não poucas, mas isso está num processo de mudança para relações mais válidas, mais genuínas, menos hipócritas" (Depoimento de especialista).

"Esse atrativo que têm os homens cubanos para as mulheres de outros países tem que ver com o desenvolvimento alcançado pela mulher cubana e com a mudança que se refletiu no homem cubano como consequência nessa relação de casal. Em Cuba há machismo, mas os homens cubanos não são machistas como os mexicanos, nem como os nicaraguenses, nem como outros centro-americanos; eles estão acostumados já a que a mulher ocupe um determinado lugar na sociedade e na própria relação sexual, no fato de que em Cuba não se dá importância ao mito da virgindade (ser virgem hoje é quase um objeto de burla, é uma coisa rara). Aqui, diferentemente de outros países, se a mulher vê um tipo de que goste e o tipo a olhe e ela o olha e sorriem e se põem ao lado, por isso não é considerada uma prostituta, como em outros países — isso é um processo de mudança na mulher e no homem" (Depoimento de especialista).

131 O bloqueio dos EUA contra Cuba significa a proibição do intercâmbio comercial em todas as áreas, incluindo medicamentos e alimentos, tão pouco as Idias de companhias norte-americanas em terceiros países não podem conceder créditos às entidades cubanas e recebem sanções a produtos elaborados com matérias primas produzidas em Cuba, como o açúcar e o níquel. As dificuldades e carências impostas pelo bloqueio atingiram a família cubana e, em particular, a mulher no transcorrer da sua vida de trabalho e doméstica. Consultar para detalhes sobre os efeitos do bloqueio no cotidiano feminino: "Realidades y desafios", FMC, 1995, La Habana, Editado por ESTI.

Nos finais dos anos 1980, emergiu outra vez o fenômeno da prostituição e, segundo as entrevistadas, tem características diferentes das que a FMC teve que combater nos alvares da Revolução. Vários fatores objetivos e subjetivos são apresentados para explicar este fenômeno, conforme os depoimentos seguintes:

"Considere-se que muitas moças vinham, antes da Revolução, enganadas, não vou dizer que todas, mas muitas vinham para Havana porque iam ter um emprego, não vinham para se prostituir. Depois que estavam em Havana, sem recursos para regressar, crendo que o homem enamorado ia ser seu companheiro, eram colocadas na prostituição por esse mesmo homem; então isso acontecia para um segmento. Poderia se falar de causas eminentemente econômicas, ainda que não sejam as únicas, mas essas causas tinham muita força na medida em que o fator econômico repercute também no educacional, no social; enfim, e justamente por isso, as medidas tomadas numa primeira etapa tiveram o objetivo de buscar a possibilidade de alternativas econômicas e de sobrevivência para esse setor da população que era constituído por prostitutas e por aquelas que estavam potencialmente em risco de sê-lo. Às pessoas com menos recursos havia que oferecer-lhes meios para enfrentar a realidade, para poder buscar alternativas econômicas (...). Nós não podemos situar agora num setor sócio-classista da sociedade cubana as moças prostitutas; pode acontecer em qualquer setor, até no profissional. Podem vir de qualquer meio: filhas de intelectuais, filhas de operários, mulheres graduadas, profissionais ou estudantes de cursos universitários. São mulheres que não têm alternativas econômicas? Não, não, isso não é assim. Não se pode dizer, não se pode identificar com um setor" (Depoimento de especialista).

"Aí se misturam os setores populacionais, digamos, como se educou a pessoa; sobre quais coisas são importantes na vida, conseguiu-se criar interesses culturais, interesses espirituais, se as pessoas priorizam tudo isso como importante; se as pessoas desenvolveram interesses materiais, de consumo; tudo isso é muito importante na vida e as pessoas diante de uma situação de crise buscam alternativas, pois isso passa pelos interesses pessoais. Sempre quando me perguntam sobre que força tem a crise econômica para o aparecimento da prostituição e digo que sem dúvida tem força porque na medida em que a crise se foi aprofundando Cuba, num simples olhar, via esse fenômeno aumentado.

Embora a crise seja igual para um setor importante de jovens cubanos, não é igual para todos, (...) um grupo bem grande de mulheres cubanas a aceita de maneira diversa. Assim, é diferente como

todas essas mulheres enfrentaram a crise. Porque há quem tenha optado pelo trabalho por conta própria; há outras alternativas econômicas, há quem tenha decidido não continuar no seu emprego qualificado para se dedicar ao trabalho por conta própria porque tem maior remuneração e é um sacrifício pessoal que as pessoas fazem porque estão deixando de exercer sua profissão (...). Há quem tenha escolhido a via da prostituição, isto é, que diante da mesma situação econômica material, as alternativas de respostas das pessoas diferem. E sobre isso eu sempre digo que acontece porque existem mediadores sociais entre as pessoas e a crise econômica" (Depoimento de especialista).

"A Federação está propondo atualmente o estudo deste novo fenômeno, a colaboração com as instituições que podem combatê-lo como parte de sua estratégia, de modo a aplicar uma estratégia dos anos 1980 e como esse fenômeno aparece de novo. A FMC teve que reincorporar a mesma estratégia como combatente, mas tem que ser de uma maneira diferente porque não tem as dimensões que tinha nos anos 1960 e vai aprofundando seu estudo, porque para combatê-lo é preciso estudá-lo" (Depoimento de especialista).

"Atualmente há um programa educativo e de saúde, pelo Centro de Estudos da Juventude,<sup>132</sup> com as moças que se dedicam à prostituição, com grupos de reflexão onde se discute por uma sexualidade sã, responsável e prazenteira, sobre os valores, a auto-estima. Também foi alterado o Código Penal e o proxeneta agora é uma figura delinquente" (Depoimento de especialista).

"Em 1959 traçaram-se as primeiras leis e medidas contra a prostituição; fala-se que se elimina a prostituição como fenômeno social, mas sempre continuou havendo prostituição" (Depoimento de especialista).

"Se você ler a revista Bohemia dos anos 1956, 1957, verá que as mulheres que recorriam à prostituição, escreviam a essa revista em busca de ajuda econômica para os filhos, para crianças inválidas, para operários, ou seja, coisas deprimentes de outro tempo que felizmente para nós já desapareceu" (Depoimento de dirigente).

<sup>132</sup> O aparecimento da problemática da prostituição nos últimos anos levou à implementação de programas educacionais e de orientação para esse grupo de mulheres. O Centro de Estudos da Juventude trabalha com essas mulheres em Centros, lugares onde são discutidas questões de sexualidade, de saúde, através de oficinas de intervenção, debates sobre valores, auto-estima etc.

"A situação econômica do país tem levado um grande número de moças e rapazes se dedicarem à prostituição e esta com determinadas características" (Depoimento de especialista).

"Outra coisa importante: não é qualquer estrangeiro, (...) é o europeu (...) cias dizem que pode ser maravilhoso, mas satisfação como mulher, o prazer, não o encontra: então muitas tem uma relação paralela com um cubano e dizem: na cama é o cubano, o estrangeiro e para o econômico; e ele que vai me levar à discoteca, inclusive me convida para ir à Itália ou à França; então aí entram em jogo muitos valores porque esse cubano que está com ela e jovem também. Onde estão os valores desse corpo que está compartilhando sua companheira ou, até que ponto, é sua companheira?" (Depoimento de especialista).

"Em muitos casos é a família, é o namorado que empurra a moça para se prostituir; todas essas coisas acontecem e é muito difícil; e há o problema econômico muito forte porque: 'não tenho dinheiro, o que ganho não me chega', porque todos os preços no mercado são muito altos, a vida está muito difícil; então se vão por aí... Também há pessoas que pensam que a prostituição é uma via fácil para adquirir dinheiro; é preciso ver até que ponto é mesmo uma via fácil ... Imagine a psique destas moças que dizem que é fácil deitar-se com uma pessoa que não lhe agrada; estando à disposição de qualquer tipo de prática sexual (...) que estão estragando sua integridade, o consumo de drogas que é outra coisa a mais a interferir em sua formação" (Depoimento de especialista).

"Não creio que possa ser a família a causa única, é um elemento, mas não é a única causa, porque inclusive há famílias em que as filhas atuam às escondidas e na família não se sabe ou há famílias que tratam de aconselhar para que não se metam nisso por todas as coisas negativas. Contudo a uma moça maior de idade não se pode contrariá-la (...) mas a prostituição é um fenômeno de múltiplas causas; não se pode dizer que a família seja a única responsável pela prostituição" (Depoimento de especialista).

"Muitas estão arrependidas e então perguntamos a cias que trabalho lhe interessaria; e aí aparece a profissão de aeromoça, modelo, bailarina; são sempre essas três" (Depoimento de especialista).

"Houve uma certa inércia, inclusive por parte da população, quanto à prostituição; não tem havido combatividade para não continuar, houve um pouco de tolerância" (Depoimento de especialista).

Outro aspecto que caracteriza a conduta social da mulher cubana é o conceito de um ideal vitoriano de felicidade conjugal, expresso no seguinte depoimento:

"O fato de a mulher ser tão independente em sua sexualidade, entre outras coisas, a faz também no cotidiano. A mulher cubana em seu conjunto tem um ideário de felicidade amorosa que é um mito: ter um homem que a represente, ter uma família... E para o homem e também para a sociedade cubana, o ideal é vitoriano, entre a juventude também: querem casar-se, ter uma família, viver independente" (Depoimento de especialista).

As jovens incluem em seu projeto de vida o matrimônio e a maternidade.

Quanto à situação conjugal da população feminina de 15 a 49 anos, segundo dados de 1981 a 1987, as mulheres apresentavam maior porcentagem na zona urbana e são maiores as porcentagens das mulheres unidas na zona rural. Há um decréscimo na proporção de mulheres solteiras e um aumento de mulheres separadas/ divorciadas. (Documento/FLACSO, 1992: 29). Em 1988 há uma taxa bruta de casamentos de 5,8% para cada mil habitantes e de 3,6% de divórcios (Granma Internacional Especial, março de 2000: 6). Assim, as transformações na família parecem seguir as mesmas tendências do resto do mundo, pois um número importante dos lares cubanos é dirigido por uma mulher, representando 28,1%, em 1981, segundo o censo disponível (Documento/FLACSO, 1992: 33). Em 2000, mais de 35% das famílias são dirigidas por mulheres (Granma Internacional Especial, março de 2000: 3).

"Quando as mulheres se tornam a casar ou a juntar-se levando para essas uniões os filhos de matrimônios anteriores, quem mantém esses filhos são as mulheres" (Depoimento de especialista).

Um balanço sobre a mulher cubana mostra que não a vêem, e nem ela mesma se vê, de uma maneira tradicional, isto é, há um reconhecimento de uma nova identidade feminina. Sobre a identidade da mulher — a relação entre objetivo e subjetivo e igualdade e diferença, são ilustrativos os seguintes depoimentos:

"No caso cubano, atualmente, o fato de que a mulher exige independência não tem significado uma atitude de violência para com a mulher a respeito da sexualidade; talvez pela história e pela ideologia cubana, a identidade cultural cubana seja uma simbiose de várias culturas. Os norte-americanos e os russos também são compostos de muitas culturas, mas não se integram, não fazem uma simbiose. No caso cubano, as diferentes culturas se entrelaçam muito. Aqui não se vive em gueto, aqui não se vive em apartheid, aqui não se vive em grupos que não se misturam, aqui há uma grande tendência a mesclar-se e isso é importante quando se faz uma análise das mulheres cubanas, trabalhadoras, independentes. A figura da mulher trabalhadora aparece muito na televisão, nos noticiários, reportagens, nas novelas, no cinema, nas canções" (Depoimento de especialista).

Historicamente, a mulher em Cuba não tem sido estigmatizada por ter um espaço na vida pública e a Revolução potencializou isto como uma das características identificadoras básicas do modelo de mulher que se pretendido.

"Uma das conquistas da mulher que está no nível da consciência social é o fato de reconhecer que a mulher é importante na vida pública tanto quanto o homem e isso é reconhecido pelo Estado; reconhecem que é importante para a mulher e que é importante para a família, apesar de toda a situação que se criou no Período Especial; aqui nem sequer se colocou o problema do regresso da mulher ao lar; ocorreu, mas não foi uma tendência" (Depoimento de especialista).

"A mulher é uma produtora e uma reprodutora da sociedade. A mulher é produtora de bens materiais na vida pública e também na vida privada, porque é preciso reconhecer o trabalho doméstico como produtivo — a elaboração de alimentos, a produção de roupas, de determinados produtos no lar, e outros não-materiais, de bem-estar e de satisfação pessoal dela como mulher e de sua família. E é reprodutora porque evidentemente, também, trata-se da reprodução como uma questão de dois" (Depoimento de especialista).

"Há mulheres que querem ser donas de casa e é preciso respeitá-las, mas se trata de tentar convencê-las de que essas paredes se convertem, muitas vezes, em muralhas que as isolam do resto. Também houve quem interpretasse na época que queríamos ser iguais aos homens. Lembro-me de uma artista que compôs uma canção que todas nós a aplaudimos muito e que dizia assim: 'Se chegas às duas da manhã, eu chego às quatro da manhã' — isto é uma reprodução dos padrões sexistas.



Temos criado filhos sexistas e lhes dizemos que não chorem, porque isso não é para homem e os privamos da ternura e não os fazemos responsáveis como as mulheres. Definitivamente nós, as mulheres, recebemos a herança da educação sexista. Mas, nos 65% das mulheres técnicas existentes no país, há um bom elemento de composição de progresso do qual as mulheres tomaram consciência. Há também outro elemento: aqui em Cuba se entra na universidade por currículo acadêmico e então, as moças são mais sérias nos estudos e obtêm muito mais pontos, mas eram preteridas em suas opções. Havia vagas para os homens e éramos encaminhadas aos setores ou áreas tradicionalmente femininos; por exemplo, na área da saúde, medicina, tivemos que nos opor com firmeza, 'não queremos só os chamados setores femininos'. Agora também a universidade estabeleceu a prova de ingresso e temos maioria." (Depoimento de especialista).

O enunciado permite caracterizar a mulher cubana como parte das mudanças que se produziram na sociedade, desde a transformação radical de 1959 até as mudanças produzidas dentro do próprio processo revolucionário nas suas diversas etapas.

Pode-se afirmar que a mulher apresenta um perfil que lhe confere um lugar relevante quanto à sua participação em todas as esferas da vida sócio-econômica e política de Cuba (família, saúde, educação, trabalho, partido), e apesar dos problemas já apontados: a questão das dificuldades de conciliação entre a vida pública e a privada; a permanência do patriarcado e de suas manifestações, o machismo, que afeta, entre outros aspectos, a ascensão a cargos de direção e, principalmente, a cidadania no mundo privado. Eles se revelam nas tensões que no interior da identidade feminina se apresentam, entre avanços e retrocessos. Não obstante, é indiscutível a mudança que se produziu na construção desta identidade, isto é, o trânsito de uma posição invisível e passiva para outra de visibilidade, como partícipe do fazer social.

A intenção desta epígrafe foi deixar que as entrevistadas falassem delas mesmas, como mulheres cubanas, de suas vivências, das conquistas alcançadas, dos problemas objetivos e subjetivos, da realidade em que vivem, para avaliar melhor suas percepções e compreensões da realidade vivida, como atores políticos do processo de formulação e de implementação das políticas sociais a elas dirigidas.

## 2. 2 As políticas sociais dirigidas à mulher em Cuba

A caracterização da mulher cubana no contexto pós-revolução e a análise do sistema de bem-estar cubano, através de quatro décadas revelaram os principais momentos no processo de formulação e de implementação das políticas sociais de educação, saúde e emprego e os impactos sobre a qualidade de vida de homens e mulheres.

Este pano de fundo permite identificar os contrapontos nas questões consideradas fundamentais, em relação às políticas dirigidas à mulher no capitalismo e no socialismo quanto a princípio, critério e formas de realização no contexto do bem-estar.

O conceito de bem-estar social é baseado na satisfação das necessidades básicas sob o fundamento da igualdade, contrária à base da lucratividade econômica própria do capitalismo. As políticas sociais em Cuba também se regem por esse princípio de atendimento às necessidades básicas da população.

A própria função desempenhada pelo Estado cubano, de gestor da economia nacional, de regulador das medidas de trabalho e de consumo e de provedor social possibilita a distribuição dos serviços sociais de maneira universal, pública e gratuita, através de políticas sociais. Assim, esse cenário tem possibilitado a ascensão da mulher a um papel de protagonista na sociedade cubana e tem constituído um desafio para a implementação das políticas sociais. De outro lado, a natureza das políticas sociais implementadas pela Revolução as tornou integrais, isto é, dirigidas a toda a sociedade e a grupos particulares — mulher, entre outros, com a característica de focar aqueles sectores básicos do desenvolvimento humano em Cuba, tais como o emprego, a educação e a saúde. Nos depoimentos desta pesquisa se afirmou que tais políticas influíram sobre a qualidade de vida e de participação da mulher, mais positiva que negativamente, em cada uma das etapas históricas que Cuba atravessou. Quando se realiza um balanço do resultado alcançado pela mulher cubana, este é positivo.

O exposto reconhecimento, desde o início do processo revolucionário, de que a imensa maioria das mulheres cubanas estava submetida a três sistemas de opressão, pela classe, pela raça e pelo sexo e que apresentavam desvantagens em relação

ao homem, trouxe consigo a implementação de programas específicos para aquele segmento da população.

Nos primeiros anos da Revolução a tarefa mais importante era a de organizar a massa da população em escala nacional, dar-lhe um nível cultural, inclusive para que se pudesse incorporar aos projetos de transformação.

As políticas foram integrais e seu impacto foi imediato, pois se fizeram sentir de maneira radical e em amplos setores da população. Não obstante, como a mulher era muito discriminada antes do triunfo da Revolução, tais políticas tinham aspectos dirigidos basicamente para elas e para alcançar a igualdade entre homens e mulheres.

Na primeira década do período pós-revolucionário, como analisado no capítulo anterior, as políticas sociais cubanas foram dirigidas à eliminação da pobreza e das classes para conseguir a igualdade e, como tal, mesclaram-se políticas dirigidas a toda a população e as que foram favoráveis às mulheres que vivenciavam, em maior número, uma situação de inferioridade educacional, econômico-social, de saúde e político-cultural na sociedade cubana.

"As políticas foram mais gerais, mais universais que dirigidas, especificamente, à mulher, todos têm direito a tudo, têm os mesmos deveres, mas algumas políticas privilegiaram mais a mulher, como a de saúde" (Depoimento de especialista).

"São políticas universais, mas com particularidades. Como o caso das prostitutas, das domésticas, das camponesas. Foram universais no sentido de que cobriram toda a população feminina, mas também eram seletivas no sentido de poder diferenciar as pessoas, o que é muito importante" (Depoimento de especialista).

O fato de entender que havia uma luta específica articulada com a luta geral, foi o primeiro elemento que se concretizou no enfoque de gênero.

"Fidel disse em 1959 que 'ainda dentro das classes humildes as mulheres têm uma discriminação particular pelo lugar, pela história'; isto é, este fenômeno é uma construção social, porquanto a discriminação racial sempre integrou a teoria revolucionária; não se chamava gênero, chamavam-se posições marxistas, posições onde vinculávamos as leis do materialismo histórico dialético o que quer dizer que através do marxismo era preciso ver que os seres humanos estavam influenciados por determinados sistemas de opressão e de discriminação, tanto homens como mulhe-

res e que para nós, as mulheres, o desenvolvimento das forças produtivas nos tinha, de verdade, relegado. Isto quer dizer, víamos que em todas as sociedades classistas, desde sua origem, desde o escravismo, passando pelo feudalismo, pelo capitalismo, as mulheres tinham ainda dentro dos explorados, posições mais discriminadas ainda, porque as classes exploradas sempre copiavam as outras. Engels dizia que na família a mulher era o proletário e o homem, o burguês, no sentido de que havia uma exploração, uma opressão na relação mulher-homem" (Depoimento de dirigente).

"Com a Revolução de 1959 houve importantes mudanças de papéis, desde uma convocação para o estudo, aos programas nos campos da saúde, da educação, do emprego, da moradia e, mais tarde, a elaboração do Código de Família, da Infância e da Juventude (1975), com o grande objetivo de superação de homens e mulheres em diferentes aspectos da realidade social" (Depoimento de dirigente).

### Formulação e implementação das políticas sociais

Desde o triunfo da Revolução, o processo de formulação e implementação das políticas sociais se caracterizou por um movimento de cima para baixo, que conta com a decisão política do governo revolucionário e outro, por uma retro-alimentação, de baixo para cima, a partir dos interesses e necessidades da população — esta é, inclusive, uma afirmação que se repete em grande parte dos depoimentos.

Nos primeiros anos, colocado o objetivo estratégico da eliminação das causas geradoras da pobreza, apresentou-se a urgência de implementar programas sociais que atendessem aos grupos mais vulneráveis da população e, entre eles, encontrava-se a mulher. Nesse momento houve, dentro da universalidade do tratamento, uma seletividade nos destinatários<sup>133</sup> para transformar os grupos de mulheres, domésticas, prostitutas e camponesas em cidadãs portadoras de direitos.

"Justamente por isso, as medidas que se tomaram, num primeiro momento, foram as de buscar possibilidades de alternativas econômicas e de sobrevivência a

<sup>133</sup> Esta seletividade nos destinatários, que se objetiva em um melhor atendimento, é também chamada de 'discriminação positiva'.

um setor da população com menos recursos ou em situação de migrante (as prostitutas e as que estavam potencialmente em risco de sê-lo) para enfrentar a realidade" (Depoimento de dirigente).

"Desde o início da Revolução, a mulher se viu imersa num amplo programa social que permitiu sua incorporação à esfera política, econômica e cultural, bascan-do-sc numa relação equitativa em relação ao homem" (Depoimento de dirigente)

O tratamento de questões relacionadas à mulher realizou-se de maneira integral a partir dos setores mais importantes das políticas sociais: a saúde, o emprego, a educação, sendo criados canais específicos para propor e encaminhar as demandas e concretizar a participação. O Estado cubano, transformado em garante de direitos e provedor social, compreendeu a importância da incorporação da mulher como força decisiva para conseguir a integração social, ao mesmo tempo em que grupos de mulheres lutavam também por alcançar essas conquistas.

"No aspecto de saúde, garantiu-sc a saúde da criança e da mãe, o que, do ponto de vista psicológico e fisiológico, põe a mulher em melhor condição para participar da sociedade. A política educacional permitiu às mulheres, desde as prostitutas de 1959 até depois, ao longo destes 40 anos, poder ser profissional, inclusive, facilidades pela existência dos círculos infantis (creches)<sup>134</sup> que são instituições educacionais somente para os filhos das mulheres trabalhadoras. Atualmente, há déficit de círculos infantis pois as novas construções foram dificultadas pelo Período Especial. Para cobrir esse déficit implantaram-se programas, como por exemplo, o da educação informal que se chama "Educa a tu hijo". A escola tem um sistema de semi-internato até sexta série com o almoço garantido, que também permite à mulher trabalhar. Por outro lado, a política de previdência social, que estabelece uma série de direitos quanto à maternidade - direito à licença de seis semanas antes do parto; doze semanas depois do parto; depois dessas doze semanas, direito a uma licença pós-natal até que a criança complete seis meses; a trabalhadora recebe 60% de seu salário e se as condições não lhe são favoráveis volta ao trabalho, tem direito a uma licença sem salário para o cuidado da criança até que transcorra o primeiro ano do bebê, sem perder sua vaga no trabalho; e ainda o direito de um dia por mês enquanto esteja grávida e depois do nascimento, até que a criança com-

134 A palavra "círculo infantil" substituiu "guardería", usada em espanhol, para designar creche mas que, segundo uma entrevistada, assemelha-se a "armazém" onde apenas se guarda algo, enquanto "círculos" transmitem idéia de coletivo e de diálogo que se imprime ao trabalho pedagógico que é desenvolvido.

plete um ano, para poder levá-lo à consulta de puericultura. A política de emprego tem facilitado o acesso da mulher, pois houve um estímulo nesse sentido, sobretudo no emprego estatal civil e no emprego não tradicionalmente feminino como na sidero-mecânica e na agricultura" (Depoimento de dirigente).

O Ministério de Educação tem entidades que chegam à comunidade, como o Conselho Escolar e a Comissão de Prevenção da FMC. A Comissão Nacional de Prevenção e Atendimento Social, criada em 1986, é presidida pela dirigente máxima da FMC, Vilma Espín. Já nos primeiros anos da Revolução ela dirigiu as experiências iniciais de prevenção que se realizavam em Havana, através de cuidados nas casas de atendimento às crianças sem família, da mesma maneira que às prostitutas. Os objetivos desta comissão, expressos no Decreto-Lei 95 — artigo 2 do Capítulo 1 que trata das Disposições Gerais - são, em linhas gerais: elaborar e propor ao governo a política de atendimento e prevenção social executada pelo governo e órgãos locais do Poder Popular e, depois de aprovada, coordenar e supervisionar sua aplicação; propor ao governo as medidas para o melhor desenvolvimento do trabalho de prevenção e atendimento; desenvolver duas direções fundamentais relacionadas com a prevenção, modificação e reabilitação de comportamento anti-social de jovens e de familiares em conflito; incorporar, de forma coordenada, as instituições estatais e dependências administrativas dos órgãos locais do Poder Popular, da UJC e das organizações de massa à tarefa de atendimento e prevenção social, de acordo com suas competências; promover a incorporação da população às tarefas de atendimento e prevenção social, obtendo seu apoio ativo e educar quanto aos objetivos desta atividade; promover estudos e pesquisas científicas sobre as causas e condições que contribuem à existência de condutas anti-sociais e delitivas ou sobre outros problemas de caráter social e utilizar os resultados em função do trabalho preventivo e re-educativo; elaborar indicações para a divulgação da política de atendimento e prevenção social; promover a política de re-incorporação ao estudo ou ao trabalho dos menores e jovens que levam modo de vida parasitário; promover, através de diversos órgãos e organizações que interferem nas tarefas de prevenção, a execução de medidas concretas encaminhadas ao uso do tempo livre de todos os cidadãos e, em especial, das crianças, jovens e adolescentes.

"A direção municipal de educação tem uma comissão que outorga vaga nas creches; na própria área de residência se preenche um formulário. Segundo as prioridades estabelecidas por lei, o pedido é atendido" (Depoimento de especialista).

A prioridade é estabelecida a partir dos chamados setores femininos — profissionais da saúde e da educação - onde as mulheres participam em grande número. A comissão se reúne com determinada frequência e outorga as vagas nas creches de acordo com a capacidade dos municípios e as vagas disponíveis. As necessidades são conhecidas através dos conteúdos dos formulários que se preenchem nos municípios e, dessa forma, ficam expressos quais territórios são os mais necessitados. Há uma política de construção de creches que, apesar de depender dos recursos econômicos, em alguns casos há um balanço das necessidades e uma tomada de decisão e são estabelecidas prioridades, quando e onde construir uma creche, por exemplo, onde há uma fábrica e trabalhadoras com filhos menores de idade.

"Em todos os congressos, discussões, assembleias da FMC, aparecia a problemática de que havia maior número de mães que solicitavam os serviços que o número de vagas nas creches e era preciso estabelecer prioridades diante dessas necessidades. Pesquisou-se maneiras de cobrir a carência de recursos, por exemplo, em serviços sociais como os de tinturarias, de elaboração de alimentos, etc, para facilitar as atividades domésticas da mulher; tudo foi definido nas políticas sociais, dificultadas sempre pelo bloqueio econômico" (Depoimento de especialista).

A FMC, fundada em 1960, segundo diversas entrevistadas, tem sido a impulsora das políticas sociais em relação à mulher; diversos organismos do Estado têm federadas que coordenam programas específicos para a mulher e outros para toda a população. Tem sido uma prática da direção revolucionária dar continuidade aos diversos programas dirigidos à mulher, desenvolvidos durante estes 40 anos. Para isso os diferentes organismos, cuja direção política é basicamente masculina, apoiam-se na FMC como parceira, por excelência, e há articulação de mecanismos que tem possibilitado colocar a análise da situação da mulher no centro da direção estatal. Manifestação desse fato expressa o seguinte depoimento:

"Em Cuba realizou-se em 1996 um seminário avaliando o cumprimento dos acordos de Beijim<sup>135</sup> do qual emanaram muitas recomendações a organismos sobre a representatividade nos postos de tomada de decisões; sobre a melhoria dos programas de educação, em relação à necessidade de eliminação do aspecto sexista que o próprio professor ou professora pode transmitir; sobre determinados serviços de saúde que contemplem mais aspectos relativos à mulher" (Depoimento de dirigente).

135 IV Conferencia Mundial sobre a Mulher realizada em setembro de 1995, em Beijim, China.

## Canais para demandas e participações

As demandas dos serviços dos setores das políticas sociais são encaminhadas de forma coletiva ou individualmente, através de diversas instâncias, sendo uma delas formada pelas organizações de massa, como os CDRs, a FMC, a UJC, a FEU, a FEEM, a ANAP, a CTC, o Poder Popular e também através das Assembléias de Prestação de Contas<sup>136</sup> Essas demandas são encaminhadas e as deliberações são tomadas nos congressos, assembléias ou reuniões por município ou por bairro. Há outras instâncias mais específicas, como o conselho de escolas para os assuntos educacionais, ou os centros de trabalho e de estudo.

Outras vias são conhecidas através da divulgação feitas pelos meios de comunicação de massa que, segundo afirmam a maioria das usuárias, privilegiam as mulheres, não só fazendo a divulgação de programas de saúde, mas também prestando orientação para a prevenção de enfermidades tipicamente femininas.

"Criam-se condições através dos órgãos locais — CDRs, FMC, CTC, municípios de educação, etc, ou pelos centros de trabalho ou áreas de residência, para que a mulher e sua família possam incorporar-se e participar dos diversos programas como o das creches, dos refeitórios escolares e operários, o dos planos para que as crianças nas férias possam continuar nas escolas, assim como aqueles programas de clubes de campo, serviços de saúde, atividades culturais, etc." (Depoimento de especialista).

Outro caminho para potencializar a participação da mulher é o Ministério de Trabalho e Previdência Social, que analisa também como está se dando a participação feminina, se há algum organismo impedindo tal participação e quais são as causas e como resolver o problema, por exemplo. Cada território examina anualmente a demanda, o número de postos de trabalho que podem ser criados a partir do plano técnico-econômico e de suas próprias disponibilidades de recursos e o número de vagas e qual seria a possibilidade de criação de novas, que não exijam muito investimento, e assim são definidos quais postos podem ser disponibilizados e ocupados por mulheres.

"Hoje há mulheres que estão solicitando (levando em conta que existem entidades laborais administrando mais recursos porque são empresas mistas que ma-

<sup>136</sup> Reuniões onde o delegado da circunscrição, periodicamente, presta contas de sua gestão a seus eleitores.



nejam dólares), a necessidade de pensar numa alternativa de construção e administração de creches por esses centros de trabalho, mas ainda isso não criou força e as creches continuam sendo administradas pelo Município de Educação. Também o problema da moradia é hoje tão forte que, sem dúvida, tem uma prioridade em relação à construção de creches e ainda os casos sociais muito particulares de mães solteiras ou em situações econômicas muito difíceis, que procuram emprego, através de Comissão de Prevenção Social nos Poderes Populares Municipais. Recentemente, as políticas sociais tiveram que parar um pouco a construção de creches porque na década de 1980 se construíram muitas em quase todos os municípios que atenderam consideravelmente os pedidos" (Depoimento de especialista).

## Articulações

Em Cuba, pelo tipo de planejamento da economia, os programas dos organismos se articulam em diversas instâncias e entre as diferentes organizações, que vão desde o nível central até às províncias e aos municípios e vice-versa. Estas articulações são importantes como reforço à participação e à canalização das demandas das políticas sociais da população e das mulheres em particular. Citam-se como exemplos de articulações entre alguns órgãos (coordenados basicamente por mulheres) que realizam um trabalho dirigido a este segmento específico com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços e programas:

O Ministério de Educação conta com entidades que chegam até a comunidade através dos municípios de educação com uma comissão em cada um deles.

Há mulheres que estão nos ministérios e que pertencem também à FMC (às vezes, ao Comitê Nacional) e que coordenam os diversos programas (de 'Paternidade responsável', 'Para a vida', 'Falemos de saúde', etc), articuladas com a FMC e com o CENEX (quando se trata de educação sexual) e com os setores de difusão, por exemplo, o ICRT.

O suporte financeiro para apoiar o desenvolvimento destes programas é captado pela FMC em organismos internacionais.

O Ministério de Trabalho preside as Comissões Coordenadoras de Emprego Feminino das quais participa a CTC e a FMC e que requerem um esforço das direções de trabalho da FMC e de outros órgãos do Estado em todos os níveis.

Os programas de ajuda monetária e em espécie a mães solteiras com problemas econômicos se realizam através das Comissões de Prevenção ou da própria FMC e dos setores da assistência social localizados no Ministério de Trabalho.

A FMC analisa as políticas, as legislações e todos os programas de desenvolvimento que são aprovados no país, escutando as federadas em todas as províncias e em articulação com os ministérios e outros órgãos que desenvolvem cada programa específico. Há um Comité Nacional da FMC para essa finalidade.

O trabalho de educação no país é sustentado pelos setores da saúde, da educação, pela FMC e pela UJC, assim como pelo ICRT para a programação de rádio e de televisão.

Trabalham nos programas de educação sexual os agentes de mudança da comunidade que podem ter qualquer profissão, que estejam interessados e que provenham dos setores fundamentais (saúde, educação) ou de outros.

O programa 'Para uma maternidade e paternidade conscientes' é realizado pelo Ministério de Saúde Pública, mas do ponto de vista metodológico-educativo é dirigido pelo CENEX, em articulação com a Cátedra da Sexualidade da Faculdade de Ciências Médicas do Instituto Superior de Ciências Médicas.

Da FMC participam todas as organizações políticas e de massas do país e no início da Revolução foi a FMC a coordenadora dessa política social dirigida à mulher.

A Comissão Nacional de Prevenção e Atendimento Social se articula o Ministério do Interior, o de Educação, o de Saúde Pública, a FMC e a CTC.

Como demonstrado, é muito vasto o sistema de articulações estabelecido para a canalização das demandas das mulheres e sua participação. Contudo, em certas ocasiões subsistem limitações objetivas e subjetivas tanto por parte da comunidade, como das próprias mulheres para o alcance de maior efetividade na gestão. Entre tais limitações estão a falta de conhecimento por parte de algumas mulheres dos mecanismos estabelecidos; a insuficiência de intervenção da FMC em algumas de suas organizações de base e a auto-limitação das mulheres para apresentar seus problemas.

## Legislação

Uma das críticas às políticas sociais capitalistas é o fosso entre lei e ação, entre igualdade formal e real. Até que ponto também ocorre isso na sociedade cubana, apesar das enormes conquistas?

As mulheres cubanas obtiveram o direito ao voto com a Lei de Sufrágio Universal de 1934.

A Constituição da República de 1976, atualizada em 1992, expressa no seu corpo legal o direito de igualdade quanto ao econômico, ao político e ao social.

As mulheres são protegidas por uma legislação trabalhista e, desde 1974, por uma Lei de Maternidade da Trabalhadora e seu respectivo regulamento; em 1976, pela Lei de Proteção e Higiene do Trabalho.

O Código da Família estabelece iguais direitos e deveres aos cônjuges.

Assim, os princípios da igualdade estão definidos perante a lei.

Apesar de toda uma legislação protetora, ainda subsiste uma distância entre o estabelecido formalmente e a realidade, como atestam os seguintes depoimentos:

"Há normas que foram feitas expressamente e que beneficiaram muito a mulher; por exemplo, depois da Revolução foi ampliado o tempo de licença da maternidade; deu-se à mulher a facilidade de um ano de licença. Há leis que se baseiam nos costumes, que não estão escritas e há outras que, como o Código de Família, que é um código jurídico-ético, mas pelo fato de não estabelecer sanções fica apenas na letra, que é mais difícil de incorporar, pois depende de uma mudança de consciência" (Depoimento de especialista).

"Quando se dá o divórcio, a mulher tem direito de demandar juridicamente a pensão do cônjuge e se desconta do seu salário no caso de estar vinculado a algum grupo estatal". (Depoimento de dirigente).

"Cometeram-se erros também. Nos anos 1970, por exemplo, quando copiamos da URSS, a proibição de alguns postos de trabalho para as mulheres, depois abolido em 1984" (Depoimento de especialista).

"Num país como Cuba cuja estratégia para sair da crise e desenvolver alta tecnologia e fazê-lo com eficiência, é preciso contar com os técnicos e profissionais e a maioria são mulheres - deram-lhes motos para se movimentarem. Contudo, no Período Especial não houve decisão política de deixar desempregadas primeiro as mulheres e depois, os homens, mas pode acontecer o que está acontecendo: que se discrimina a mulher no setor privado no trabalho por conta própria; a mulher luta no trabalho e às vezes fica invisível, não a colocam no registro dos trabalhadores, nos 'paladares' (restaurantes privados), nos lugares que vendem café, refresco. Por detrás, são as mulheres que estão preparando comida nos 'paladares', e não se lhes paga como se lhes devia pagar e já está sucedendo nos lugares de turismo onde se utiliza o dólar" (Depoimento de especialista).

As leis, às vezes, podem mudar as aparências.

"Há discriminação, por exemplo, quanto ao acesso a postos bem remunerados; não se escolhe na base do cérebro, da inteligência, do profissionalismo, mas na base da competitividade e se utilizam várias desculpas para não aceitar mulheres: os horários são muito pesados, isto é, que tem que chegar cedo e sair tarde; os dias de trabalho são muito intensos; é preciso ter regularidade para manter-se em tais postos de trabalho. São exemplos também os empregos nos hotéis, um trabalho muito duro, como auxiliar de limpeza" (Depoimento de especialista).

Assim, apesar de não haver a intencionalidade de discriminar a mulher, de fato, na prática, isso ocorre em determinados lugares. Conforme mencionado, sua admissão nos setores emergentes da economia se encontra abaixo da do homem; são tendências que tratam de tornar invisíveis grupos de mulheres e que só se resolverá com uma mudança qualitativa dentro da sociedade dirigida não só para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres, na ordem objetiva, mas também na subjetiva, pela qual a hierarquia homem/mulher ceda a conquistas de maior equidade.

## Assistência social

A assistência social cubana não é contributiva. Está incluída no sistema de previdência social<sup>137</sup>, sem contribuição de nenhum tipo por parte dos trabalhadores. Suas funções se vinculam ao Ministério de Trabalho e Previdência Social através do Comitê de Trabalho e Previdência Social. Os subsídios por acidente, enfermidade comum e profissional, invalidez, velhice e morte, por deficiência física e mental, são estendidos a todos os trabalhadores e beneficiam particularmente à mãe trabalhadora e ao recém-nascido, cobrindo maternidade e parto.

Em Cuba, a Direção de Assistência Social do Ministério de Trabalho e Previdência Social conta com uma pequena estrutura de pessoal no nível central -cerca de cinco técnicos. Os serviços nas províncias estão descentralizados, e nestes os trabalhadores sociais (de nível médio) executam os programas. Tais programas seguem uma linha geral e são criados a partir das necessidades sentidas pela população. A maneira como se trabalha em cada província depende de cada realidade local, assim como os programas que precisam de maior atenção. Há diversos programas assistenciais: para anciãos, menores, deficientes físicos, grupos vulneráveis, independentemente do sexo.

Especificamente para mulheres há um programa para aquelas mães solteiras que não têm as mínimas condições para sobreviver. Não há uma seleção segundo os recursos<sup>138</sup>, são atendidos todos os casos comprovados através de visitas de trabalhadoras sociais, apoiadas também pelos CDRs e pela FMC.

Atende-se com roupas, equipamentos, conserto de equipamentos, creches e emprego ou cursos de capacitação através das Casas da Mulher e da Família da FMC, existentes em todas as províncias.

"Mais que dar assistência tratamos de fazer um trabalho educativo através de encontros, de visitas, de acompanhamento de cada caso, mesmo quando a pessoa já tenha conseguido um emprego" (Depoimento de dirigente).

137 A previdência foi criada na Inglaterra em 1942 por William Beveridge, com duas grandes linhas: uma contributiva (paga-se para receber depois em forma de aposentadoria ou de outros benefícios) e outra distributiva, na qual as pessoas recebem sem pagar nada, que é a assistência social no Brasil. A assistência é, por excelência, o eixo distributivo da previdência.

138 Não há uma seleção como se faz no capitalismo, que vai depender dos recursos disponíveis e são selecionados os mais miseráveis num universo de pobres que também necessitam. Assim, no capitalismo, há uma pré-seletividade que terá como consequência uma localização do atendimento, uma localização espúria.

Os recursos provêm do Estado e de doações, geralmente de órgãos ou organizações internacionais (às vezes, por questões de burocracia, é lenta a entrega dessas doações a seu destino), e se operacionaliza através das organizações de massa, sindicatos de trabalhadores, etc. Este subsídio é temporário, até que as beneficiárias adquiram condições para poder incorporar-se ao emprego.

Outro aspecto refere-se à incorporação das mães solteiras ao trabalho. Segundo pesquisa preliminar do Ministério de Trabalho e Previdência Social constatou-se que atualmente há cerca de sete mil mães solteiras em Cuba que precisam de atendimento assistencial, cuja maior concentração está nas províncias orientais (Santiago de Cuba e Guantánamo, especialmente) e em Havana. Dados ainda não confirmados apontam para o predomínio de um grupo de idade entre 17 e 25 anos.<sup>139</sup>

## Educação, saúde e emprego: um balanço

### Educação

A política educacional que possibilitou à mulher cubana o alcance dos níveis referidos anteriormente caracterizou-se pela universalidade, por ser pública, gratuita e obrigatória até a nona série.

A reforma educacional pós-revolução propôs três opções fundamentais que provocaram um impacto na elevação do nível educacional da mulher: a Campanha de Alfabetização, a Campanha pela 6ª série e a pela 9ª série. Segundo uma das entrevistadas: "A grande maioria das mulheres hoje, exceto talvez 1%, completaram a 9ª série

"Dois momentos fundamentais marcam a reforma educacional pós-revolução: um, mais específico, representado pela Campanha de Alfabetização<sup>140</sup> no qual a presença da mulher, como educadora e aluna, teve um papel importantíssimo. Outro,

139 Dados de entrevista com especialista do Ministério de Trabalho e Previdência Social 1998.

de articulação de uma política a curto, médio e longo prazos, a partir de determinados princípios que, até hoje, definem a educação: caráter gratuito, universal e público e acessível a toda a população. Diversificaram-se muito as carreiras, os estudos, os politécnicos e iniciou-se um processo de massificação da educação. Criou-se o programa para educação de adultos" (Depoimento de dirigente).

"Elaboraram-se nos primeiros anos da Revolução, planos especiais de educação e capacitação para as mulheres prostitutas. Muitas delas, depois dessa etapa, foram trabalhar em banco ou como vendedoras no comércio ou em algum cargo burocrático. Com as mulheres jovens camponesas foi criado um programa que se chamou 'Ana Betancourt'<sup>141</sup> — as chamadas Anitas" (Depoimento de especialista).

"Também na área da educação nos anos 1960, introduziu-se o ensino operário-campones. Foi onde primeiro se trabalhou para conseguir que alcançassem a 6<sup>a</sup>. série com aulas nos centros de trabalho e nas comunidades, inclusive nos lugares mais longínquos. Superada essa etapa, veio a batalha pela 9<sup>a</sup>. série. Atualmente, há uma faculdade operário-camponesa para os que desejam chegar ao nível superior ou para os que receberam uma preparação técnica ou de operário qualificado" (Depoimento de especialista).

Dois ações foram desenvolvidas pela CTC: a criação de horários especiais para possibilitar a participação da mulher das aulas da Faculdade Operário-Camponesa, aberta em todas as localidades e territórios do país, e a realização de debates com as administrações em todas as províncias com vistas à incorporação das mulheres ao trabalho em distintos ramos de atividades. As campanhas pela 6<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> séries foram completadas com as opções de continuidade de estudos em especialidades de técnicos e de operários qualificados e também de cursos universitários. Contudo, as políticas sociais no campo da educação não se limitaram apenas ao aumento do nível de instrução das mulheres, mas são complementadas com outros programas dirigidos à elevação da cultura geral deste segmento social e para a transformação de sua consciência de gênero.

140 No Programa do Moncada já se propunha a erradicação (do analfabetismo e o objetivo de que se desse aos iletrados a possibilidade de ler, de participar, de aportar suas contribuições).

141 Ana Betancourt, nascida em Camagüey/Cuba, foi a primeira mulher dos finais do século XIX a propor a necessidade de um trabalho pela emancipação da mulher.

Independentemente de todos os esforços educacionais, as políticas sociais no socialismo cubano estão atravessadas por um tipo de tensão relacionada às desigualdades por questão de gênero (homem/mulher), que passa a ocupar um importante papel para superação quando também existe diversidade quanto a território (campo/cidade).

"A questão diferencial ou seletiva aparece também por zona de residência, por características de procedência social e familiar. Num estudo em Guanimar, um povoado pequeno da costa sul da província de Havana, com operários agrícolas, no ano de 1992, constatou-se que a educação das meninas é muito mais difícil que em outras cidades da mesma província porque, por exemplo, aí há uma escola primária que cobre desde o pré-escolar até a 4ª série, mas para as 5ª e 6ª séries, não existe escola no povoado. Desta maneira, as alunas têm que ser trasladadas para uma escola que esteja próxima, são levadas diariamente por um veículo, mas já a partir da Secundária Básica, como esse povoado está a 18 quilômetros de Alquizar, as meninas têm que estudar internas aos 12 anos, quando vão para as 7ª, 8ª e 9ª séries e, muitas vezes, não querem ser internas no pré-universitário; isso dependerá do estímulo da família. A universidade está posta, mas há outros fatores que interferem e, muitas vezes, há uma seleção 'natural' (Depoimento de especialista).

Como este estudo de Guanimar, o mesmo ocorre em zonas semelhantes.

Quanto à educação sexual, foi importante em 1989 a institucionalização do CENEX a partir de uma série de pesquisas sobre questões relacionadas à educação sexual realizadas por profissionais de diversas áreas do Ministério de Educação, desde o final dos anos 1970; de proposta da FMC sobre a necessidade de trabalhar esta questão e também a partir das resoluções sobre a infância, a juventude, a mulher e a família, do I Congresso do Partido. Utilizou-se uma metodologia de tra

to O  
balho participativo de educação popular, com técnicas de dinâmica de grupo, de diálogo e auscultando critérios e opiniões dos componentes dos grupos. Há uma perspectiva de gênero no trabalho do CENEX, e nas diversas disciplinas do plano de estudos do Ministério de Educação estão incluídos conteúdos de educação sexual apropriados para cada idade, com a utilização de métodos e linguagens adequados. O Centro se dedica também à preparação de professores nas províncias e nos municípios onde conta com a colaboração de uma comissão homóloga bem como com o apoio do ICRT através de programação de rádio e televisão. A informação sobre sexualidade chegava à população através de uma série de livros, como



'Mamá, papá y yo' e 'Piensa ya en el amor', 'El hombre y la mujer en la intimidad' e 'Crecer en la adolescência', tarefa dificultada pela crise econômica que levou a restringir a quantidade de material necessário à impressão dos livros.

Os diversos programas de educação sexual se unificaram com um objetivo fundamental, a diminuição do aborto voluntário entre adolescentes e para isso contaram com financiamento do Fundo de População das Nações Unidas. Estes programas incidiram mormente sobre adolescentes entre 14 e 18 anos, apesar da amplitude de atenção da Organização Mundial da Saúde que os aplica para as adolescentes entre 10 e 20 anos.

Tanto no programa 'Crecer en la adolescência' como 'Mi proyecto de vida' foi realizada a avaliação crítica dos adolescentes do ponto de vista metodológico e se desenvolveram essas avaliações por um grupo de trabalho, o que permitiu a sua continuidade. Outro programa que o Centro realiza é 'Para una maternidad y paternidad consciente', coordenado pelo Ministério de Saúde Pública e, realizado, do ponto de vista metodológico-educativo, pelo Centro.

Avaliam-se como importantes estes programas no sentido de desmontar culturas 'arraigadas' porque a questão de sexualidade envolve muitos tabus e por isso, segundo as entrevistadas, houve necessidade de uma preparação sistemática dos profissionais que trabalham em todas as províncias.

"No ano de 1976 se implementaram programas relativos à educação sexual visando orientar as mulheres para a planificação da gravidez, para o nascimento dos filhos, de acordo com sua vontade e também quanto a questões relativas à sexualidade e à reprodução" (Depoimento de especialista).

Há também programas educativos na televisão, como o 'Para la vida' na área de educação e 'Hablemos de salud' onde o grupo de Educação para a Saúde do Ministério de Saúde Pública desempenha papel importante. Ambos programas são coordenados por mulheres.

Desenvolvem-se, ainda, programas educativos com adolescentes nas escolas, com características comunitárias, nos quais são integradas a escola e a comunidade, representadas pelas organizações de massa.

Nos finais dos anos 1980 são criadas as Casas de Orientação para a Mulher e a Família — um programa da FMC que realiza orientação, assessoria, capaci-

tacão e apoio às mulheres em diversos temas, como aqueles relacionados à família, ao casal, ao divórcio, sob diferentes prismas disciplinares: psicológico, jurídico, sociológico, etc.

Quanto à cultura, a Revolução permitiu que os artistas, homens e mulheres, pudessem desenvolver seu talento artístico e há grande presença de mulheres em todas as esferas da arte, com alguma exceção no cinema.

Na área cultural, a UNEAC desempenha um papel importante, não só para o fortalecimento da projeção nacional e internacional de Cuba, mas também para introduzir o enfoque de gênero tanto nas suas atividades culturais como nos programas televisivos e em todas as manifestações artísticas. Nesse organismo são promovidos debates sobre temas que, tradicionalmente, eram tabus como o da violência doméstica, por exemplo. O emprego feminino, a imagem da mulher na mídia, também são temas debatidos através de seminários e conferências e que tem propiciado a produção de vídeos e documentários.

## Saúde

O atendimento da saúde da mulher tem sido objetivo presente em todos os programas desenvolvidos neste setor. Isso obedece ao duplo caráter que, como sujeito social, ela tem representado neste processo: como receptora dos serviços de saúde e como promotora de tais serviços.

No início da Revolução foi importante o papel que as mulheres exerceram incorporando-se como voluntárias a planos de vacinação em massa e recebendo aulas de primeiros socorros como parte da preparação para a guerra. Sempre foi política do Ministério de Saúde Pública, através das formas de organização estabelecidas, priorizar o atendimento às mulheres e às crianças. Isso se concretiza no enfoque central de um dos programas<sup>142</sup> desse ministério — o de Saúde Reprodutiva. Trata-se de um trabalho intersetorial, articulado com diversas instâncias e, segundo uma especialista do MINSAP, esta dinâmica torna possível alcançar os resul-

142 Os demais programas do MINSAP são: os de prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama; o de lactância materna; o de maternidade e paternidade consciente; o de atendimento materno-infantil e o de vacinação em massa.

tados expressos, por exemplo, nas baixas taxas de mortalidade infantil e de mortalidade materna, que apresentava em 1998, respectivamente, uma média no país de 2,2 por mil nascidos vivos e de 21,6 por 100 mil nascidos vivos (Documento/ MINSAP, 1998). Esses índices se reduziram muito desde o triunfo da Revolução. Contribuem para esse trabalho diversos organismos, como a FMC em todas as províncias, a CTC, os setores do Ministério de Educação, os CDRs, os órgãos de cultura, o Ministério de Trabalho, para citar os principais.

Segundo Fleitas (2000: 14): "A cobertura que o sistema de serviços de saúde sexual e reprodutiva cubanos oferece descansa não só na gratuidade mas também no processo de extensão de seus serviços, que cobre todos os níveis de atendimento, chegando a todas as regiões do país e, mesmo que sua expansão regional conserve ainda certas desigualdades favoráveis às regiões mais urbanizadas, o atendimento com um mínimo de qualidade está garantido com a presença de instituições que cobrem quase todos os serviços desta área das práticas médicas. O fato de que no país, em 1994, 99,8% das crianças nasceram em hospitais é um indicador que demonstra esta cobertura". Há anos o MINSAP começou a trabalhar levando em conta o enfoque de gênero; por exemplo, os seus dados estatísticos relativos à saúde da população, às enfermidades, às causas de mortes e outros, vem sendo utilizados, separadamente, segundo o sexo. As estatísticas internacionais apresentam maior mortalidade feminina por câncer, enquanto que a de homens é maior em enfermidades cardiovasculares. Contudo, no caso cubano, a mortalidade em relação ao câncer é maior entre os homens que entre as mulheres. Este resultado é creditado aos programas de prevenção de câncer de mama e cervico-uterino que contribuíram para diminuir a taxa de mortalidade por câncer entre as mulheres.

"Atualmente, levando em conta a necessidade de um atendimento permanente para a solução dos problemas de saúde da mulher, os programas com enfoque de saúde reprodutiva são encaminhados e incluídos no atendimento primário de saúde" (Depoimento de dirigente).

Um programa implementado desde os anos 1970 é o dos Lares Maternos, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna, especialmente nas zonas das montanhas - é como uma instituição intermediária entre a casa e o hospital — e este programa conta com o apoio da ANAP e da FMC. Do trabalho nas montanhas a idéia se expandiu também para as cidades. Segundo especialistas do MINSAP, em entrevista de 1998, havia nessa ocasião 228 Lares Maternos em 169 municípios, com

serviços totalmente gratuitos: casa, comida e atendimento médico, conferências educativas e de orientação. Há também consultas de planejamento familiar para o homem e a mulher e para casais sem filhos que desejam tê-los.

"Os Lares Maternos atendem a 30% do total das mulheres grávidas — aquelas que necessitam de maiores cuidados, temporal ou permanentemente. Quando têm filhos pequenos, há também quem se encarregue deles enquanto a mamãe está internada" (Depoimento de dirigente).

O tempo de gravidez mais frequente das mulheres nos Lares Maternos vai desde a 22<sup>a</sup> à 36<sup>a</sup> semana, segundo especialistas do MINSAP.

"A taxa de mortalidade materna era muito alta; em 1965 era de 37, e a partir da permissão do aborto pelo MINSAP, começa a redução da taxa de mortalidade em vista dos programas de permissão do aborto e principalmente, das orientações oferecidas pela política de saúde" (Depoimento de especialista).

"A mulher camponesa foi muito beneficiada, sobretudo pelas políticas de saúde que se foram estendendo ao campo, porque tinha situação mais precária que a das cidades" (Depoimento de especialista).

A instituição do médico da família também é fator fundamental que contribui para o alcance do bem-estar da mulher, tanto para seu próprio atendimento médico e da sua família, como fonte de emprego e afirmação profissional — em 1996, as mulheres representavam 61,8% do total dessa especialidade (Fleitas, 2000: 15).

"A educação e a saúde são setores feminizados em Cuba; neles há participação em massa da mulher. Na saúde, sobretudo em medicina geral, e na educação até os níveis de educação superior. São setores priorizados para o atendimento e acesso aos serviços sociais que se oferecem. Se a mãe é professora do ensino primário, médio ou superior ou é médica, tem prioridade na solicitação, por exemplo, de vagas nas creches para seu filho, de acordo com a capacidade de vagas nos municípios" (Depoimento de especialista).

"Dentre os programas relacionados com a política de saúde, há o de 'Paternidade Responsável', coordenado pelo CENEX, MINSAP e também FMC. A Federação busca financiamento com os órgãos internacionais para apoiar todo o desenvolvimento destes programas. Também o programa 'Hablamos de salud' tem

um papel importante na orientação da população e, particularmente, para a mulher" (Depoimento de dirigente).

"A Organização Mundial de Saúde reconhece as conquistas de Cuba na área da saúde e há pouco tempo, em Genebra, outorgou-se a medalha de cumprimento das metas para o ano 2000; foi um reconhecimento a um país subdesenvolvido, bloqueado, para o qual custa trabalho conseguir crédito. Cuba tem dois reconhecimentos indiscutíveis internacionais, que são na educação e na saúde com índices de Primeiro Mundo" (Depoimento de dirigente).

## Emprego

Os diversos programas desenvolvidos pela Revolução dirigidos à incorporação da mulher à força de trabalho se caracterizam pela igualdade em relação aos homens quanto à possibilidade de acesso e remuneração; por não confiná-la em empregos tradicionalmente femininos, mas ao contrário, por uma diversificação dos postos. Inclusive em períodos de crise tratou-se de não relegar a mulher ao âmbito privado.

Estes programas foram precedidos, como discutido neste estudo, de uma etapa de qualificação que colocasse a mulher em condição de igualdade com o homem para o acesso às ofertas de emprego.

"Depois do começo da Revolução, foram se identificando quais eram as direções de trabalho das organizações existentes e, no caso da FMC, colocou-se ênfase na emancipação da mulher e, a partir daí foram identificando, por território, os problemas mais importantes. A incorporação da mulher à vida de trabalho e em sentido geral, à vida pública, foi uma das estratégias mais importantes" (Depoimento de especialista).

Segundo algumas entrevistadas, nos anos 1960, chegou-se a elaborar leis que depois se voltaram contra as próprias mulheres e se tornaram discriminatórias. Em Havana, a FMC e a CTC criaram postos preferenciais para as mulheres sem preparação técnica e profissional; no comércio houve um movimento no qual 25

mil homens renunciaram a seus postos de trabalho e foram alocados para outras tarefas mais pesadas, do ponto de vista físico, para favorecer a incorporação da mulher ao comércio. Em 1964 se deu início a um processo de admissão em massa de mulheres com a criação destes postos preferenciais e, já no ano de 1968, as mulheres se incorporavam e se desincorporavam porque não havia incentivo financeiro.

Nesse mesmo ano, as duas organizações — FMC e CTC - iniciaram outro trabalho que consistia em visitar casa por casa para convencer, em primeiro lugar às próprias mulheres e depois ao pai da mulher, ao noivo, ao marido e à sociedade como um todo, de que o trabalho era necessário e que a mulher era mais um trabalhador da Revolução. Também foi proposta a incorporação de 100 mil mulheres por ano desde 1968 até 1978, mas se incorporavam 100 mil e 70 mil pediam demissão; contudo, a cada ano, ocorria um salto positivo entre as que permaneciam no emprego.

"Do ano 1959 até 1967 houve uma série de experimentos de como incorporar a mulher cubana ao emprego, sobretudo as pessoas de menores rendas: as prostitutas, as domésticas, as camponesas (estas trabalhavam em geral ajudando ao marido, não como trabalhadora com direito a um soldo e benefícios). No caso das prostitutas, foi um trabalho de reeducação; foram orientadas para mudar a forma de trabalho que era muito indigna. O plano 'Elena Gil' se dirigia à qualificação das mulheres domésticas e das prostitutas, dirigindo-as para trabalhos em postos telefônicos, motoristas de táxi, etc. Outro plano foi o 'de domésticas a companheiras' para as empregadas domésticas, através de treinamento para serem motoristas de táxi ou funcionárias de bancos" (Depoimento de especialista).

Considerada por muitas das entrevistadas como uma grande experiência foi o plano Ana Betancourt através do qual se traziam as mocinhas jovens camponesas da Sierra Maestra, das montanhas para Havana para aprender corte e costura.

"A FMC nos anos 1960 e 1961 fez na realidade um chamado muito tradicional para as mulheres que iam aprender corte e costura, mas depois se confirmou porque se chamavam 'Escolas de Superação', pois quando regressavam ao campo tinham adquirido uma série de conhecimentos dos diversos aspectos da vida; se lhes dava uma re-qualificação e muitas se incorporavam às indústrias de confecções têxteis. Inclusive, nas estatísticas da década de 1960, o emprego diminuiu ao invés de crescer, porque houve nessa década um processo de readaptação e de re-qualifica-

ção das mulheres e depois do fim desta década até a de 1970 e até 1981, o emprego da mulher cresceu muito mais rapidamente que o do homem" (Depoimento de dirigente).

"Houve outros planos; um que durou de 1964 a 1966, através do qual as mulheres na agricultura eram levadas em caminhões de onde viviam para onde trabalhavam e se custeava uma creche para que deixassem ali as crianças. Em outro plano durante os anos 1966-1967, o Banao, na zona central do país, as mulheres se albergavam durante meses, separadas de suas famílias, trabalhando no campo; isso não deu resultado" (Depoimento de especialista).

"No início dos anos 1970, alguns postos de trabalho deixaram de ser proibidos ou de serem alvos de discriminação para a mulher, como o de cortadora de cana, por exemplo, para mulheres que não tinham experiência e profissão e que tinham que começar por ganhar confiança em si mesmas, eliminando as dificuldades mais elementares" (Depoimento de especialista).

"Depois dessas experiências, nos anos 1970, elaboraram-se diversas leis: a) a Lei de Maternidade dentro do Código de Trabalho (1974) que se foi modificando até a última redação nos anos do Período Especial 1992-1993, quando se permitiu à mulher garantir seu posto de trabalho seguro durante um ano para cuidar do bebê; b) o Código de Família (1975) que estabelece a colaboração dos dois membros do casal nas tarefas do lar; c) a Constituição da República de 1976 que define a igualdade de salários entre os sexos; d) as Comissões de Incorporação e Permanência da Mulher no trabalho, criadas em 1974 e revitalizadas em 1996 para assegurar que se dê um tratamento diferenciado mais favorável à mulher" (Depoimento de dirigente).

"Quando começou o 'processo de retificação de erros' se estabeleceu uma política que criou condições para que a mulher pudesse incorporar-se ao trabalho: nas creches que foram construídas, nos refeitórios escolares, nos refeitórios operários, nos planos para que as crianças no período de férias pudessem ficar na escola; na instituição do médico da família — nesses planos, 72% eram mulheres; também para cuidar das crianças pequenas e das pessoas de terceira idade nos círculos de avós, contribuindo para que a mulher não se separasse da força de trabalho" (Depoimento de especialista).

"Decidiu-se entre os 12º e o 13º Congressos da CTC, nos anos 1980, que fosse criada uma Frente Feminina em cada seção sindical para atender aos problemas específicos da mulher e, em tal sentido, no 13º Congresso houve uma resolução dirigida à mulher trabalhadora, tema amplamente debatido, sendo estabelecidas as funções da Frente Feminina criada nos anos 1980 em cada uma das seções sindicais, para o atendimento aos problemas próprios da mulher e para atender aos que ela enfrentava naquele momento por ser menos qualificada que o homem; e por tal motivo, isso como política social, foi assumido pela CTC — a capacitação da mulher e a criação de condições para facilitar o horário da trabalhadora para estudar" (Depoimento de dirigente).

"Também a CTC, através da Frente Feminina, ocupava-se das condições de estrutura física dos lugares onde a mulher se incorporava; os homens a olhavam de forma reticente, não eram criadas condições mínimas necessárias, como a existência de banheiros, na agricultura" (Depoimento de dirigente).

Antes do Período Especial foi implantado um Programa Alimentício, os orgânicos, hortas em áreas não ocupadas da cidade, que se transformou numa fonte de emprego para a mulher.

Nas Unidades Básicas de Produção Agropecuária no campo há mulheres que exercem profissão de maior qualificação como engenheiras, mas há dificuldade para o transporte, porque as UBPC não estão no povoado e, por conta da distância, há dificuldades quando as mulheres têm filhos pequenos.

Pouco antes do Período Especial também se desenvolveu no país a indústria médico-farmacêutica com grande demanda de mão-de-obra feminina.

Em 1989 começa a crise e em 1990 aparece apenas uma espécie de estagnação nos dados relativos ao aumento do emprego da mulher, ou seja, em plena crise, a participação da mulher na força de trabalho não decresceu substancialmente e o fato de se manter estável nestes dez anos indica que não houve um retrocesso. Tal manutenção se deve a três características principais: a) a mulher continua participando na força de trabalho profissional e técnica, tendência iniciada em 1978 e que continua na atualidade; b) a prevalência de uma tendência forte dentro dos níveis educacionais da população onde o nível educativo da mulher é mais alto e c) a mulher está em todas as esferas da economia, inclusive naquelas consideradas em Cuba como emprego não tradicionalmente feminino como a agricultura e a indús-



tria açucareira e também a medicina e o direito, consideradas fora de Cuba como tradicionalmente não femininas.

"Numa resolução do 17º Congresso da CTC, aprovou-se que nos processos de reordenação trabalhista, de racionalização da mão-de-obra, era necessário muito cuidado e, sobretudo, era preciso prestar uma atenção especial àquelas mulheres que eram o único sustento da família, buscando certamente que a igualdade e a justiça social, conquistada em nosso país, não se perdesse nestes anos de Período Especial com estes processos de reordenamento" (Depoimento de especialista).

Em cada uma das províncias e na Ilha da Juventude há um membro da CTC — homem ou mulher — que atende aos assuntos femininos, como também na sede central e nas seções sindicais, num total de 19 sindicatos nacionais com estruturas nos âmbitos provincial e municipal.

Em relação ao emprego, a partir da situação do Período Especial, restabeleceram-se as ações das 'Comissões Coordenadoras do Emprego Feminino'<sup>143</sup> que já haviam existido numa etapa anterior e que praticamente estavam desatualizadas. Não estavam exercendo o papel que lhes correspondia, isto é, conseguindo, em primeiro lugar, que a mulher não fosse prejudicada nos processos de racionalização da economia e em segundo lugar, que fossem criadas condições para novas fontes de emprego próprias para a mulher nessa etapa em que a atividade econômica se deteriorou, questões que são analisadas em cada território.

No Período Especial, houve orientação para que nos centros de trabalho fosse dado tratamento diferenciado à mulher grávida, aumentando o consumo de proteína, vendendo-lhe ração dupla de comida e priorizando também a venda de artigos de maior necessidade.

Há ainda uma modalidade de trabalho a domicílio, apesar de que em número limitado, fundamentalmente nas indústrias locais — trata-se de trabalhos de costura e de artesanato. São vias utilizadas que favorecem a incorporação ao trabalho das mulheres que tem algum tipo de limitação para sair de casa, por ter que cuidar de anciãos e de crianças pequenas.

Há, certamente, uma política geral de emprego traçada, fundamentalmente, pelos ministérios da Economia e do Trabalho. É uma estratégia global de acordo

<sup>143</sup> Trata-se de uma comissão mista governamental e civil, com a participação dos sindicatos da CTC e da FMC, que funciona em âmbito municipal e que é presidida pela delegada do Ministério do Trabalho.

com as características do país, agora com mais dificuldade pelo Período Especial. No interior de cada um destes organismos é definido qual tratamento deve ser dado ao segmento feminino com o objetivo de não retroceder nas conquistas. Daí surgiram idéias como a de estruturar a criação de empregos para saber quantos podem ser criados em cada território, a de implantação de programas como o das mães solteiras, a da necessidade de rearticular as comissões coordenadoras de emprego feminino e a de projetar em cada um destes programas o tratamento específico para a mulher.

No caso de aposentadoria, a da mulher se dá aos 55 anos e a do homem aos 60, apesar de a média de vida da mulher no país (e internacionalmente), ser muito superior à do homem; também existe uma pensão pela morte do marido a qual a viúva tem direito caso não trabalhe, e caso trabalhe pode receber o salário dela mais 25% da pensão que lhe corresponde pela morte do marido.

"Nos centros de trabalho com um certo número de trabalhadores, conseguiu-se a presença de um médico, de uma enfermeira e em muitos centros temos também o serviço de odontologia como um serviço de medicina preventiva. Isso beneficia grandemente as mulheres porque se dá continuidade à prova citológica, à detecção precoce do câncer de mama; orienta-se para que se faça o auto-exame de mama. No país, há alguns anos, adquiriram-se alguns equipamentos que se instalaram nos centros de trabalho e que eram ambulatoriais e se realizaram pesquisas em massa de toda a população sobre o câncer de mama. Os médicos do centro controlam a vacinação; instauraram-se aulas de ginástica durante os intervalos de trabalhos, em coordenação com o INDER (Instituto Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação), com a presença de instrutores de educação física, sobretudo em centros onde as mulheres trabalham sentadas, em fábricas" (Depoimento de especialista).

A medida que se recupera a economia, vão-se resgatando os serviços que haviam fechado e que tanto atingiram a mulher, como os de lavanderia e tinturaria.

As políticas sociais dirigidas à mulher fazem parte de um projeto global de desenvolvimento humano no qual também o homem é contemplado. A grande diferença do socialismo cubano é que as mulheres são atendidas também utilizando a perspectiva de gênero, a partir de suas necessidades específicas e levando em conta as desigualdades geradas historicamente — que são mais difíceis de romper no âmbito privado.



## Conclusões

A análise das políticas sociais dirigidas à mulher nas esferas da educação, da saúde e do emprego, tendo como pano de fundo o bem-estar foi realizada a partir do enfoque marxista.

Tal enfoque permitiu realizar o estudo dentro de uma perspectiva comparada, possibilitando levantar contrastes de paradigmas para qualificar as divergências e as convergências (saber quais são e como se dão), entender a diversidade e também a unicidade subjacente no processo cubano de transformação social pós-revolucionário.

A preocupação de não cair em esquematismos contribuiu para a combinação de um sistema de análise geral (sistema de bem-estar cubano) com uma perspectiva particular analítica (as políticas sociais dirigidas a um segmento específico) e constituiu uma ferramenta fundamental para a realização de uma análise dialética da realidade cubana de bem-estar.

Esta pesquisa tenta contribuir à introdução desta temática nas Ciências Sociais em Cuba ao apresentar o tema a partir de uma perspectiva não explorada: a Política Social e estudada do ponto de vista integral e enfoca a questão de gênero em particular. Indaga também a respeito do bem-estar no socialismo que, em geral, tem sido visto como consequência natural do desenvolvimento das forças produtivas e oferece informação sobre o debate teórico a respeito do bem-estar que, desde o advento do marxismo, tem-se levantado.

Segundo a teoria de Marx:

- a explicação da relação entre bem-estar e sociedade e totalizadora;
- o bem-estar é concebido como uma norma social baseada em valores de solidariedade e cooperação;

- o bem-estar se manifesta concretamente no reconhecimento da existência das necessidades humanas, ou seja, é central a ideia de uma sociedade, de um modo de produção e de distribuição dos recursos baseados na satisfação das necessidades humanas;
- os elementos estruturais básicos, através dos quais a riqueza e a pobreza são produzidas e distribuídas, no modo capitalista de produção, são a propriedade privada e a herança, a destinação das rendas e dos recursos através do mecanismo de mercado e este domínio nega as necessidades e a solidariedade;
- a coerção e a competição mais que a cooperação e a solidariedade constituem a raiz da organização capitalista.

Desta maneira, há uma diferença entre a lógica que orienta o sistema capitalista e o socialista de bem-estar, que está posta pelo princípio, pelo critério e pelas formas de realização:

- no socialismo, o princípio se fundamenta na satisfação das necessidades básicas sobre o fundamento da igualdade, contrária à lucratividade econômica própria do capitalismo;
- o critério social no socialismo tem características de universalidade, de gratuidade e a provisão social se contrapõe ao critério econômico do capitalismo que, em última instância, segue a lógica da acumulação capitalista, combinação entre o público e o privado na provisão social e seletividade nos gastos e na cobertura dos serviços e dos benefícios, em contraste com a seletividade dos destinatários, típica do socialismo;
- os mecanismos de formulação e de implementação das políticas sociais socialistas são baseados nas necessidades sentidas e na participação (consultas populares para a busca do consenso) e no capitalismo vai depender dos interesses divergentes, da correlação de forças que se estabelece. Neste último há também mecanismos e canais de participação formais e informais, como no socialismo, mas dependem do jogo de forças sociais em luta. No socialismo, há um movimento descendente que conta com a decisão política e outro ascendente caracterizado por uma retroalimentação, a partir de interesses e de necessidades sentidas. Este movimento no capitalismo está atravessado pelos antagonismos existentes numa sociedade de classes.

Quanto à Política Social, foi demonstrado que esta não é um fenômeno essencialmente capitalista, mas também, socialista. Entre ambos sistemas existem diferenças substantivas nas políticas sociais a respeito de princípio, de critério e de formas de realização, como já se afirmou, e nos impactos específicos sobre o bem-estar da mulher. No socialismo, as políticas sociais são atravessadas por tensões entre os resultados econômicos e os gastos sociais e por outras contradições como a diferença de gênero, de territórios, de estratificação sócio-cultural. Neste sentido, a Política Social não deve ser entendida como um simples ato do governo ou expressão de sua racionalidade técnico-administrativa, mas como resultado de um processo dialético de determinações estruturais/superestruturais e conjunturais, onde estão em jogo interesses excludentes, num quadro de reciprocidade e de antagonismo. O ponto de inflexão que marca a diferença está na lógica distinta que orienta a relação entre Estado e sociedade — o princípio, o critério e as formas de realização — o que gera tensões de naturezas distintas.

Quanto mais dirigidas por valores sociais socialistas, a política social tende a ser mais universal, inclusive, em época de crise econômica. Existem duas grandes tendências: uma seletividade quanto aos destinatários para melhor atendê-los, que é chamada 'discriminação positiva', ou seja, discrimina-se o que é mais pobre para lhe dar prioridade e para melhor atendê-lo; e outra, uma seletividade dos recursos e da prestação dos serviços, adotada pelo neoliberalismo, e que tem como consequência a focalização do atendimento na pobreza extrema, que gera estigmas no atendimento e termina por selecionar os destinatários.

O neoliberalismo vem adotando o Pluralismo de Bem-estar como ferramenta indispensável para cumprimento do seu ideário. Atualmente, colocam-se dois pontos centrais na literatura pluralista de bem-estar, que são a descentralização e a participação, questão que também é posta pelo socialismo cubano. A descentralização é representada não só pela oferta dos serviços tanto pelo governo central como pelo local, senão e principalmente, pela potenciação das fontes de ajuda informal e voluntária da própria comunidade. Esta descentralização, no capitalismo, está relacionada com a participação, porém reduzida, porque em âmbito de vizinhança e bastante localizada, via de regra. E é pouco provável que leve ao exercício de poder político nos contextos nacional e regional, ou inclusive local, porque o poder tem uma base classista e se edifica sobre a estrutura econômica e social e dificulta a ação política. Na descentralização do socialismo cubano, a participação

da sociedade no processo como provedora social se baseia não só no aporte de recursos humanos, mas também na gestão impulsionada pelo governo, com recursos financeiros e humanos e outros de fontes internacionais. A participação contém um sentido de posse e de melhoramento social. A tensão da descentralização, no socialismo cubano, está entre a decisão política e a possibilidade de recursos para torná-la efetiva.

Sobre a política social se constatou que em Cuba ela esteve apoiada desde o início num conjunto de objetivos considerados fundamentais, tais como:

- o conceito do desenvolvimento integral — unidade e vinculação entre os aspectos econômicos e sociais com a distribuição equitativa das rendas e manutenção da justiça social;
- a aplicação de uma política social única através da ação centralizadora do Estado que garante a concentração e distribuição dos recursos;
- a garantia da participação popular, através das organizações sociais e de massa;
- a necessidade do tratamento preferencial através de políticas especiais aplicadas a segmentos sociais que apresentavam limitações desde a etapa pré-revolucionária: crianças, anciãos, mulheres e habitantes das zonas rurais;
- a priorização de setores de políticas sociais como educação, saúde, emprego, assim como programas de construção de moradias, de abastecimento de bens de consumo, programas culturais e esportivos.

Isso demonstra a relação entre os objetivos direcionais das políticas e dos resultados alcançados em cada uma das esferas de desenvolvimento.

Nas três primeiras décadas, o Estado foi o único provedor dos recursos e dos financiamentos, na economia, ainda que sua imagem como garantidor tenha sofrido um desgaste, especialmente a partir de 1986. Também nas três primeiras décadas, foram investidos recursos e consolidaram-se os programas sociais em nível macro, correspondentes aos três setores de políticas sociais analisados — educação, saúde e emprego — num período de relativa abundância. Contudo, apesar de que nos anos 1990, tenha perdido sua hegemonia com a entrada de investimentos estrangeiros, para provisão dos serviços sociais básicos, o Estado não delegou esta função, apenas

a compartilhou com outros atores sociais, como as próprias organizações de massa, no âmbito local. Segundo disse Marx, o objetivo da sociedade socialista é a transformação numa sociedade de bem-estar, e no período de transição, a produção está ainda amarrada ao trabalho, ainda que os serviços sociais e a distribuição sobre as necessidades humanas se constituam componentes fundamentais.

Foi analisado que políticas de gênero por sua vocação de não-centralidade são políticas sociais que atravessam os mais diversos âmbitos de intervenção social que formam tais políticas, tanto no capitalismo quanto no socialismo. Apesar disso, a posição neoliberal põe ênfase, por exemplo, numa igualdade que é formal entre os sexos, ou seja, defende que mulheres e homens devam ser tratados igualmente e que o poder do mercado seja suficiente para criar iguais oportunidades e, portanto, a mulher não necessita nenhuma proteção especial.

Em relação ao bem-estar a Revolução cubana enfatizou o alcance da igualdade entre as classes sociais, sem abandonar os aspectos de desigualdades de gênero. As diferenciações em relação ao gênero e segundo a estratificação sócio-cultural (não propriamente classes sociais) também têm suas características de acordo com os momentos históricos que Cuba tem atravessado desde os primeiros tempos do triunfo da Revolução até hoje, marcada pela existência de uma variante, o patriarcado. Exemplos são encontrados em questões analisadas neste estudo, como a relação entre 'o mundo público e o privado'; a ascensão aos cargos de direção, o machismo como manifestação do patriarcado, apresentando diferenças e semelhanças entre os dois sistemas, o capitalista e o socialista.

A resposta do Estado e da sociedade através dos tempos — pela própria desigualdade histórica e socialmente construída — tem sido discriminatória em relação a homens e mulheres e, na maioria dos casos, os benefícios para a mulher se originam de seu vínculo de dependência com o homem, seja pai ou marido. Essa discriminação tem a ver com os papéis atribuídos diferencialmente no lar, na rua, no trabalho e noutras esferas da atividade humana que impedem a mulher de ser titular de direitos civis, políticos e sociais, por si mesma, enquanto cidadã.

Em Cuba, a participação nas duas dimensões da vida — na produção econômica e na produção antropológica — apresenta algumas características distintas e outras semelhantes: as mulheres no capitalismo, numa proporção considerável, quando a economia entra em crise econômica (veja-se crise do Welfare State), são orientadas



ao mercado informal de trabalho e recebem salários mais baixos em tarefas de baixo prestígio social; também são as que passam mais tempo desempregadas, e mesmo que haja medidas de emprego e de benefícios de desemprego, são as que estão mais longe de alcançar a equidade na produção econômica.

Em contrapartida, em Cuba, não há uma discriminação quanto a salários e nem um confinamento a empregos tradicionalmente femininos. Apesar disso, o mercado de trabalho também é estruturado por normas masculinas que dificultam a conciliação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo — exemplo disso é a baixa participação das mulheres cubanas em cargos mais altos de direção, inclusive na representatividade política, o que, paradoxalmente, na Escandinávia, ocorre em maior grau, com uma das mais altas representatividades políticas femininas do mundo. Nesse sentido, parece que a tecnologia nos serviços sociais que agilizam o trabalho das mulheres nesses países, ajudam a conciliar o mundo público e o privado, apesar de que as mulheres — usando a expressão de uma cubana entrevistada — são as que "apertam os botões".

Mesmo assim, o marcante patriarcado que continua a existir *não* impediu que as mulheres alcançassem vitórias em todos os setores das políticas sociais pós-revolução.

Na educação, aumentou o nível de estudos, a participação na universidade cresceu; a educação superior universitária é favorável, se comparada a outros países. A docência também aumentou como resultado da política educacional. Existem vagas garantidas para as que se graduam na universidade (educação e emprego articulados) e direito ao estudo de especialidades não tradicionais. Vivencia-se uma universidade feminizada. O impacto na elevação do nível educacional da mulher se fez sentir desde a reforma educacional pós-revolução; ela é presença ativa como mestra e aluna através das décadas do período revolucionário, desde a Campanha de Alfabetização até hoje.

No setor de emprego, a Reforma Agrária beneficiou homens e mulheres do campo — cana, café, tabaco. As mulheres se integram a empregos não tradicionais e diversificam sua participação em diversos ramos. A incorporação à cultura cubana do fato de as mulheres trabalharem se demonstra, ademais, por sua presença importante na composição da mão-de-obra do país. Exemplo é a feminização da força técnica da nação (representam hoje 66,1%).

Quanto à saúde, cresce a esperança de vida, diminui a mortalidade materna, o óbito por câncer é menor que em outros países. O atendimento à saúde reprodutiva com a instituição de programas especiais beneficia a mulher. É marcante a presença da mulher como profissional da área de saúde, como médicas da família, pediatras, oftalmologistas, otorrinolaringologistas, psiquiatras, epidemiologistas, nutricionistas e higienistas, apresentando porcentagem entre 60 e 70 nas diversas especialidades. Assim como a educação e o emprego, também o trabalho no setor da saúde foi feminizado.

Quanto à legislação, a tendência mostra uma relativa distância entre a igualdade formal diante da lei — o que está disposto nas regulamentações — e a igualdade substantiva — o esforço de sua aplicação, tanto no capitalismo como no socialismo cubano.

As políticas sociais pós-revolução beneficiaram a mulher em duplo sentido: como classe e como gênero.

Os debates na sociedade sobre questões relativas: à dicotomia entre a 'vida pública e a vida privada'; à continuidade da existência do patriarcado e sua manifestação - o machismo; ao gênero; à dificuldade de acesso a cargos de direção e à necessidade da busca de uma cidadania no mundo privado, aliadas às demais conquistas alcançadas pela mulher na sociedade cubana, lhe dão visibilidade, contra a tendência de tentar escondê-la através de travas herdadas historicamente.

Cada um dos três principais aspectos contrastados — princípio, critério e formas de realização — do sistema socialista diferem de maneira bastante fundamental de sua contrapartida numa sociedade capitalista. Isto é devido à diversidade de estruturas econômicas, sociais e políticas nos dois sistemas. Enfatizaram-se as diferenças por considerá-las básicas. Contudo, também se notaram similitudes, por exemplo, os ajustes econômicos recentes na sociedade cubana apontam para maior uso do mecanismo de mercado na economia e talvez, a mais ampla diversidade de rendas e o aparecimento de desigualdades e uma tensão entre resultados econômicos e gastos sociais.

Apesar disso, o que é preciso reconhecer é que tais similitudes não têm afetado a dinâmica da sociedade e as relações de bem-estar nos dois sistemas sociais socialista e capitalista — permanecem diferentes. Uma análise adequada sobre o bem-estar deve basear-se no reconhecimento desta diferença básica estrutural en-

tre capitalismo e socialismo apesar de compartilharem alguns elementos comuns de organização social. Se no socialismo foram dados passos para frente, também há vieses, por exemplo, a necessidade de haver seletividade, ainda que de maneira distinta, presidida por valores de justiça e de igualdade.

Por outro lado, as experiências das políticas sociais capitalistas neoliberais não conseguiram resolver, desde os anos 1970, os problemas ocasionados pela economia capitalista; houve enorme aprofundamento das desigualdades sociais, especialmente nos países periféricos. Os direitos cidadãos que as lutas populares procuram conquistar estão cada vez mais feridos pelas políticas econômicas e sociais excludentes de grandes setores da população.





## Bibliografía

ABRAHAMSON, Peter. "Welfare pluralism: /Towards a new consensus for a European social policy?". The mixed economy of welfare. Leicestershire, GB. Ed. Cross National Research Paper, 1992.

ACOSTA, J. "Las leyes de la Reforma Agraria y el sector privado campesino en Cuba". Revista Economía y Desarrollo n° 12, [s.d.].

AGUILAR, Tamayo Ricardo. "El taller de Atares como centro de transformación integral del barrio". En Vasquez Penclas, Aurora; Dávalos Domingues, Roberto (Comp.). Participación social. Desarrollo urbano y comunitario. La Habana: Universidad de La Habana, 1996, p. 93-105

ALVAREZ, Suárez Mayda. "Género y familia en Cuba". La Habana: FMC, 1997a.

\_\_\_\_\_ "Familia e inserción social". En Revista Papcrs 52. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona: Servei de Publicacions, 1997b, p. 01 - 113.

\_\_\_\_\_ "La mujer trabajadora en la familia cubana hoy". La Habana: FMC, [s.d.].

ALVAREZ Figueroa, Oneida. "El sistema educativo en los noventa". En Revista Papcrs 52. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. Servei de Publicacions, 1997, p. 115-137.

\_\_\_\_\_ "Mujer y Poder". En Revista Temas 14. La Habana. Nueva Época, 1998, abril - junio.

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In "Pós-neoliberalismo : as Políticas Sociais e o Estado Democrático". Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1995.

ANTTONEN, Anneli. "¿Welfare Pluralism or Woman-Friendly Welfare Politics? Social Service State: a Dark Continent of the Comparative Welfare State Research". Finlândia: Department of Social Policy, University of Tampere, [s.d.].

ARES, Patrícia Muzio. "Género, pareja y familia en Cuba: ¿Conservación de una identidad cultural o asimilación de nuevos valores?". La Habana. (inédito), [s.d.].

BANDEIRA, Lourdes y Siqueira, Deis. "Relações de Género nas Ciências Sociais - um percurso em (des) construção". Brasília-DF: UnB. Série Sociologia 81, 1991.

BENADO, C. Edith y Segade Maria del Carmen Cano. "Acerca del estudio del modo de vida de la familia en la sociedad cubana". La Habana: CIPS/CCC/ Departamento de Sociologia, 1986.

BILBAO, Andrés. "La lógica del Estado del Bienestar y la lógica de su crítica: Keynes y Misses". In Revista de Sociologia 34. Barcelona. Ediciones Península, 1990.

BORCHORST, Anette. "¿The Scandinavian Welfare States - Patriarchal, Genderneutral or Woman-friendly?". Denmark: Instituto of Political Science, University of Aarhus, 1991.

BORÓN, Afílio. "As novas formas de luta pelo socialismo". En Revista Democracia 108. Rio de Janeiro, 1994.

CAMPOS, Rolando Cordera. "Política Social: en el ajuste y más allá". En Revista Comercio Exterior 7, vol. 46. México, 1996. Julio, p. 577 - 582.

CANALS, Teresa Díaz y Olmedo, Graciela González. "Cultura y prostitución: una solución posible". La Habana. (inédito), [s.d.].

CARRANZA, Valdés Julio; Gutiérrez, Urdaneta Luis y Monreal, González Pedro. "Cuba: la reestructuración de la economía". Impreso en Chile: Alrcce Talleres Gráficos S.A., 1997, 2ª edición

CASTRO, Ru/ Fidel. "Palabras a los intelectuales". La Habana. Ediciones del Consejo Nacional de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_ "La historia me absolverá". La Habana. Ed. COR, CCPCC, 1973.

\_\_\_\_\_ "Por el camino correcto". La Habana. Editora Política. Olivo Colección, 1987. (compilación de textos)

CATASUS, Sonia. "Género y jefatura de núcleo en Cuba hoy". La Habana. CEDEM, 1998.

CÉSAR, Maria Auxiliadora. "Mujer y Política social: el contrapunto socialista al bienestar capitalista". La Habana. Tesis de Doctorado en Ciencias Sociológicas. Departamento de Sociología, Universidad de La Habana, 2001.

COHEN, Marjorie Griffin. "From the welfare state to vampire capitalism". In "Women and the Canadian Welfare State: Challenges and Change". Toronto, Buffalo, London. University of Toronto Press Incorporated. Printed in Canadian, 1997.

\_\_\_\_\_ "Retrenchment of the Welfare State", (mecanografiado), [s.d.].

COLLADO, Rcyes Ramón y Coipel, Diaz Manuel. "Revitalización urbana, desarrollo social y participación. La experiencia en el barrio de San Isidro". En Vasquez. Penelas, Aurora; Dávalos Domingues, Roberto (Comp.). "Participación social. Desarrollo urbano y comunitario". Universidad de La Habana, 1996, p. 106-118

COLETIVO DE AUTORAS. "V.I. Lenin sobre el papel de la mujer en la sociedad y la solución del problema femenino en los países socialistas". Moscú. Editorial Progreso, 1973.

COLETIVO DE AUTORAS. "La mujer rural y urbana: estudios de caso". La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1989.

COLETIVO DE AUTORES. "La Política Social en Cuba". La Habana. Academia de Ciencias de Cuba/CIPS, 1988.

COLETIVO DE AUTORES. "Socialismo y modo de vida". La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1989.



COLETIVO DE AUTORAS. "El Periodo Especial y la vida cotidiana: desafio de las cubanas de los 90s". La Habana. Arca de Estudios de la Mujer: FMC, 1994.

COLETIVO DE AUTORAS. "Mujer y Poder: las cubanas en el gobierno popular". La Habana. FMC, 1994.

COLETIVO DE AUTORAS. "La família cubana: cambios, actualidad y re-tos. La Habana. CIPS, [s.d.].

COLETIVO DE AUTORAS. "Cuba, impacto de la crisis en grupos vulncra-bles: mujer, familia, infancia". La Habana. FLACSO/Cuba, 1997.

CORRIGAN, Paul et alii. "Serviço de bem-estar socialista". Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

COUTINHO, Carlos Nelson. "Dualidade de poderes : Estado, revolução e democracia na teoria marxista". São Paulo. Editora Brasiliense, 1987, 2ª edição.

DI AZ, González Elena. "Calidad de la vida cn Cuba : efectos de la política nor-teamericana". En Cuadernos Africa/América Latina 16. FLACSO/Cuba. Editorial de SODEPAZ, 1994, p. 13 -33.

\_\_\_\_\_ "Marxismo y Feminismo: un análisis preliminar". En Cuadernos de Sociología. Nicaragua. Universidad Centroamrcicana de Manágua, 1987, Mayo / Diciembre.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano". In "Uma questão de Gênero" (vários autores). São Paulo. Editora Rosa dos Tempos, 1991, p. 39-53.

DILLA, Fernández H. Alfonso. "Los entornos cambiantes de la participaci-ón". La Habana. (inérito), 1999.

DILLA, Fernández H. Alfonso y M. Castro. "Movimientos barriales". La Habana. (inérito), 1997.

DOCUMENTO/FMC. "Memoria". II Congreso de la FMC. La Habana. Editorial Orbe, 1975.

DOCUMENTO/CULTURA. "Política cultural de la Rcvolución Cubana". La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1977.

DOCUMENTO/PCC. "Plataforma Programática del Partido Comunista de Cuba. La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1978.

DOCUMENTO/PCC. "Selección de documentos del I y II Congresos del Partido Comunista de Cuba". La Habana. Editora Política, 1982.

DOCUMENTO/FMC. "Mujer y sociedad en cifras 1975-1978". La Habana. Editorial de la Mujer, 1990.

DOCUMENTO/FLACSO/FMC. "Mujeres Latinoamericanas en cifras — Cuba". Ministerio de Asuntos Sociales de España y FLACSO. Editado por el Instituto de la Mujer/Madrid y FLACSO/Chile, 1992.

DOCUMENTO/PCC. "Informe al I Congreso del PCC". La Habana. Ed. COR, CCPCC, 1975.

DOCUMENTO/PCC. "Tesis y Resoluciones". Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba". La Habana. Editado por el Departamento de Orientación Revolucionaria del Comité Central del PCC, 1976.

DOCUMENTO/PCC. "II Congreso del Partido Comunista de Cuba. Informe Central" La Habana. Editora Política, 1980.

DOCUMENTO/PCC. "Informe Central. Tercer Congreso del Partido Comunista de Cuba". La Habana. Editora Política, 1986.

DOCUMENTO/MINSAP. "Salud en el tiempo". Dirección Nacional de Estadística. FNUAP/ MINSAP. Cuba, 1998.

DOCUMENTO/MINED. "El mundo de hoy: situación de la mujer en la educación, salud, seguridad social, ciencia y cultura". La Habana. MINED, 1998.

DOCUMENTO/FMC. "Plan de Acción Nacional de Seguimiento a la Conferencia de Beijing". La Habana. Editorial de la Mujer, 1998a.

DOCUMENTO/FMC. "Realidades y Desafíos". Encuentro Internacional de Solidaridad entre Mujeres. La Habana. Editorial de la Mujer, 1998b.

DOCUMENTO/CONST. "Constitución de la República de Cuba". Proclamada el 24 de febrero de 1976 y actualizada según Ley de Reforma

Constitucional aprobada el 12 de julio de 1992. La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1996.

DOCUMENTO/CÓDIGO. "Código de la familia". Ley no. 1289 de febrero de 1975. Publicación oficial del Ministerio de Justicia. La Habana. Editorial Orbe, 1978.

DOCUMENTO/CTC. "Estatutos y Resoluciones". XVII Congreso de la CTC. La Habana, [s.d.].

DOCUMENTO/CTC. "Resumen de la legislación laboral vigente". La Habana. CTC Nacional, 1996.

DOCUMENTO/FMC. "Memorias". VI Congreso de la FMC. La Habana. Editado por ESTI: Equipo de Servicios de Traductores e Intérpretes, 1995.

DOYAL, Len y Gough, Ian. "Teoría de las necesidades humanas". Colección Economía Crítica. Barcelona. ICARIA: FUHEM, D.L, 1994.

ENGELS, Friedrich. "A origem da família, da propriedade privada e do Estado". Em Obras Escolhidas, tomo 2. São Paulo, Alfa Omega, 1985.

ESPINA, Mayra Paula. "Transformaciones recientes de la estructura socioeconómica cubana". En Papers 52. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. Servei de Publicacions, 1997.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "As três economias políticas do Welfare State". In Revista Lua Nova 24. São Paulo. CEDEC, 1991, setembro.

\_\_\_\_\_ "O futuro do Welfare State na nova ordem mundial". In Revista Lua Nova 35. São Paulo. CEDEC, 1995.

ESPING-ANDERSEN y Walter Corpi. "O modelo escandinavo: do alívio da pobreza aos Estados com sistemas avançados de proteção". En Pobreza: uma questão inadiável. Organizador: Bernardo Kliksberg. Edição patrocinada por ENAP, PNUD, UNICEF, CLAD, Fondo de Cultura Econômica, 1994.

EVANS, Patrícia and Wekerle, Gerda R. "The Shifting Terrain of Women's Welfare: Theory, Discourse, and Activism". In "Women and the Canadian Welfare State: Challenges and Change". Toronto, Buffalo, London. University of Toronto Press Incorporated. Printed in Canada, 1997.

FERNÁNDEZ, Ríos Olga. "Formación y desarrollo del Estado Socialista en Cuba". La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1988.

FERRIOL, Muruaga Angela. "Pobreza en condiciones de reforma económica: el reto de la equidad en Cuba". La Habana. INIE, (mecanografiado), 1998a.

FERRIOL, Muruaga Angela; Gutiérrez Alfredo González; Mendoza, Didio Quintana; Pérez Izquierdo, Victoria. "Cuba: crisis, ajuste y situación social: 1990—1996". La Habana. Ediciones Ciencias Sociales, 1998b.

FERRIOL, Muruaga, Angela y otros. "Efectos de políticas macroeconómicas y sociales sobre los niveles de pobreza: el caso de Cuba en los años noventa". En "Política macroeconómica y pobreza en América Latina y el Caribe". España. PNUD. Ediciones Mundi-Prensa, 1998c, cap. 9, p. 355 - 410.

FIGUERAS, Miguel Alejandro; Villanueva Ornar Everleny. "La realidad de lo imposible: la salud pública en Cuba". La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, Serie Economía, 1998.

FIGUEROA, Alheio Victor. "El nuevo modelo agrario en Cuba bajo los marcos de la reforma económica". En "UBPC, desarrollo rural y participación". Departamento de Sociología, Universidad de La Habana, 1996.

FIGUEROA, Alvarez Oneida. "El sistema educativo cubano en los noventa". En Papers 52. Barcelona. Universitat Autònoma de Barcelona, Servei de Publicacions, 1997, p. 115-137.

FLEITAS, Ruiz Reina. "La maternidad adolescente como construcción de género". Tesis presentada. Departamento de Sociología/Facultad de Filosofía e Historia/Universidad de La Habana, 2000.

FLEITAS, Ruiz Reina, González O, Graciela y Proveyer, Clotilde. "Los estudios de género en la Universidad de La Habana". En Revista U. A. Yucatán, 1997, abril, mayo, junio.

FRANCO, Rolando. "Los paradigmas de la política social en América Latina"  
- En Revista de la CEPAL 58, 1996, Abril.

FUNG, Riverón Thalia M. "En torno a las regularidades y particularidades de la Revolución Socialista en Cuba". La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

GARCIA, Pino Orlando y otros. "Aspectos diferenciados de la Política Social en Cuba". La Habana. Academia de Ciencias de Cuba/CIPS, 1991.

\_\_\_\_\_ "Concepción teórico-metodológica para el análisis y evaluación de la Política Social". La Habana. Academia de Ciencias de Cuba/CIPS, 1993.

GARCIA, Pleyán Carlos. "Planificación Física, participación comunitaria y administración local en Cuba. La experiencia de Marianao". En Comunidad F.P. ONU. JUCEPLAN. La Habana, 1992.

GLEZERMAN, G. "El modo de vida socialista". En Revista Socialismo, Teoría y Práctica 7. Moscú, 1974.

GOUGH, Ian. "Economía política del Estado del Bienestar". Madrid. H. Blume Ediciones, 1982.

\_\_\_\_\_ "Economic Institutions and the Satisfaction of Human Needs". Journal of Economics Issues 1, 1994, vol. XXVIII, march.

GUARDIOLA, Dagmar; Camino, María Josefa y Pratts, Saúl J. - s/d - "La familia y la Política Social en Cuba" (mecanografiado), [s.d.].

GUERRERO, Borrego Natividad. "Género y diversidad: desigualdad, prejuicios y orientación sexual en Cuba". En Revista Temas 14. La Habana. Nueva Época, 1998, abril/junio.

GUILLOIS, Vilma Espín. "Informes Centrales de los Congresos de la FMC". La Habana. Imprenta Central de las FAR del Ministerio de las Fuerzas Armadas Revolucionarias, 1990.

\_\_\_\_\_ "Las cubanas de Beijing al 2000". Conferencia pronunciada en el Seminario de Evaluación y Difusión. La Habana, 1996, Julio.

HARNECKER, Marta. "Las izquierdas en el umbral del siglo XXI: haciendo posible lo imposible". Colombia. Editora Desde Abajo, 1998.

HERNÁNDEZ, Morales Aymara. "Confronting crisis through reluctant de-centralization: Cuban Reforms in the 1990s". Canada. Institute of Social Studies Research Paper, 1998.

HOBSON, Barbara. "No exit, no voice : a comparative analysis of women's economic dependency and Welfare State". Stockholm University. Center for Women's Studies, 1991.

JINDRICH, Filip. "El modo de vida en la lucha ideológica contemporánea". Traducido del ruso por Jorge A. Pomar Montalvo. La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

JOHNSON, Norman. "El Estado de Bienestar en transición". Madrid. Centro de Publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1990.

LANDRIAN, Francisco Guillén. "Del contrato de trabajo, su suspensión y terminación". La Habana. Editado por el Combinado Poligráfico "Alfredo López": Taller "Juan Abrantes", 1991.

LARA, José Bell. "Cuba: perspectivas objetivas para superar el Período Especial". En Cuadernos Africa/América Latina 16. FLACSO/Cuba. Editorial de SODEPAZ, 1994, p. 3S-S2

LEON, M. y otros (compiladores). "Tiempo y espacio: las luchas sociales de las mujeres latinoamericanas". Buenos Aires. CLACSO, 1993.

LOPEZ, Delia Luisa. "Período Especial y Democracia en Cuba". En Cuadernos Africa/América Latina 16. FLACSO/Cuba. Editorial de SODEPAZ, 1994, p. 53 -76.

MARX, Karl. "Crítica ao Programa de Gotha". In Marx y Engels "Obras Escolhidas". São Paulo. Editora Alfa Omega, [s.d.(a)], vol. 2.

\_\_\_\_\_ "O Capital (critica da economia política)". Rio de Janeiro/RJ. Ed. Civilização Brasileira, 1975, 3ª edição, Livro 1, vol. 1 c 2.

\_\_\_\_\_ "A questão judaica". São Paulo. Editora Moraes, 1991, 2ª edição.

\_\_\_\_\_ "Manifesto do Partido Comunista". Petrópolis/RJ. Editora Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_ "A ideologia alemã". Portugal/Brasil. Editorial Presença, Martins Fontes, [s.d.(b)], cap. 1.

MATOS, Tamara Columbié. "La condición jurídica de las cubanas". La Habana. FMC, 1996.

MISHRA, Ramcsh. "Marx and welfare". Sociological Review New Series, 197S, vol. 23 (2), May.

\_\_\_\_\_ "Society and Social Policy -Theories and Practice of Welfare". London. London and Basingstoke, 1981, second edition.

\_\_\_\_\_ "The Welfare State in crisis: social thought and social change". Great Britain. Wheatsheaf Books, Ltd., 1984.

MUNOZ, Teresa Gutierrez. "Interiorizar el enfoque de género: necesidad de las ciencias sociales en Cuba". La Habana. (mecanografiado; inédito), 1999a

MUNOZ, Gutierrez Teresa y Proveyer, Cervantes Clotilde. "Mujer y vida cotidiana en Cuba en los 90". Departamento de Sociología. Universidad de La Habana. (inédito), 1999b.

NAVARRO, Vicente. "Produção e Estado de Bem-estar. O contexto político das reformas" In Revista Lua Nova 28/29. São Paulo. CEDEC, 1993.

\_\_\_\_\_ "Neoliberalismo y Estado del bienestar". Barcelona. Editorial Ariel S.A., 1998, 2ª edición ampliada.

NETTO, José Paulo. "Crise do socialismo e ofensiva neoliberal". São Paulo. Cortez/Editora, 1995, 2ª Edição.

NUNEZ, Sarmiento Marta. "Mujeres en empleos no tradicionales". La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1991.

\_\_\_\_\_ "La mujer cubana y el empleo: datos y subjetividades (1985-1998)". En Jornada de Políticas Sociales en el marco del MERCOSUL. Argentina. Mar del Plata, 1999, p.54-69.

\_\_\_\_\_ "Estrategias cubanas para el empleo femenino en los noventa. Un estudio de caso con profesionales". Departamento de Sociología. Universidad de La Habana. (inédito), 2000.

OFFE, Claus. "Advanced Capitalism and the Welfare State". In *Politics and Society Review* 4, [s.d.], vol. 2.

\_\_\_\_\_ "Problemas estruturais do Estado capitalista". Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_ "Capitalismo desorganizado". São Paulo. Editora Brasiliense, 1989.

OLMEDO, González Gradeia. "Las mujeres en el mundo empresarial. Estudio de caso de mujeres ejecutivas en empresas industriales en Ciudad de la Habana". Tesis presentada. Departamento de Sociología/Facultad de Filosofía e Historia/ Universidad de La Habana, 2000.

ORTIZ, Dagmar Guardiola. "Reflexiones sobre las políticas sociales en Cuba y Puerto Rico". En "La Política Social ante los nuevos desafíos: Cuba y Puerto Rico". Puerto Rico. Publicaciones Puertorriqueñas, 1995.

PEREIRA, Potyara A.P. "O Estado de bem-estar e as controvérsias da igualdade". In *Revista Estado e Sociedade* 1. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1986, vol. 1, junho.

\_\_\_\_\_ "Crítica marxista da teoria e da prática da política social no capitalismo. Peculiaridades da experiência brasileira". Tese de doutoramento. Universidade de Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_ "A assistência social na perspectiva dos direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil". Brasília. Editora Thesaurus, 1996.

\_\_\_\_\_ "Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e consequências". NEPPoS/CEAM/UnB. (inédito), 1994a.

\_\_\_\_\_ "Desafios contemporâneos para a sociedade e a família" - NEPPoS/CEAM/UnB. (inédito), 1994b.

\_\_\_\_\_ "Marx e o Bem-Estar". Universidade de Brasília. Curso de especialização em Política Social, [s.d. (a)].



\_\_\_\_\_ "Desigualdades entre Gêneros". Baseado em Pierson, C: "Beyond the welfare state?". Cambridge. Polity Press, 1991. (inédito), [s.d.(b)].

\_\_\_\_\_ "A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da Sociedade Civil", (inédito), 1998

PÉREZ, Izquierdo Victoria. "La población en riesgo desde una perspectiva de género". En Revista Cuba: Investigación económica, ano 4, n° 3. INIE, 1998.

PÉREZ, Mayda. "Autoconstrucción con participación popular: una alternativa válida". En Revista Comunitaria n° 2. La Habana. ONG - SUR, IPF -JUCEPLAN, 1993.

PÉREZ, Nierka Rojas y Echevarría Dayma Leon. "La relación participación-autonomía de gestión de producción cooperativa. Estudio de Caso". En "Participación y desarrollo agrícola en Cuba" (vários compiladores). Universidad de La Habana/Facultad de Filosofía e Historia/Departamento de Sociología. Equipo de Estudios Rurales. Noviembre, 1999, p. 82 — 103.

PIERSON, Christopher. "Beyond the Welfare State?". Cambridge. Policy Press, 1991.

"O socialismo depois do comunismo: o novo socialismo de mercado". Lisboa. Coleção Economia e Política. Instituto Piaget, 1995.

PNUD. "Investigación sobre el desarrollo humano en Cuba/1996". La Habana. Editada por Caguayo S.A. Publicada por el PNUD, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. "O Capitalismo Democrático na Encruzilhada". In "Capitalismo e Social-democracia". São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

REVISTA TEMAS. "Ser Cubanas", La Habana. Impreso por Edilsa S.L., 1996, ano 2, n° 5, enero-marzo.

REVISTA VEJA. "Entrevista a Claus Offe". 8 de Abril, 1998, p. 11 - 13.

RITZER, Jorge. "Teoría sociológica contemporánea". E.E.U.U. Editorial Ed. Graw Hill, 1994, cap. 8.

ROCA, Blas. "Los fundamentos del socialismo en Cuba". La Habana. Ed. Populares, 1961.

RODRÍGUEZ, C.R. "Cuba en el tránsito al socialismo: 1959-1963". La Habana. Editora Política, 1979.

RODRÍGUEZ, José Luis y Moreno, G. Carriazo. "Erradicación de la pobreza en Cuba". La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1990.

ROSANVALLON, Pierre. "A nova questão social". Coleção Pensamento Social-democrata. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SADER, Emir e Gentili, Pablo (organizadores). "Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático". Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1996, 3ª. edição.

SAFFIOTI, Heleieth. "A mulher na sociedade de classes: mito e realidade". São Paulo. Editora Quatro Artes, 1969.

SAINSBURY, Diane. "Gender, equality reforms and their impact". In "Gender, equality and welfare states". Cambridge. University of Stockholm. Great Britain at the University Press, 1996, caps. 8 y 9.

SECA DE, Maria Del Carmen Cano. "Socialización de la economía doméstica en Cuba - ¿una perspectiva real?". La Habana, [s.d.(a)].

"La sociología de la familia en Cuba: su desarrollo en el decenio de 1980". La Habana, [s.d.(b)].

SORJ, Bila. "O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade". In "Uma Questão de Gênero" (vários autores). São Paulo. Editora Rosa dos Tempos, 1992, p. 15-23.

SOSA, Alicia Punaes. "Las relaciones de pareja a través de las investigaciones". La Habana, [s.d.].

VALDÉS, Paz Juan. "La Transición Socialista en Cuba: continuidad y cambio en los 90". La Habana. Editorial de Ciencias Sociales. Pinos Nuevos, 1994a.

VALDÉS, Paz Juan y Espina Mayra. "La transición socialista en Cuba: estudio sociopolítico". La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1994b.

VALDÉS, Paz Juan y Dilla, Haroldo Alfonso. "Los municipios cubanos y los retos del futuro". En Revista Comunidad n° 4. La Habana. IPF — JUCEPLAN, 1995.

VALDÉS Teresa y Gomariz, Enrique (coordinadores). "Mujeres Latinoamericanas en Cifras - Cuba". Instituto de la Mujer, Ministerio de Asuntos Sociales de España y Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales/FLACSO. Editado por el Instituto de la Mujer (Madrid) y FLACSO (Chile), 1992.

VÁRIOS autores. "Las políticas sociales sectoriales : concepciones e instrumentos". La Paz. ILDIS, 1990.

VÁRIOS autores. "Uma Questão de Gênero". Organizado por Albertina Oliveira Costa e Cristina Bruschini. São Paulo. Editora Rosa dos Tempos, 1992.

VÁRIOS autores. "El hombre y los valores espirituales en el socialismo". E.Púshkina (organizador). Traducido del ruso por Marta González. Moscú, Editorial Progreso, 1981.

VÁRIOS autores. "Necesidades humanas, nivel de vida, calidad y modo de vida". Compiladores: Rolando García Quinones y José Lima Otero. La Habana. CEDEM/Universidad de La Habana, 1988.

VÁRIOS autores. "Mujeres en los 90: legislación y políticas públicas". Argentina. Centro Municipal de la Mujer de Vicente López, 1997.

VÁRIOS autores. "Estat del bienestar i desigualtats socials". Revista de Sociologia n° 34. Barcelona. Ediciones Península, 1990.

VÁRIAS autoras. "Participación social de la mujer cubana en los 90: lo público y lo doméstico". Universidad de La Habana, [s.d.].

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. "La utopía del fin de la utopía". En Revista Marx Ahora n° 1. La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1996, p. 108 - 119.





## ANEXOS

### ANEXO 1

#### ENTREVISTADAS E ORGANISMOS CORRESPONDENTES

- Ana Isabel Peñate — Centro de Estudos sobre a Juventude - CESJ
- Angela Ferriol Muruaga — Instituto de Pesquisa Econômica — JNIE
- Bárbara Sanfiel — Diretoria de Assistência Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MINTRAB
- Belkis Vega Belmonte — Diretora de Cinema e Vídeo
- Caridad Navarrete Calderón — Procuradoria Geral da República
- Carolina Aguilar — Revista Mujeres/ Federação de Mulheres Cubanas — FMC
- Elba L. Pita Reina — Frente Feminina/ Central de Trabalhadores de Cuba — CTC
- Elena Díaz González — Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais — FLACSO
- Elsa Núñez Aragón — Ministério da Educação — MINED
- Francisca Valdespino Breto — Centro Nacional de Promoção e Educação para a Saúde - CNPES/MINSAP

- Lizette Vila - Presidenta da Associação de Rádio, Cinema e Televisão da União Nacional de Escritores e Artistas de Cuba — UNEAC
- Maria de los Angeles Garcéz — Diretoria Nacional de Materno-Infantil / Ministério da Saúde Pública - MINSAP
- Marta Núñez Sarmiento — Departamento de Sociologia/ Universidade de Havana
- Merida López — Centro Nacional de Educação Sexual — CENEX
- Norma Vasallo Baruelo — Cátedra da Mulher/Universidade de Havana
- Ofelia Bravo Fernández — Centro Nacional da Educação Sexual — CENEX
- Perla Popowski — Federação de Mulheres Cubanas — FMC
- Reina Fleitas Ruiz — Departamento de Sociologia/ Universidade de Havana
- Tania Caramo León — Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais — FLACSO
- Vilma Gómez — Ministério do Trabalho e Previdência Social — MINTRA

## ANEXO 2

### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM ESPECIALISTAS E DIRIGENTES

Características das Políticas Sociais em Cuba pós-Revolução na esfera trabalhista, da saúde e da educação — quando e como foram elaboradas, quais instâncias participaram de sua elaboração, qual foi a estratégia de sua implantação, quais prioridades foram estabelecidas, que dificuldades foram encontradas. São universais ou seletivas?

Quando o enfoque de gênero começa a integrar-se às análises das questões referentes às mulheres. Se a equação "política social - gênero -/ feminismo" é avaliada para a elaboração das políticas sociais.

Posição ocupada pelas mulheres no contexto destas políticas — se privilegiada ou complementar (isto é, como resultado de políticas mais gerais), ou se é específica para aspectos referentes à função de reprodução ou em relação a atividades consideradas tipicamente femininas (por exemplo: emprego em creches, capacitação em profissões como cabeleireira, modista, etc).

Quem são as mulheres beneficiárias dos programas. Quantas são. Como se integram aos programas. Como fazem para ter acesso aos mesmos.

Fatores ou necessidades que determinaram e que limitaram a elaboração de políticas de bem-estar dirigidas à mulher.

Consequências e impactos das políticas de bem-estar sobre a qualidade de vida e a participação social das mulheres — se os objetivos gerais foram cumpridos e os que não o foram, por quê?

Resultados no cotidiano.

Como tem sido o acesso e o usufruto dos serviços sociais. Qual é o canal para participar e canalizar suas demandas. Que estratégias costumam utilizar.

Conquistas e críticas de organizações de mulheres ou de especialistas no âmbito das políticas de bem-estar da sociedade cubana.

Consequências e impactos das políticas sociais dos anos 1980-90 em Cuba e sua relação com o colapso do chamado socialismo real. Até onde o Período Especial tem produzido uma contração na materialização das políticas sociais relativas às mulheres.

Observação — Este é um roteiro geral. As respostas poderão referir-se somente à área de conhecimento ou de atuação específica da entrevistada.



### ANEXO 3

#### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM USUÁRIAS DOS SERVIÇOS SOCIAIS

Quais são os programas sociais (educação, saúde, trabalho, na cultura, etc) que você e sua família têm necessitado e como é o acesso a eles e seu usufruto? E como você soube desses programas?

Qual é o canal para participar dos programas e colocar suas exigências?

Em sua opinião, os programas em geral privilegiaram as mulheres? em que sentido?

Até que ponto o Período Especial tem produzido contração na materialização dos programas sociais dirigidos às mulheres?

Em sua opinião, quais são as principais conquistas femininas do período pós-revolucionário.

Quais são as dificuldades principais em relação ao usufruto dos programas oferecidos e como se poderia resolvê-las?

### ANEXO 4

#### ESQUEMA PARA A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Organismos envolvidos.

Programas e suas funções básicas.

Formas de articulação.

Mecanismos de participação para encaminhar exigências que levem à formulação e implementação das políticas sociais.

Metodologias de intervenção.

Linhas prioritárias dos programas versus necessidades das usuárias. Maneiras como se conformam as necessidades.

Alcance dos programas versus dimensão dos problemas.

Resultados e impactos em diferentes etapas históricas pós-revolução em relação aos três setores: educação, saúde e emprego (separadamente por setor)

OBS: Em todas as entrevistas devem ser separadas as respostas que correspondam aos pontos deste esquema, relacionadas com os dois roteiros das entrevistas com especialistas e usuárias (anexos 2 e 3).

## Anexo 5

### Conquistas relativas de Cuba na educação

Indicador	Ano	Valor para Cuba	Conquista relativa
Relação aluno - professor no ensino primário	1990	13	0.964*
Relação aluno - professor no ensino de secundário	1990	10	0.900
Taxa de matrícula combinada na educação primária, secundária e superior	1992	65	0.624
Taxa de alfabetização de adultos	1992	94,9	0.953

Fonte: López, C, "Índice de Desarrollo Humano - una propuesta para un Perfeccionamiento". *Economía y Desarrollo, La Habana. Vol. 119, 1996, p. 141-175 (Extraído de: Investigación sobre el Desarrollo Humano en Cuba. PNUD 1996: 47)*

\* Conquistas relativas obtidas segundo os valores para países em desenvolvimento por não se dispor de informação para os países industrializados

## Anexo 6

Pessoal de saúde graduado entre 1959 e 1980

Médicos	15 081
Dentistas	3 182
Técnicos Médios	78 130
Enfermeiras	15 962
Auxiliares de enfermagem	29 337

*Fonte: Instituto de Desarrollo de la Salud. Estudio acerca de la eliminación de la pobreza crítica en Cuba: aspectos de la salud pública. MINSAP, La Habana, 1982. Quadros n°4 e 9. (Extraído de: Rodríguez, José Luis y Carriazo Moreno, Jorge - "Erradicación de la pobreza en Cuba". Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1990: 130)*

## Anexo 7

Cuba: estrutura sócio-classista. (percentagem do total de ocupados na economia nacional)

Total ocupados (1970)	%
Setor estatal	87,4
Classe operária	
- operários: produção	45,1
- operários: serviços	25,3
Administrativos	3,8
Técnicos 9,0 Dirigentes	4,2
Setor não-estatal	12,6
Camponeses	

- pequenos agricultores individuais	9,8
Trabalhadores por conta própria	2,8
Total ocupados (1981)	%
Setor estatal	91,8
Classe operária	
- operários: produção	47,5
- operários: serviços	12,3
Administrativos	6,7
Técnicos 17,7 Dirigentes	7,6
Setor não-estatal	8,2
Camponeses	
- pequenos agricultores individuais	4,3
- cooperativistas	1,1
Trabalhadores por conta própria	2,8
Total ocupados (1988)	%
Setor estatal	94,0
Classe operária	
- operários: produção	48,0
- operários: serviços	13,0
Administrativos	6,5
Técnicos 20,1 Dirigentes	6,4

Setor não-estatal	6,0
Camponeses	
- pequenos agricultores individuais	3,0
- membros das cooperativas	2,0
Trabalhadores por conta própria	1,0

Fonte: JilCEPLAN. Bolctín Estadístico de 1970. Comité Estatal de Estadísticas. Censo de Población y Viviendas. 1970 e 1981. Comité Estatal de Estadísticas. Anuário Estadístico de Cuba, 1988. (Extraído de: Papers N° 52. Estructura social de Cuba. Departamento de Sociología. Servido de Publicacioncs. Universidad Autónoma de Barcelona. 1997

## Anexo 8

### Matrícula inicial por nível de educação - anos letivos 1990-91 a 1997-98

Níveis	1990-91	1991-92	1992-93	1993-94
Total dos níveis	2 675 677	2 565 714	2 481 975	2 382 483
Creches	157 947	149 936	152 008	150 520
Destes em:				
Pré-escolar	16611	16 492	17 984	19061
Pré-escol ar	149 816	130 724	143 656	146 079
Primário	887 737	917 889	942 431	983 459
Médio	1 021936	933 764	850 096	754 767
Secundária Básica	446 045	402 834	371 559	350 754
Pré-universitário	226 121	195 163	148 731	108 386
Técnica e Profissional	320211	315 007	314 873	28 8322
Formação Pessoal Pedagógico	29 559	20 760	14933	7 305
Especial	59 035	63 039	60 162	57 165
Adultos	133 394	129 083	119253	114265
Superior	265 331	240 805	214 359	176 228

<b>Níveis</b>	<b>1994-95</b>	<b>1995-96</b>	1996-97	<b>1997-98</b>
Total dos níveis	2 292 309	2 308 684	2 316 195	2 361 574
Creches	144311	145 569	144 533	145 088
Destes em:				
Pré-escolar	20 829	22 524	23 052	23 347
Pré-cscolar	139 434	143 732	128 287	117754
Primário	1 007 769	1 026 434	1 044 573	1 028 880
Médio	697 238	702 585	710 544	778 028
Secundária Básica	358 491	379 974	410 255	440 820
Pré-universitário	86 687	78 358	88 021	94 526
Técnica e Profissional	248 281	243 061	211 761	242 682
Formação Pessoal Pedagógico	3 779	1 192	506	
Especial	53 596	52 848	55 538	57 348
Adultos	96 482	103 416	1 007 020	114 192
Superior	153 479	134 100	125 700	120 284

Fonte: Dirección de Estadísticas del MINED - 1999

<b>Nível de Educação</b>	<b>1994-95</b>	<b>1995-96</b>	<b>1996-97</b>	<b>1997-98</b>
Creches	22 528	21 928	21 960	20 644
Destes: em Pré-Escolar	718	789	836	843
Pré-Escol ar	<b>5 794</b>	6 298	<b>5 769</b>	5 797
Primário	74 225	78 586	80 223	78 625
Médio	72 242	73 581	70 104	71 025
Secundária Básica	34 177	36 698	37 241	37 475
Pré-Universitário	<b>9 456</b>	9516	<b>8 864</b>	9 176
Técnico e Profissional	27 982	27 066	23 806	24 374
Formação Pessoal Pedagógico	627	301	193	
Especial	12 366	12912	13 486	13 552
Adultos	<b>6 765</b>	7 020	<b>6 755</b>	6 454
Superior	23 340	22 967	22 574	21 956
Faculdade Preparatória de Línguas				
Total	217 260	223 292	220 871	218053

Fonte: Dirección de Estadísticas del MINED - 1999

## Anexo 10

## Matrícula no início do ano letivo (em milhares de alunos)

Anos	1991-92	1992-93	1993-94	1994-95	1995-96
Creches	126.4	127.9	125.8	123.5	123
Prc-escolar	147.6	161.7	165.3	160.3	166.3
Primário	918	942.4	983.5	1007.7	1026.4
Média	912.2	819.7	725.8	674.2	702.7
Secundária	402.8	371.6	350.7	358.5	380
Pré-Universitário	195.2	148.7	108.4	86.7	78.4
Formação Pessoal Docente	20.8	14.6	7.3	3.8	1.2
Técnica e Profissional	293.4	284.8	259.4	225.2	243.1
Adultos	129.1	119.3	114.3	96.5	103.4
Ofícios	21.6	30	29	23	-
Especial	63.1	60.2	57.1	53.6	52.8
Superior	224.6	198.5	165.8	140.8	122.3
Total	2542.7	2459.7	2366.6	2279.6	2296.9

Fonte: Dirección de Estadísticas del MINED, 1999 (Extraído de Ferrer, Muruaga, Angela y otros "Cuba: crisis, ajuste y situación social (1990-96)" Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1998: 117)



Anexo 11  
Evasão escolar

<b>Motivos</b>	<b>Ensino Secundário</b>	<b>Pré-Universitário</b>	<b>Técnico e Profissional</b>
Mortes	85	24	66
Emigração	518	139	213
Serviço Militar	5	6	68
Abandono Estudos e Evasão	9 548	5 612	14 332
Prescrição Médica	400	363	569
Sancionados, expulsos e afastados	123	339	1 167
Problemas familiares e econômicos	560	287	1 571
Casamento	2 367	1 040	2 071

*Fonte: Dirección de Estadísticas del MINED, 1999 (Extraído de Ferriol, Muruaga, Angela y otros "Cuba: crisis, ajuste y situación social (1990-96)" Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1998: 135)*

## Anexo 12

## Conquistas relativas de saúde em cuba e acesso a saneamento e água potável

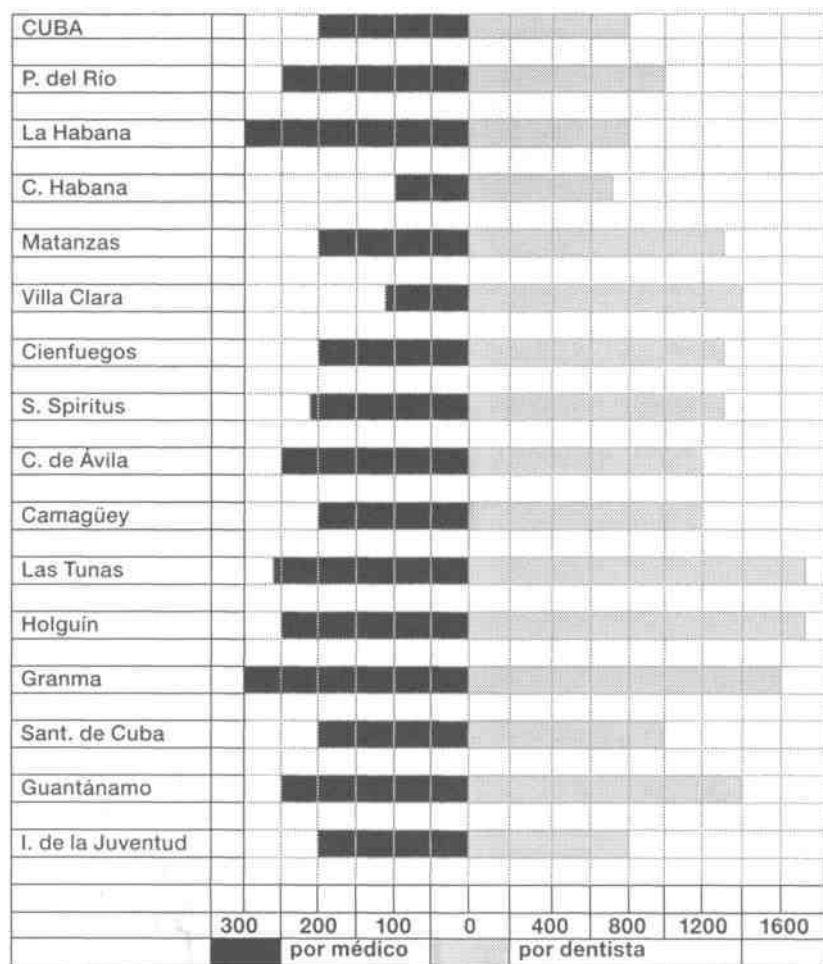
<b>Indicador</b>	<b>Data</b>	<b>Valor para Cuba</b>	<b>Conquista relativa</b>
Habitantes por enfermeiras(os)	1988-91	190	1.000*
Habitantes por médico	1988-91	332	0.998 j
Casos de Aids (em cada 100 000 habitantes)	1993	0.8	0.997
População com acesso a serviços de saúde (%)	1983-93	98	0,988*
Mortalidade de menores de 5 anos (por 1000 nv)	1993	10	0,987*
Mortalidade materna (por 100 000 nv)	1980-92	39	0.981
Crianças de 1 ano totalmente Imunizadas contra a tuberculose (%)	1990-93	97	0,979*
População com acesso a água potável (%)	1988-93	98	0,974*
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nv)	1992	12	0,963*
Disparidade urbano-rural (Saúde urbana =100%)	1985-93	97	0,962*
Crianças de um ano totalmente Imunizadas contra sarampo (%)	1990-93	93	0,925*
População com acesso a saneamento (%)	1988-93	92	0,915*
Partos assistidos por pessoal de saúde (%)	1983-93	90	0,898*
Taxa de uso de anticoncepcionais (%)	1986-93	70	0.859
Taxa de uso de terapia de reidratação oral (%)	1987-93	80	0.822
Disparidade urbano-rural a respeito do acesso a água potável (urbana=100%)	1988-93	91	0,630*
Disparidade urbano-rural a respeito de acesso a saneamento (Urbano = 100%)	1988-93	68	0,238*

*Fonte: López, C. "Índice de Desarrollo Humano: una propuesta para su Perfeccionamiento". Economía y Desarrollo, La Habana. Vol. 119, No 1, 1996: 141-175 (Extraído de: "Investigación sobre el desarrollo humano en Cuba". PNUD 1996: 61).*

\* Conquistas relativas, segundo os valores só para países em desenvolvimento porque não se dispõe de informação para os países industrializados. Nos restantes, o emprego relativo foi obtido levando em conta tanto os países em desenvolvimento quanto os industrializados.

## Anexo 13

## Habitantes por médicos e dentistas por províncias / cuba 1995



Fonte: gráfico com dados extraídos de: "Investigación sobre desarrollo humano en Cuba" 1996, PNLID, La Habana. Editora Caguayo. S.S., 1997: 52.